

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**SELMA SUELY LOPES MACHADO**

**O LEGADO DAS AVÓS E OS BENS DO CUIDADO.  
ESTUDO SOBRE FAMÍLIA, GERAÇÕES E REDES SOCIAIS EM BAIRRO  
POPULAR DE BELÉM/PA**

**Rio de Janeiro  
2008**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SELMA SUELY LOPES MACHADO

O LEGADO DAS AVÓS E OS BENS DO CUIDADO.  
ESTUDO SOBRE FAMÍLIA, GERAÇÕES E REDES SOCIAIS EM BAIRRO  
POPULAR DE BELÉM/PA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Serviço Social.

Orientadora: **Profª Dra. Myriam Moraes Lins de Barros**

Rio de Janeiro

2008

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –**  
Biblioteca Central/ UFPA, Belém-PA

---

Machado, Selma Suely Lopes  
O LEGADO DAS AVÓS E OS BENS DO CUIDADO. ESTUDO SOBRE  
FAMÍLIA, GERAÇÕES E REDES SOCIAIS EM BAIRRO POPULAR DE  
BELÉM/PA/Selma Suely Lopes Machado; orientadora: Prof<sup>a</sup> Myriam Moraes Lins  
de Barros. – 2008.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e  
Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em  
Serviço Social, Rio de Janeiro, 2008.

**CDD - \_\_\_\_\_**

---

**Selma Suely Lopes Machado**

O LEGADO DAS AVÓS E OS BENS DO CUIDADO.  
ESTUDO SOBRE FAMÍLIA, GERAÇÕES E REDES SOCIAIS EM BAIRRO  
POPULAR DE BELÉM/PA

**Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social.**

**Defesa: Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2008.**

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Myriam Moraes Lins de Barros – Orientadora**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Andréa Moraes Alves**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Josimara Aparecida Delgado**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Maria das Dores Campos Machado**

---

**Prof<sup>a</sup> Dra. Rita de Cássia Santos Freitas**

Dedico este trabalho:  
Para minha mãe Luzia pela benção da vida,  
pelo aconchego do ninho  
e o forte vínculo materno,  
por ser uma avó cuidadora de netos.

À memória de minha querida Stela  
Pela benção da amizade,  
pelo legado do cuidado e por  
nosso eterno laço de afeto.

## AGRADECIMENTOS

Tenho um enorme sentimento de gratidão por todas as pessoas que vivenciaram comigo essa caminhada da pós-graduação no Rio de Janeiro e em Belém e, que contribuíram para a finalização deste ciclo na minha vida.

Um agradecimento muito especial à minha orientadora, pela partilha do saber, por sua orientação segura e cuidadosa em meu aprendizado. Pela confiança e o respeito e por sua presença serena e amorosa em toda essa caminhada. Myriam querida: muito obrigada, de coração.

Aos professores, colegas e servidores do programa de Pós-graduação da Escola de Serviço Social-UFRJ pela acolhida e contribuições durante o meu curso.

Aos colegas da Faculdade de Serviço Social-UFPA, pela confiança e o respeito profissional que sempre me dedicaram.

À Universidade Federal do Pará e ao programa de bolsas pelo suporte à minha qualificação docente no doutorado.

Meus queridos amigos e amigas que sempre me acolheram e braços abertos, à baía da Guanabara ou de Guajará, por todo o afeto e o carinho que recebi nas idas e vindas, entre o Rio e Belém.

A Joana e Olinda pelo acolhimento e a convivência nos primeiros tempos no Rio de Janeiro.

À “tia” Lucia, Rui e Mario, Paulinha e Marcelo por me enlaçarem na sua rede social.

A toda minha família pelo cuidado e o carinho, em especial, minha mãe e meus irmãos Silvia, Marcio e Marcelo, a Roseane e Betania e às crianças Nathália, Antonio,

Naiara, Manoela, Ícaro, Julia e Gabriela pela experiência do amor fraterno nesses longos anos de convivência.

A Stela, por ter existido na minha vida, saudade e amor eterno.

Sem todos vocês essa jornada não teria valido à pena.

Dois agradecimentos especiais da tese:

Às professoras Sonia e Sandra, a Carolina, Rosana, Silvia, Rogério e, especialmente, minha amiga querida Joana pelo suporte logístico.

Às avós narradoras da pesquisa, pela acolhida e a cumplicidade nas trocas, pelo “cheiro bom” de suas histórias e a preciosidade de suas experiências de vida.

Porque sem vocês esse estudo não teria sentido.

“É na vida cotidiana que se situa o núcleo racional, o centro da práxis (...) Revelar a riqueza escondida sob a pobreza do cotidiano, descobrir a profundidade sob a trivialidade, atingir o extraordinário....”  
(Henri Lefebvre)

## RESUMO

A tese aborda o tema da família e as relações geracionais no espaço domiciliar de redes sociais dos pobres urbanos. Enfoca o lugar das avós na transmissão de bens materiais e simbólicos, através das práticas do cuidado com os netos, em domicílios pobres da periferia da cidade de Belém-PA. A contextualização histórica da família no contexto brasileiro revela as transformações ocorridas na organização e na composição dos arranjos familiares dos pobres urbanos, com as famílias extensas onde três ou mais gerações coabitam o mesmo espaço domiciliar. Organizam-se em forma de redes em sistemas de trocas de obrigações morais recíprocas fundadas na sociabilidade relacional que estrutura as relações de poder e os papéis sociais entre os gêneros e as gerações e toda a dinâmica social dessa esfera doméstica para sua reprodução social. As crianças circulam entre esses bens, mediante vínculos maternos de parentesco ou de afeto sobre os cuidados das mulheres da rede, dentre estas, as avós que assumem o lugar de provedoras econômicas e a gestão desses cuidados maternos, estabelecendo trocas de ordem material, simbólica e laços afetivos com os netos. O legado geracional transmitido pelas avós da pesquisa refere-se aos valores morais relacionados à Família, Fé, Trabalho e Honra.

## ABSTRACT

The thesis approaches family and generation subjects in home context of social poor urban system. Focus grandparents place in the transmissions of material and symbolic properties through carefully practices used with their grandson in poor homes at Belém-PA periphery. The Brazilian history family contexts unveil the changes at the organization and composition of the setting family of the poor urban people, with big family size housing the same residence place. They organize by moral and mutual duty exchanges established by sociability that supports the powers relations and the social role though the humankind and generations and also all the domestic sphere for the social reproduction. The child rounds those proprieties through motherly links or women cares and the Grandmother assumes the economic responsibility and the management of those cares establishing material, symbolic and bond affection exchanges with their Grandson. The generation legacy transmitted by the Grandmothers refers to moral worth related to Family, Faith, Labor and Honor.

## LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

**Tabela 1 -**

**Tabela 2 -**

**Tabela 3 -**

**Tabela 4 -**

**Quadro 1**

-

**Figura 1 -**

**Figura 2 -**

**Figura 3 -**

**Figura 4 -**

**Figura 5 -**

**Figura 6 -**

**Figura 7 -**

## LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Continuada
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAPS	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CODEM	Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Belém
DPTS	Departamento de Políticas e Trabalhos Sociais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESS	Escola de Serviço Social
FGV	Fundação Getulio Vargas
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
FMI	Fundo Monetário Internacional
IAPS	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas
ISM	Indicadores Sociais Mínimos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MNDS	<i>Minimum National Social Date Set</i>
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONGS	Organizações Não Governamentais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PDA	Plano de Desenvolvimento da Amazônia
PIN	Plano de Integração Nacional

PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PVA	Plano de Valorização da Amazônia
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
SEGEP	Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNITERCI	Universidade da Terceira Idade

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. OS CAMINHOS DA TESE, RETRATOS DA CIDADE	18
<b>1.1 A CIDADE DE BELÉM E IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO RECENTE</b>	<b>19</b>
<b>1.2 A MEMÓRIA DA PESQUISA: O BAIRRO JURUNAS E O ETHOS RIBEIRINHO</b>	<b>24</b>
1.2.1 Recortes do Campo e os Sujeitos de pesquisa	46
2. ENTRELAÇOS DE FAMÍLIA E RELAÇÕES GERACIONAIS: CIRCUITO DO CUIDADO E O LUGAR DAS AVÓS	63
<b>2.1 O CONTEXTO SOCIAL URBANO: MUDANÇAS, EXCLUSÃO E IMPACTOS NA ESFERA DOMÉSTICA</b>	<b>64</b>
2.1.1 Traçados de família no cenário brasileiro	76
<b>2.2 SOCIALIZAÇÃO, IDENTIDADES E CENÁRIO URBANO</b>	<b>85</b>
2.2.1 Matizes de gênero, classe social e geração	93
<b>2.3 SOCIABILIDADE DA DÁDIVA E O CIRCUITO DO CUIDADO</b>	<b>99</b>
2.3.1 Avessos nas trocas materiais e simbólicas e o lugar das avós	102
3. FORÇA DO SANGUE E MAGIA DO AFETO: TECENDO ELOS DE FAMÍLIA E GERAÇÕES EM REDES SOCIAIS DE BELÉM	108
<b>3.1 UNIVERSO MORAL E RELACIONAL NO EMARANHADO DAS REDES SOCIAIS DOS POBRES</b>	<b>110</b>
3.1.1 Dimensões de acolhida: força do sangue e magia do afeto	111
<b>3.2 PARTILHAS COTIDIANAS: DEVER E PRAZER NA CIRANDA DE NETOS</b>	<b>128</b>
<b>3.3 HABITUS GERACIONAL E A HERANÇA DAS AVÓS: ENTRE LUTAS, LIÇÕES E LEGADOS</b>	<b>156</b>
3.3.1 Valores de família: “virtudes” da convivência solidária	157
3.3.2 Os legados de Honra e Trabalho	161
3.3.3 O valor da fé e o emblema das lutas	165
CONCLUSÃO	173
REFERÊNCIAS	179

## INTRODUÇÃO

As relações familiares e suas diferentes inter-relações com a velhice, com gênero e gerações têm se colocado como questão relevante em minha trajetória profissional, inicialmente, na intervenção em políticas de assistência social e, posteriormente, como professora da Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal do Pará e no percurso da pós-graduação. Na dissertação de mestrado<sup>1</sup> esbocei um perfil das pessoas idosas que foram classificadas como “Responsáveis por domicílios” urbanos em Belém, a partir de indicadores sociais do Censo Demográfico 2000. Nesse estudo, aponte que o exercício da autoridade e da provisão material e afetiva, implícitas nesta condição de responsável pelo domicílio, redesenhava as partilhas geracionais, mediadas por correlações de gênero, classe social e geração, em novos arranjos familiares urbanos. No curso de doutorado, retomei a questão, sobre o foco das relações geracionais nas famílias pobres.

Historicamente, a questão da família se reverte de importância singular ao debate é ao campo de intervenção e investigação para o Serviço Social, como agente social na intermediação das políticas sociais, o que coloca em relevo a importância desse estudo na minha formação profissional e na experiência dessa prática investigativa. Diferentes estudos sobre família, na atualidade, chamam atenção para a emergência de famílias numerosas, com diversas denominações como extensas, expandidas ou alargadas para designar os grupos onde convivem várias gerações na mesma casa ou em unidades contíguas no mesmo domicílio, ligadas por redes de parentesco e por vínculos de consideração.

Segundo o Censo 2000, as pessoas com idade acima de 60 anos respondiam por cerca de 20% dos domicílios no país, ou seja, 8 964 850 das unidades pesquisadas. Do total de pessoas idosas residentes no Brasil cerca de 62,4% enquadrava-se na condição de moradia com

---

<sup>1</sup> A Dissertação intitula-se: “**Novas Cenas**” para a Velhice: um estudo sociodemográfico sobre pessoas idosas responsáveis por domicílios familiares, em Belém-PA e foi defendida no PPG, em maio de 2004. A pesquisa censitária é realizada a cada década pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

parentes, a maioria de mulheres, em detrimento de outras condições declaradas como Cônjuge, Outro parente e Outra condição. O envelhecimento populacional crescente junto com o aumento da expectativa de vida das mulheres, também favorece a visibilidade desses arranjos familiares, sobre a responsabilidade das gerações mais velhas, principalmente, das mulheres avós e mães, viúvas ou separadas. Os indicadores sociodemográficos confirmam essas tendências, como nos estudos do IPEA

“É crescente a proporção de famílias que têm idosos como chefes e filhos morando juntos, como também a de crianças menores de 14 anos morando em domicílios chefiados por pessoas que não são seus pais. A proporção de filhos adultos (maiores de 2 anos) passou de 19,5% em 1981 para 21,6% em 1997. Isso pode ser devido ao efeito da crise econômica, que leva os filhos a saírem de casa mais tarde e/a retornarem depois de casados, sejam separados ou não ...

Há indicações de que, em média, o idoso está em melhores condições financeiras do que o jovem... Isso pode ser explicado pelo fato de os idosos estarem num estágio do ciclo vital que já lhes permitiu a acumulação de um patrimônio, tal como a casa própria. Além disso, passaram a maior parte de suas vidas num período mais propício da economia brasileira.” (Camarano *et ali*, 2003: 42.).

Em geral, são proprietárias dos imóveis e contribuem com a provisão econômica da família, na maioria dos casos, através da renda de aposentadorias e pensões, o que lhes assegura sua autoridade sobre a família. Muitos filhos retornam a casa dos pais em situações de crise, ou permanecem residindo com estes após constituírem seus núcleos familiares. Segundo Vitale (2007), a vulnerabilidade sócio-econômica que precariza as condições de vida e de reprodução social, dessas famílias e as mudanças nos laços familiares aumentam a participação dos avós, sobretudo, nas famílias pobres, requisitando-lhes novos papéis junto ao suporte material, afetivo, econômico e de socialização das crianças e dos jovens. Essa

emergência na cena familiar amplia ou modifica àquelas referências simbólicas das avós dos contos de fada e no imaginário social.

A importância das relações geracionais na transmissão dos bens simbólicos e no registro da memória coletiva é reconhecida nos estudos sobre família e gerações, dentro do pensamento social contemporâneo. Para Vitale (2007) a presença das avós na socialização infantil é muito relevante, sobretudo, no âmbito de práticas do cuidado e da herança simbólica que integram os legados geracionais. Assinala que a figura da avó habita nosso imaginário, estabelecendo importante elo entre as gerações, na medida em que, ela atua no processo de transmissão da história e da memória familiar, revelando um tempo particular e também coletivo em relação a esse grupo. Assinala ainda que:

“... as relações intergeracionais e de gênero se compõem o tecido para se pensar a condição de avô(ó). Estas constituem espaços de confronto e de conflitos, mesmo quando permanecem com sistema de suporte mútuo e locus de mecanismos de solidariedade familiar (Vitale,1995). Os avós são personagens em movimento na cadeia das gerações, mas talvez permaneçam em nossa memória com figuras cristalizadas em determinado momento do percurso ...” (Vitale, 2007:104).

Historicamente, a maternagem no contexto domiciliar é exercida como um lugar do feminino, inerente do papel da mulher como mãe e dona de casa, portanto, os avós integram a rede de apoio mútuo no cuidado das crianças em famílias pobres das áreas urbanas. Nesse sentido, é no lugar do cuidado com os netos nessa dinâmica familiar que situo o problema em estudo, um lugar social assumido pela geração de avós e matizado por referências de gênero e classe social. Assim sendo, a questão que proponho ser analisada consiste em: **o circuito das trocas de ordem material e simbólica como bens do cuidado gerenciados pelas avós, constituem-se práticas de afirmação dos laços de reciprocidade geracional nas redes de parentesco?**

Diante disso, pressuponho que esses bens trocados não se limitam às coisas, mas, que estabelecem trocas simbólicas, de valor moral, afetivo e o legado geracional transmitido por essas avós, através do cuidado. Para contextualizar esse estudo, retorno á cidade de Belém, como cenário da pesquisa com famílias de um bairro popular dessa capital, tendo em vista, identificar particularidades desse contexto, de identidades, sociabilidades e dos legados geracionais. O caminho para análise pressupõe a interlocução de categorias e de idéias dos pensadores e estudiosos das ciências sociais sobre o tema e, de outro lado, as percepções no registro de narrativas dos sujeitos da pesquisa, o que acredito produza um diálogo profícuo.

Para Martinelli (1999) , as abordagens qualitativas indicam que a apreensão da realidade deve ser considerada a partir dos próprios significados que são atribuídos pelos sujeitos. Essas metodologias enfatizam a oralidade como fonte central de dados, e pressupostos como o reconhecimento da singularidade do sujeito e da importância de conhecer sua experiência social e seu modo de vida. Portanto, “é indispensável ter presente que muito mais que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos...” (op. cit p.25). Essa direção metodológica é realçada em Bourdieu (1996) quando destaca a importância da escuta, de sentir e do olhar para apreender os significados e a percepção desse outro, do sujeito que se revela ao conhecimento.

Assim, o estudo será apresentado em três capítulos, a saber;

- No Capítulo I apresento uma breve caracterização da cidade de Belém e do bairro Jurunas, com destaque a seu ethos ribeirinho. Em seguida, registro minha inserção no campo, a metodologia de trabalho e a identificação dos sujeitos a pesquisa.

- No Capítulo II apresento a discussão sobre Família, a partir de sua contextualização histórica e os impactos das mudanças sociais nos traçados de família dentro do contexto brasileiro. Em seguida, reflito sobre o processo de socialização e os matizes de gênero, classe

social e geração. A discussão sobre o sistema da dádiva e o circuito do cuidado, situando o lugar das avós na relação geracional encerram este capítulo.

- No Capítulo III apresento a análise dos dados da pesquisa sobre a dinâmica familiar dos pobres urbanos e os bens materiais e simbólicos partilhados no circuito do cuidado com os netos, com destaque para os legados geracionais, na interlocução com autores e as avós, ou seja, do conhecimento sistematizado nessa literatura sobre o tema e as percepções dos sujeitos. A Conclusão finaliza com a síntese dos principais resultados da análise que destaco em relação ao objeto de estudo.

## **CAPÍTULO I. OS CAMINHOS DA TESE, RETRATOS DA CIDADE.**

“... Há muito que aqui no meu peito murmuram saudades azuis do teu céu  
Respingos de ausência me acordam luando telhados que a chuva cantou.  
Que é tens feito, que estás tão faceira, mais jovem que os jovens irmãos que deixei,  
mais sábia que toda ciência da terra, mais terra, mais dona do amor que te dei.  
Onde anda meu povo, meu rio, meu peixe,  
Meu sol, minha rede, meu tambatajá ...’  
‘Me abraça apertado que eu venho chegando,  
Sem sol e sem lua, sem rima e sem mar...  
Belém, minha terra, minha casa, meu chão, meu sol de janeiro a janeiro a luar...  
Me beija, me abraça que eu quero matar a doida saudade que quer me acabar.  
Sem círio da virgem, sem cheiro cheiroso, sem a chuva das duas que não pode faltar.  
Cochilo saudades da noite abanando teu leque de estrelas,  
Belém do Pará.”

(Edyr proença e Adalcinda Camarão)

Neste capítulo apresento uma breve contextualização da cidade de Belém e a urbanização recente, em seguida, os registros do trabalho do campo, a partir da inserção no bairro do Jurunas onde fiquei residindo por seis meses, aproximadamente, durante a realização da pesquisa. Esses registros se dividem em dois momentos: a inserção no campo e a o levantamento de dados com observação e a realização das entrevistas, com a identificação dos sujeitos. Nesse retorno à cidade para o trabalho de campo, em 2007, me deparei com um desafio simultâneo de readaptação à cidade e, ao mesmo tempo, realizar a pesquisa. Num primeiro momento, esse estudo pretendia investigar a relação de cuidado das avós que detinham a guarda de netos, então procurei o Tribunal de Justiça local para localizar nos processos eventuais informantes para a pesquisa. No decorrer do tempo essa escolha tornou-se inviável e adotei a opção de buscar na própria rede familiar e vicinal no mesmo bairro essas indicações. O fato de estar residindo na área proporcionou fácil acesso e flexibilidade de horário para as entrevistas, bem como, maior aproximação com as pessoas, além de outras

possibilidades como observação, maior tempo de maturação do vínculo de confiança e convivência, apreensão de sociabilidades etc.

### 1.1. A CIDADE DE BELÉM E IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO RECENTE.

A cidade de Belém, capital do estado do Pará, é também conhecida, dentre as capitais da Região Norte, como a metrópole da Amazônia e foi assim cunhada desde os tempos da *belle époque*. Segundo Maciel (2002) pode-se descrever a região norte como área que detêm mais de 50% da extensão do território nacional, com aproximadamente 11 milhões de habitantes, grande concentração de riquezas naturais e de biodiversidade, entre recursos minerais, fauna e, principalmente, sua flora e a reserva de água doce, correspondente a 20% do planeta. Becker (2004) assinala que a extensão dessa bacia hidrográfica é de 6.925.000 quilômetros quadrados, desde a nascente nos Andes até sua foz no oceano Atlântico, atravessando diversos países sul-americanos, entretanto, cerca de 63% desta rede hidrográfica concentra-se no território brasileiro.

Este acervo natural por si só já dimensiona um grande realce econômico, político e ecológico à região e para o Brasil, em nível das relações intercontinentais e globais. Nos limites geográficos compõem-se dos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. No âmbito da divisão política e territorial incorpora também os estados do Maranhão e Tocantins. A região norte registra processos contraditórios no tocante à urbanização da população, outras regiões brasileiras, com urbanização acelerada e crescimento populacional, além das respectivas capitais, a saber: Rio Branco, Manaus, Macapá, Belém, Porto Velho, Boa Vista, São Luis e Palmas.

As vias fluviais foram os meios de transporte e de circulação econômica mais utilizados e promissores nessa região, até o surgimento das rodovias, embora algumas localidades da região ainda se mantenham ligadas entre si e com as capitais como Belém, Manaus e Macapá

somente por vias fluviais (e ou aéreas). Segundo Trindade Jr *et alli* (2005), as rodovias remodelaram o espaço urbano e regional da Amazônia de modo bem significativo, gerando traçados distintos àquela vinculação hídrica na fase ribeirinha, que seguia a orla fluvial, a qual marca a expansão urbana da cidade desde o início até meados do século XVIII. Acrescenta às fases de interiorização ou penetração e de continentalização a emergência da fase de metropolização, a partir da década de 60, com a integração de vilas, cidades e ilhas que foram remodelando a malha urbana de Belém, pois,

“Ela faz parte de um momento em que a região amazônica passa a vivenciar as transformações decorrentes de sua efetiva integração econômica ao Nordeste e Centro-Sul do País – tendo como um dos marcos desse processo a inauguração da Rodovia Belém-Brasília- e cujas repercussões se traduzem da maneira decisiva no plano de sua configuração espacial” (Trindade Jr *et alli*, 2005:19).

A partir dos anos 60 que o Estado viabiliza de fato um “projeto de integração” da região ao restante do país, baseado em estratégias de ocupação do solo e expansão de fronteiras agrícolas, com a intervenção militar mediante critérios geopolíticos para integração e segurança nacional e de ordem econômica com vistas ao desenvolvimento extensivo do capital. As políticas de assentamento estimularam o processo migratório para a Amazônia, ocasionando profundas alterações e rupturas nos “ciclos naturais” de reprodução sócio-cultural das populações nativa e migrante de outras regiões.

As estratégias territoriais de ocupação da região amazônica empreendidas pelo governo se incluem no que Lefebvre, citado em Becker (2004), definiu com a “produção do espaço pelo Estado”, após constituí-lo em sua dimensão física e territorial propriamente dita, toma-o na dimensão política, a fim de exercer o controle social. Através das leis, normas e hierarquias pertinentes ao controle técnico e político, que se vinculam a “... todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades com base logística para a ação” (Becker, 2004:26), esse controle é exercido. Ao lado disso, a produção e o uso do tempo e do

espaço urbano se inserem na lógica da produção social mais ampla, em consonância com outros bens e riquezas imprescindíveis para a sobrevivência dos homens, considerando que,

“O espaço como produção social, resultado do trabalho dos homens no seio das relações que eles estabelecem entre si e com a natureza... é simultaneamente, o resultado de processos sociais, como também meio e condição para esses processos (...) Relacionando à reprodução das relações sociais, a dinâmica do espaço é inerente à dinâmica da sociedade.” (Trindade Jr, 1997:5- 7).

A estratégia de desenvolvimento, a partir dos grandes projetos de exploração mineral, acionando a cobiça e sanha de acumulação em torno das riquezas naturais da Amazônia intensificara a ocupação de núcleos urbanos em redor dos “pólos econômicos”. Isto favoreceu, ao mesmo tempo, a exploração predatória e a degradação humano-ambiental, intensificando a ocupação desordenada de cidades de porte socioeconômico mais elevado, o que redesenhou o perfil urbanístico, sóciodemográfico, acentuando os níveis de pobreza, como é o caso de Belém. Ao longo das três últimas décadas, o paradigma do “desenvolvimento sustentável” impressa na retórica das mudanças para o curso do crescimento econômico da região é proposta por diferentes atores sociais sem, no entanto, lograrem muito êxito, apesar da grande visibilidade e dos investimentos que esse paradigma trouxe à região em nível mundial<sup>2</sup>.

Becker (2004) chama atenção para a emergência de novos atores sociais e de projetos alternativos de desenvolvimento para a Amazônia, dentro de marcos teóricos e políticos da Fronteira Socioambiental e das Tendências Atuais que se localizam na fase de ocupação da região em curso, a partir da década de 80 e nessa medida,

“Os conflitos das décadas de 1970 e 1980 transfiguraram-se, organizando suas demandas em diferentes projetos de desenvolvimento alternativos, conservacionistas, elaborados a partir de baixo. Para sua sobrevivência, graças às redes transnacionais, contam com parceiros externos, tais com ONGs, organizações religiosas, agências de desenvolvimento, partidos políticos,

---

<sup>2</sup> Recentemente, percebe-se que outra “cruzada nacional e internacional” em defesa da Amazônia cruza o planeta.

governos. Trata-se de novas territorialidades que resistem à exploração de experimentos ligados à biodiversidade”. (Becker, 2004:28).

Desse modo, entre em cena a valorização ecológica da região, em face do grande potencial hídrico e da extensa diversidade e, por conseguinte, alteram-se diretrizes técnicas e políticas quanto ao tipo de intervenção estatal, sejam de ordem interna ou de outros atores sociais intercontinentais, tanto quanto, o lugar dispensado às cidades (territórios) da Amazônia. Ganham relevo ações de proteção e resistência à instalação de bases estrangeiras em território brasileiro, como os projetos militares Calha Norte e SIPAM/SIVAM e o Programa Avança Brasil entre outros. Porém, essas múltiplas cooperações científicas, tecnológicas e financeiras envolvem um tenso jogo de interesses e compromissos entre os estados nacionais, pois,

“O novo valor atribuído ao potencial de recursos naturais confere à Amazônia o significado de fronteira do uso científico-tecnológico da natureza e, em sintonia com a política de formação de grandes blocos supranacionais, revela a necessidade de pensar e agir na escala da Amazônia sul-americana” (Becker, 2004:33-4).

As conexões da globalização em nível nacional e internacional são, cada vez mais, profundas e influentes no terreno da economia, das finanças, assim como, em diferentes esferas da vida social, no limiar das duas últimas décadas. O uso mais recente do território brasileiro estaria relacionado à nova divisão territorial do trabalho no contexto da globalização, na qual têm relevo a ciência, a técnica e a informação. Afirmam ainda que a divisão centrada no domínio desses conhecimentos produz uma hierarquia entre os lugares, alterando as formas de atuação dos sujeitos sociais, na medida em que, “O movimento de homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços, mensagens e a fluidez do território articulam-se ao desenvolvimento da ciência, da técnica e da informação” (Santana, 2005:90).

De acordo com Koga (2003), a noção de território encontra-se hoje no cerne de um debate fecundo e bastante heterogêneo, ultrapassando os limites físicos e geográficos que o mesmo encerra à primeira vista, o que me leva a pensar a necessidade de sua descontração. Nas reflexões que se seguem, a autora dialoga principalmente com o pensamento de Milton Santos, no qual ele afirma sua utilidade conceitual para a análise social, na medida em que, engendra uma relação com os atores que dele fazem uso (op. cit. p. 36-7).

A mobilização contrária às formas predatórias e irresponsáveis de ocupação local e destruição da floresta amazônica, rebate em outra grave expressão dos problemas na região, ou seja, aos recorrentes conflitos de terra<sup>3</sup> que se arrastam por décadas. De modo geral, nesse contexto globalizado, remodelou-se o padrão de urbanização no Brasil, haja vista, a tendência de crescimento das cidades. No entanto, as taxas mais elevadas foram observadas em cidades de porte médio em relação às metrópoles regionais, sobretudo, àquelas localizadas no sudeste do país, fenômeno este que, para Santana (2005), pode caracterizar-se como a “involução metropolitana” ou uma desmetropolização concomitante à metropolização (op. cit. p. 99). A grande concentração em áreas urbanas da população brasileira e mundial pode ser mensurada pelos diferentes indicadores socioeconômicos e demográficos na última década. No caso da região norte, reafirma-se que outras cidades de porte médio, além das capitais têm destaque nesse crescimento

Esse breve percurso histórico aponta que a ocupação e a expansão urbana de Belém se articulam ao processo global de expansão e afirmação do capital no âmbito de economias periféricas, como a brasileira, frente aos países hegemônicos. Desde sua fundação, a cidade experimentou momentos distintos impondo-lhe modificações em traços arquitetônicos, paisagísticos e comportamentais, hábitos de consumo, infra-estrutura, linguagem, demografia,

---

<sup>3</sup> Alguns eventos podem ser lembrados visto que ganharam visibilidade dentro e fora do país, focando a atenção internacional sobre a Amazônia, como assassinato do seringueiro Chico Mendes, no Acre, o massacre dos 21 trabalhadores do Movimento dos Sem Terra, em Eldorado do Carajás e, missionária norte-americana Doroty Stain, em Anapú, no interior do Pará.

composição de forças políticas e econômicas. Enfim, o conjunto das relações sociais e das formas de representação de uma identidade belenense e de outros elementos simbólicos da região, cujos marcos e contradições estão alinhavados às transformações no contexto regional amazônico da atualidade. Neste sentido, a cidade de Belém é considerada:

“Um dos maiores municípios em termos populacionais da Amazônia, com 71,3% da população metropolitana, segundo o Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2000), Belém contava nesse ano com uma população de 1.279.861 habitantes, a quase totalidade (99,36%) residindo em sua porção urbana o que representou uma taxa de urbanização bastante superior à observada para o conjunto da Região Norte e para o Estado do Pará, 69,8% e 66,5%, respectivamente’ (...)

“Possui área terrestre de 505,83 km<sup>2</sup>, sendo que, deste total, 33,36% (173,78 km<sup>2</sup>) referem-se à parte continental e 65,64 % (332,057km<sup>2</sup>) correspondem à parte insular, que é composta por 39 ilhas. É de se destacar a participação da área urbana no conjunto do território municipal, que alcança 48,38% (244,74 km<sup>2</sup>) do território terrestre total belenense”. (SEGEP, 2001: 01).

## 1. 2. A MEMÓRIA DA PESQUISA: O BAIRRO JURUNAS E O ETHOS RIBEIRINHO.

O bairro do Jurunas está localizado na região sul de Belém, contornando a orla fluvial da cidade em seqüência ao bairro da Cidade Velha, a qual vem a ser a parte mais antiga da cidade, guardiã de estilos culturais e paisagísticos da colonização lusitana<sup>4</sup>. Limita-se ao com o Rio Guamá, a baía de Guajará e ilhas que integram a RMB, ao bairros Condor e Guamá que contornam da orla fluvial urbana nesta região da cidade. Ocupa uma área de extensão territorial de 2.282,29 km<sup>2</sup> pertencentes aos 7º e 8º distritos administrativos, ou seja, Distrito Administrativo de Belém-DABEL e Distrito Administrativo do Guamá-DAGUA, respectivamente<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Através do casario antigo, as ruas com nome de cidades portuguesas como Óbidos, Alenquer, Gurupá, etc.

<sup>5</sup> O modelo de distritos administrativos da RMB por foi implantado pelo governo municipal em 1998, para dar funcionalidade à metodologia de gestão estratégica através do Orçamento Participativo-OP. Essa divisão permanece em vigor, embora a metodologia de gestão orçamentária com a representação popular não seja adotada pela atual administração do município.

De acordo com os dados do Censo - IBGE, em 2000 e do IPEA, o bairro Jurunas situa-se dentre os cinco bairros mais populosos da periferia urbana da capital do Pará, sua população totaliza 62.740 hab. Proporcionalmente, é também o 5º bairro (quinto) em pessoas residentes com 60 anos ou mais de idade, algo em torno de 4.705 pessoas. O conjunto de dados estatísticos do Censo 2000 em relação às variáveis etárias pode-se constatar que há uma pulverização dos segmentos de pessoas idosas entre a população total residente na área urbana e no conjunto da RMB. Empiricamente, pode-se afirmar uma possível relação com a procedência desses residentes que difere entre os bairros, conforme sua disposição geográfica em Belém. Os fluxos migratórios a partir da década de 60 já acompanham a extensão da malha urbana da cidade entre os bairros Marco e Marambaia, porque ficam localizados próximo à “entrada da cidade” no acesso pela Rodovia BR 316 ou a Belém - Brasília. No entanto, vale dizer que em termos proporcionais, o número de pessoas idosas é significativo em bairros pertencentes às ilhas da Região Metropolitana de Belém, isso pode indicar a menor fixação dos jovens que saem em busca de oportunidades de formação educacional e profissionalizante, de trabalho e renda na capital. Quanto à população residente no Jurunas.

A origem do bairro Jurunas e a sua atual configuração espacial parecem originárias, a partir de três grandes fluxos, desenhando a ocupação desordenada no eixo aquaviário e continental dessa malha urbana que são: Avenida Estrada Nova, ou Avenida Bernardo Saião, na orla do rio Guamá; a Grande Rua do Jurunas, atual Travessa Roberto Camelier; e a Rua Conceição, atualmente denominada de Rua Fernando Guilhon. Esta última rua concentra uma grande circulação de pessoas, de residências particulares e atividades comerciais, além do Porto da Conceição, o mais importante naquela sub-região e o Complexo do Jurunas<sup>6</sup>. Tem uma feira livre de vegetais e outros produtos perecíveis e o comércio ambulante subsidiário à

---

<sup>6</sup> Espaço para organizar a feira livre com boxes e infra-estrutura, uma espécie de mini-mercado municipal.

economia formal, além do grande comércio de atacado e varejo, instituições bancárias e de prestação de serviços em toda circunvizinhança.

Assim sendo, do ponto de vista econômico, nesse trecho do bairro viário tem relevo o comércio de alimentos, confecções, madeiras, matérias de construção e transportes marítimos, os portos e a indústria de beneficiamento (açáí, palmito, peixes e crustáceos; têxtil e movelaria), além da construção naval. Esta área pode ser descrita:

“A movimentação de pessoas e mercadorias é intensa, constituindo-se em malha de longo alcance, pois, através dos trapiches, pontes, pontilhões e portos propriamente ditos, articula-se o mundo ribeirinho à capital. A infra-estrutura é precária, mas, é a opção existente. Ao final da rua Fernando Guilhon, o porto, conhecido por Conceição, é “senhora” que, em dias de grande movimento, permite o trânsito de cerca de 3.000 pessoas. O porto funciona 24 horas, é o maior porto de toda a Estada Nova, dizem os feirantes das proximidades. No início da manhã, é invadido por pequenos negociantes que saem de madrugada, do outro lado do Guamá e ao alvorecer, passam curvados carreando suas cargas, acenando a um e a outro conhecido, parado aqui e ali para oferecer os produtos, em grande algazarra” (Beltrão e Rodrigues, 2005:46).

Paradoxalmente, observei que a rua Conceição (transversal) na confluência com a rua Bernardo Sayão (orla) e suas adjacências se mantém como marcos da ocupação segregada, do bairro, por limites físicos, prevalecem o solo alagado com moradias em palafitas, precárias condições de saneamento, pavimentação e arruamento, nos padrões de consumo e no perfil sócio-econômico dos moradores, a violência urbana, a paisagem e a estética das habitações parecem corroborar as divisões do bairro. No entanto, esses limites de segregação entre os não são rígidos ou intransponíveis, a dinâmica da interdependência exigida na reprodução social cotidiana entrelaça esses moradores nos espaços de sociabilidade, de trocas mercantis ou simbólicas.

O traçado de ruas, o grande número de passagens e vielas (becos e saguões), a presença ou a precária infra-estrutura de serviços, como a simples coleta regular do lixo, as atividades econômicas, as opções de lazer entre outros caracteres, vão tecendo sociabilidades relativas

aos diferentes segmentos de classe. Uma vez que, boa parte dessa área fora aterrada ou drenada para canais por ocasião do asfaltamento, a própria conformação no relevo do terreno, o qual apresenta um declive nas partes mais alagadiças, em mangue, próximas da orla fluvial, contribui para a divisão no bairro. Leva-se em conta também que boa parte dessa área fora desapropriada, fruto da ocupação ilegal ou de loteamentos particulares (extinção de vacarias e pastos) e que foram doados ou negociados a baixo custo, dados confirmados pela maioria das informantes.

Observa-se que a mesma rua Conceição estabelece outro limite no sentido leste-oeste interior do bairro entre áreas do bairro. Isso se reflete no tipo de calçamento das ruas e logradouros, no adensamento populacional em relação à extensão de terrenos e moradias, na ausência de saneamento básico, no tipo de solo e de construção dos imóveis, na intervenção do poder público em face das ocorrências delituosas e violentas etc. Essa situação também se desdobra em estigmatização dos moradores e de algumas ruas, restringindo a circulação e instituindo algumas regras tácitas de sobrevivência como evitar cruzá-las no período da noite até as 06(seis) da manhã pelo risco de assaltos e mortes, o que torna os jovens e trabalhadores que estudam à noite mais vulneráveis. Fora justamente nestas imediações que vivenciei aquele episódio de detenção dos vizinhos de D<sup>a</sup>. Verbena, narrados neste mesmo capítulo.

Estas áreas se distanciam das partes mais altas, valorizadas e bem cuidadas e que se limitam como o bairro de Batista Campos, considerado um dos mais nobres de Belém e, com uma parte do centro da cidade, próxima ao Shopping Center Iguatemi, além de outros pontos turísticos e de expressivo consumo nessa parte da cidade. Por conseguinte, esse formato de ocupação espacial na “parte alta” e mais a leste do bairro se faz acompanhar, por exemplo, da crescente verticalização dos empreendimentos residenciais, da melhoria na infra-estrutura de serviços, de prédios públicos, transportes e de bens de consumo mais compatíveis com o padrão de renda dos moradores. Ratifica-se a idéia de segregação sócioeconômica e simbólica

incorporada no ethos local a enredar sociabilidades, identidades e a própria gestão do espaço urbano.

Desse modo, a orla de Belém não está facilmente acessível à paisagem urbana num corredor que engloba cerca de quatro bairros somente nessa parte sul de Belém sem falar de outras regiões da cidade. Como já fora assinalado anteriormente, ao contrário de outras cidades, a orla de Belém não se constituiu em área supervalorizada pelo setor imobiliário, por sua ocupação desordenada e a infra-estrutura urbana precarizada ao longo de muitos anos. Assim sendo, o rio Guamá que contorna boa parte da cidade, é contemplado somente de determinados locais, metaforicamente denominadas de “janelas para o rio”. Segundo Beltrão e Rodriguez (2006), o rio só poderia ser visto “entre nesgas e becos, revelando a ausência de infra-estrutura do bairro nas imediações da ribeira, espaço entre o rio e a cidade no qual vivem e transitam todos os dias milhares de pessoas...” (op.cit, p. 45).

Entretanto, nas duas últimas décadas percebe-se que novas concepções e intervenções do poder público em parceria com o capital privado modificaram esse cenário, com a valorização do rio e a abertura de novas “janelas”. Porém, em algumas delas não há gratuidade de acesso, como no Mirante do Mangal das Garças, um parque ecológico às margens rio Guamá, na parte antiga, limite entre os bairros da Cidade Velha e o Jurunas. Essa metáfora às janelas para ao rio se popularizou em Belém, a partir de um projeto pioneiro da Prefeitura Municipal de Belém, em 1998, com o primeiro logradouro às margens da Baía de Guajará, na zona portuária, com quiosques com venda de comidas típicas, praça com brinquedos infantis. Esta área foi sendo ampliada, com outras opções de lazer, gastronomia e um parque aquático, o que serviu de estímulo para os novos empreendimentos na orla fluvial da cidade, fomentando o entretenimento e a economia, além de criar novos corredores de escoamento para o trânsito e atenuar os efeitos desagradáveis do calor tropical.

Devolver o rio à cidade e resgatar seu “ethos ribeirinho” foram argumentos pertinentes naquele momento que acabaram sendo incorporados nas políticas de urbanização da orla fluvial, e a abertura de novas “janelas” tornou-se diretriz de política urbana para o governo estadual<sup>7</sup> e municipal. Os novos frutos dessa iniciativa estão em curso, com a execução de um grande projeto de urbanização Portal da Amazônia em toda a orla fluvial da cidade, essa primeira fase do projeto, coloca a orla do Jurunas em bastante evidência. Porém, as dificuldades operacionais e o alto custo financeiro e político o colocam em risco, pois, a desapropriação de terrenos e imóveis comerciais ou residenciais, com a retirada de moradores instalados há muito tempo na orla, vale dizer de forma irregular e, completamente desordenada, encontra muitas resistências.

Assim, as polêmicas em torno desse projeto também estão em curso, visto que envolvem diferentes interesses e sujeitos sociais. Observa-se ainda que o viés ideológico e prioritariamente físico e espacial que advêm da concepção de cidade espetáculo em torno das políticas urbanas nem sempre conciliam suas intervenções estéticas com interesses e opções de melhoria da qualidade de vida para o conjunto da população. Dessa forma, a especulação imobiliária com a expansão de empreendimentos destinados aos setores da classe média, já está em curso na área, o que certamente implicará também em aumento do custo de vida, com impostos e serviços urbanos correspondentes, gerando restrições à sobrevivência das populações nativas, ou seja, dos moradores ribeirinhos mais pobres dessa área.

De modo geral, o caos urbano prevalece na orla que circunda o bairro do Jurunas nesse momento, e adentra a parte continental na parte baixa e mais à esquerda, na fronteira oeste com os bairros Condor e Cremação, ambos têm caracteres sócio-espacial, físico e demográfico bem semelhante com o Jurunas. A imagem que prevalece é de um espaço bastante deteriorado, com ocupação desordenada dos terrenos, com palafitas, vielas e

---

<sup>7</sup> Destaco os complexos Feliz Luzitânia, na parte antiga da cidade e Estação das Docas, ao lado da Feira do Ver-o-peso.

“cortiços”, onde barcos e portos de navios de pequeno porte disputam espaço com o comércio de todo tipo. São estâncias para venda de madeiras e seus derivados, fábricas de beneficiamento, feiras livres, clubes esportes e aquáticos etc. Apesar do recapeamento asfáltico sem manutenção na maior parte de ruas e passagens, a falta ou a precariedade da infra-estrutura (drenagem de canais, saneamento, iluminação, coleta do lixo) é visível e se potencializa como demanda significativa diante do grande adensamento populacional.

Essas características também delimitam fronteiras de pertencimento, de procedência interiorana expressas na linguagem, nos hábitos de consumo, religiosidade e de lazer de ethos ribeirinho. Sem dúvida, a característica distintiva e marcante no resgate das raízes indígenas aparece na denominação de várias ruas, a começar pela Rua do Jurunas, - ou a primeira rua do bairro, hoje denominada de Roberto Camelier. Há também as ruas - ou Travessas com é mais usual na cidade – Apinajés, Caripunas, Mundurucus, Tamoios, Tambés, Tupinambás e Timbiras homenageando tribos ancestrais e outros povos indígenas que ainda habitam as diferentes regiões do país. Essa relação, contudo, não me parece muito perceptível e valorizada pelos moradores locais. No entanto, a comercialização e o consumo diário e ininterrupto do açaí – um suco ou vinho do fruto de mesma palmeira que se extrai o palmito é sem dúvida, é um dos elementos mais expressivos dos hábitos alimentares que informam a identidade jurunense e adjacências.

É servido com prato principal ou acompanhamento às principais refeições, como lanche, sucos, sorvetes, mas, preferencialmente ao consumo nativo e ribeirinho se faz acompanhar de peixes ou camarão secos, carne seca frita e farinha d’água, como um pirão. Por conseguinte, são padrões alimentares extensivos à culinária e aos hábitos paraenses, componentes da identidade papa-chibé ou papa-açaí<sup>8</sup>, onde o consumo do vinho ou suco dessa palmeira pode ser atribuído a um rito de passagem à identidade paraense. A iguaria que é unanimidade na

---

<sup>8</sup> O refrão de uma canção bastante conhecida, em ritmo de carimbo, faz a seguinte referência: “... chegou no Pará, parou!, bebeu açaí, ficou!”, o que pode denotar sua pertinência a um rito de passagem no imaginário popular.

região norte tem grande impacto econômico no bairro, já que muitas famílias obtêm seus rendimentos mensais desse tipo de venda e, ao que parece, não temem muito a concorrência, pois, muitas postos de venda estão localizados bem próximos uns dos outros, e podem até mesmo, estar na casa ao lado.

Atualmente, o consumo do açaí ocupa os mercados nacionais e internacionais, incorporando-se ao cardápio dos grandes centros gastronômicos com muitas variações, e vem sendo muito apreciado aqui na cidade do Rio de Janeiro. Com base em pesquisa sobre hábitos alimentares na orla do bairro, a venda<sup>9</sup> e ao consumo do açaí é assim descrita:

“... As máquinas de açaí são ponto de encontro diário de vizinhos, amigos e conhecidos. Os pontos de venda são conhecidos pelo nome ou apelido do amassador - “Açaí do baixinho”, “Açaí da Abgail”, “Açaí do Almir”-, pela procedência - “Açaí da Ilha”, “Açaí especial do Marajó” -, pelo sabor - “Açaí Maravilha”, “Sabor Paraense” -, entre tantas outras placas vermelhas, de longe se sabe que o açaí começou a ser amassado, pois são colocadas bandeiras vermelhas ao longo das avenidas, ruas e travessas e, também, nas esquinas. Assim, mesmo passando ao largo, é possível divisar o açazeiro. Quando a noite chega, no Jurunas, as baiúcas de açaí confundem-se com os lupanares, pois os donos dos pontos crescem à frente do estabelecimento lâmpadas vermelhas, para atrair os fregueses” (Beltrão e Rodrigues, 2006:53).

Outro aspecto interessante no bairro, diz respeito às manifestações folclóricas e religiosas, as quais obedecem todo um calendário de eventos concomitantes, mas, com público cativo no Jurunas. No período de carnaval, observei que além dos blocos de rua tradicionais que uma parte da bateria da escola de samba do bairro juntamente com um carro-som, alguns passistas e porta-bandeira circulam pelas ruas nos finais de semana, entoando o samba enredo a fim de popularizá-lo entre os moradores. Nos meses subsequentes até maio ocorrem as festividades da quaresma, páscoa e as celebrações (com as rezas e o arraial) em devoção às santas Terezinha e Luzia e que emprestam nome às paróquias católicas mais

---

<sup>9</sup> Comentar a nota da autora sobre o processo moderno de extração do vinho, em ralação ao processo manual e tradicional das índias.

importantes e a duas ruas do bairro, com procissões e missas campais em avenidas e logradouros do Jurunas.

Pude constatar também a existência de várias igrejas evangélicas, de pequeno porte em sua maioria, localizados em imóveis que comportam um número reduzido de pessoas nos cultos diários, em diferentes horários diurnos e noturnos. Em relação a outras crenças e manifestações religiosas como centros de espíritas, de candomblé e umbanda, por exemplo, me pareceram ter menor expressão e pelo menos, pouca visibilidade, mas, sei que existem por lá. Aliás, como ocorre em vários lugares do país, o exercício da religiosidade parece bastante flexível em Belém. As pessoas costumam circular entre diferentes credos, rituais e tempos religiosos, muito embora não assumam oficialmente, ou às claras, essa prática. A grande adesão popular e o prestígio social das celebrações religiosas em homenagem à Nossa Senhora de Nazaré e para Yemanjá, que ocorrem em outubro e dezembro, respectivamente, na capital, podem sustentar empiricamente a hipótese do sincretismo na cultura local.

Certa feita, num dia de domingo, foi interessante acompanhar da varanda do prédio a mobilização e a adesão festiva dos moradores para o cortejo religioso e, mais tarde, ao desfile de um bloco de carnaval. Assim, pela manhã a procissão de santo e à tarde, a “procissão do samba”, reforçando nuances de sincretismo entre o religioso e o profano que mesclam historicamente a sociedade brasileira. Também observei muitos bares locais, e até freqüentei alguns desses, além de bailes costumeiros na área, com apresentação de artistas, bandas e DJs já consagrados pelos freqüentadores, como aos domingos, de 17 às 23h no Palácio dos Bares<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> É um bar muito antigo localizado no bairro da Condor, vizinho ao Jurunas. Construído inicialmente no estilo palafita, à beira do rio Guamá, encravado numa zona de prostituição muito conhecida na cidade e que se tornou famoso quando serviu de cenário do filme *By By Brasil*, de Cacá Diegues. Esse logradouro entrou em decadência posteriormente e na década de 90, foi revitalizado como parte de complexo turístico da Pç Princesa Isabel, com restaurante, porto, estacionamento. O bar ganhou uma construção em alvenaria em dois pavimentos, toda avarandada e passou a ser freqüentada por um público mais diversificado das camadas médias, intelectuais, estudantes, além dos moradores locais e de bairros vizinhos. Hoje, me parece que vivencia outra fase de decadência em razão da violência urbana em derredor, mas, ainda serve de palco aos bailes nos finais de semana.

A escola de samba mais antiga e é muito querida na cidade - “Rancho Não Posso me Amofinar” – já foi por diversas vezes campeã do carnaval de Belém. No bairro é também uma unanimidade, a “escola do coração do povo jurunense” ou da “nação jurunense”. Esta denominação foi consagrada num samba enredo da escola. Este local mostrou-se um espaço que agrega fortemente os laços de pertencimento à área e no qual convivem todos os segmentos geracionais. Pude observar a frequência de muitas famílias, com membros de duas a três gerações juntos, dançando, cantando e se divertindo, inclusive, dispondo de “mesas cativas”, denotando sua vinculação com o espaço e a intimidade com os dirigentes. Aliás, estes se revezam à entrada da sede recepcionando pessoalmente a cada um dos visitantes.

Porém, acredito que esse vínculo da população do bairro com a escola de samba se consolidou para além do carnaval, em função dos projetos sociais executados na sede e que atendem todos os segmentos etários. Têm destaque para as atividades físicas, lúdicas e esportivas, os grupos de dança que incluem várias modalidades para crianças, adolescentes e grupos de terceira idade. Além disso, há distribuição de cestas básicas às famílias carentes da área e atendimento médico e odontológico para adultos. No baile de posse da nova diretoria da escola e celebração por mais um campeonato do carnaval 2007<sup>11</sup>, foram anunciados novos projetos sociais e ampliação de metas de atendimento para mais 2.000 pessoas e distribuição de cestas básicas.

No entanto, o mês de junho consagra efetivamente o clima de festa e entretenimento popular no bairro e por toda a cidade, em razão das festividades juninas. As ruas e avenidas em grande movimentação são tomadas pela “procissão” diária de crianças e jovens, vestidos com seus modernos trajes de caipira para apresentação de quadrilhas e também de outras danças folclóricas típicas da região, com destaque para carimbó, siriá, lundu, forró e o cordão

---

<sup>11</sup> Neste baile estavam presentes os cantores Nequinho da Beija Flor e Dominginhos do Estácio, puxadores de escolas de samba do 1º Grupo na cidade do Rio de Janeiro e que são assíduos frequentadores do carnaval do Rancho, além de artistas locais. O espaço é aberto à apresentação de cantores e de bandas locais e nacionais que não são ligados diretamente ao samba e ao carnaval.

de boi-bumbá, mesclando as influências afro-indígenas e lusitanas. São realizados concursos e festivais em agremiações e terreiros juninos particulares ou organizados pelas secretarias de cultura estadual e municipal com torcidas organizadas etc. Os adultos, entre eles, muitas avós, costumam acompanhar esses grupos, tornando-se um momento para muitas trocas, aprendizados e o lazer interativo, pois, os grupos de terceira idade também costumam se apresentar também com as roupas e danças típicas, interagindo com as novas gerações.

Além disso, observei que muitas escolas, grupos de dança realizam um trabalho de pesquisa com oficinas para confecção de instrumentos musicais e indumentárias relativos a essas manifestações, com o resgate das lendas, mitos, danças e outras expressões da cultura popular não só da região, mas, de outros locais do país e de outros continentes, com as danças orientais e asiáticas. Nesse processo de resgate cultural também a memória e a experiência dos mais velhos costuma ser valorizada e reconhecida. Assim, em várias situações, literalmente, pude vivenciar a condição de observadora participante e revisitar aquelas imagens do bairro, visto que me diverti, dancei e (re)conheci pessoas, imagens e “personalidades” típicas do Jurunas e da sociabilidade ribeirinha neste ângulo da cidade, além de voltar a conviver com amigos e alguns familiares que lá residem e de quem trago boas recordações factuais e afetivas.

A proximidade com a orla fluvial de Belém evidencia de forma bem nítida sua face, dito de outro modo, a ligação com o rio e o ritmo das marés vai tecendo as formas de vida e a identidade ribeirinha, raízes desse “homem ribeirinho”. Paradoxalmente, o processo de ocupação e urbanização de Belém, a visualização do rio e os vínculos ribeirinhos vêm sendo comprometidos. Segundo Beltrão e Rodrigues (2006:45) “O rio não pode ser visto, a não ser entre nergas e becos, revelando a ausência de infra-estrutura do bairro nas imediações da ribeira, espaço entre o rio e a cidade no qual vivem e transitam todos os dias milhares de

peças...”. Desse modo, o formato da orla de Belém apresenta-se “*sui generis*” em relação a outras capitais do Brasil e de muitas cidades litorâneas.

De volta ao bairro, às caminhadas, passeios e contatos informais diários, por outro lado, me deixaram bem informada quanto à “vida cultural” e econômica, sua agenda de shows, de bailes da saudade<sup>12</sup> aniversário de personalidades ilustres do local, serviço de classificados, de meteorologia e de empréstimos financeiros, preço de mercadorias, inclusive do açaí e de outras guloseimas típicas, graças e propaganda ambulante que é muito comum naquele cenário ou através de alto-falantes fixados em postes de energia elétrica. Nas potentes caixas de som adaptadas em carros e bicicletas que circulam nas principais ruas e feiras do Jurunas, as informações se repetem “infinitamente” e o circuito da comunicação se completa de forma ágil e bem articulada, num rastro de grande poluição sonora e visual, desde as primeiras horas do dia até à “boca da noite”, parafraseando o dialeto ribeirinho. Essa imagem se repete nos centros comerciais e áreas de grande circulação em outros bairros, a semelhança das cidades interioranas com esse mesmo perfil de ocupação da orla fluvial.

Recordo-me, sobretudo, da sensação de pânico às proximidades do rio Guamá, diante daquela imensidão de águas turvas, já que alguns familiares moravam na rua principal da orla e a diversão preferida das crianças era e banhar-se no rio, mergulhando na maré cheia. Após tantos anos, pude constatar que o estado de conservação física e espacial não mudou, pelo contrário, algumas condições de saneamento básico e o adensamento populacional se agravaram, ou já se deterioraram com a falta de manutenção e continuidade às intervenções urbanísticas empreendidas na área. A ocupação irregular da orla para fins comerciais e residenciais fechou completamente a visão do rio no trecho de avenida que contorna o bairro.

---

<sup>12</sup> São bailes dançantes muito populares realizados em clubes e sedes nos bairros da periferia. São freqüentados principalmente por casais de meia idade, participantes de grupos de terceira idade e de dança de salão. Algumas senhoras contratam os serviços de jovens acompanhantes do sexo masculino que trabalham como instrutores de dança. O repertório musical também faz jus ao título, pois, as aparelhagens musicais tocam canções nacionais e internacionais que fizeram sucesso no passado. Os boleros e as canções de Roberto Carlos estão entre as preferidas.

Por fim, a pesquisa me deu oportunidade de reconstruir o imaginário do Jurunas, sem as lentes opacas e repletas de imagens negativas da infância, e tentei fazê-lo, ou melhor, “ele foi se fazendo”. Desvelou-se uma possibilidade de recorte espacial, de nuances emblemáticas às identidades e sociabilidades de Belém, tarefa que foi compartilhada também com as informantes, no decorrer das entrevistas.

A aproximação física e as primeiras impressões do bairro não foram agradáveis, pois, diante o alerta de familiares, de amigos e vizinhos, noticiários da imprensa ou de agentes do poder público, em virtude do alto índice de criminalidade, ou ainda por vivenciar situações de risco iminente, tudo e todos o sinalizavam como um local perigoso. Os casos de assalto a pedestres, transportes coletivos e estabelecimentos comerciais, latrocínios e assassinatos, muitos desses praticados por adolescentes além de muitos conflitos vicinais integram a rotina perversa das periferias das cidades. Duas situações ocorridas logo que retornei à cidade que me causaram desconforto e temor quanto à viabilidade e os riscos que enfrentaria ao realizar a pesquisa de campo naquela área, sem nenhum suporte institucional.

Essa preocupação se justifica, na medida em que, não pretendia vincular-me a nenhuma organização pública ou privada, nem mesmo à universidade a qual pertenço, para evitar possíveis interferências e constrangimentos no trabalho, como por exemplo, cumprir prazos e exigências burocráticas, prestar contas de dados coletados ou de análises de teor mais crítico etc. Observei que se encontravam na transição de governo estadual, além da insatisfação popular com o executivo municipal cujos rebatimentos nas unidades alcançavam as unidades executoras nos bairros, razão pela qual preferia manter-me distanciada.

Voltando aos episódios no bairro do Jurunas, lembro-me que por volta 19h, viajava num ônibus retornando para casa quando num certo momento, próximo a orla fluvial do bairro e há três quadras do ponto onde iria descer, um policial militar subiu no coletivo pela porta da frente empunhando a arma e, muito educadamente, nos deu Boa noite! Justificou sua presença

ali como medida de segurança em razão do grande número de assaltos a coletivos no bairro, especialmente naquela esquina, indicada por ele como um “ponto de marginais”. Segui pensativa a caminho de casa e, ao mesmo tempo, consternada com a impotência coletiva para deter esses processos e os retomo agora na memória do campo, não para dar ênfase à violência urbana em si, mas, para refletir sobre alguns desdobramentos, como por exemplo, a impiedosa criminalização da pobreza que se impõe ideologicamente e nos contagia à sombra do medo.

Noutra ocasião, por volta de 11h e 30 min aguardava a condução em outra rua, quando uma chuva torrencial se abateu sobre o bairro e ao procurar abrigo sobre um toldo de cor amarela na fachada superior de um pequeno comércio, fui abordada pelo proprietário do imóvel que abriu a grade e me convidou para entrar imediatamente, pois, eu corria o risco de assalto e agressões. Um outro rapaz que estava também “passando a chuva” entrou e acabamos numa conversa informal com a dona do atelier de costura que lá funcionava, assistimos ao jornal local pela televisão, tomamos água etc. Em casa e entre amigos, fora alertada para que evitasse abrir a bolsa e atender ao telefone celular na rua, para ficar atenta às pessoas de bicicleta, sobretudo à noite e quando estivesse chovendo, pois, esse era um dos principais “modus operandi” dos jovens locais na prática dos assaltos a pedestres.

A despeito dos perigos e do sentimento de intranqüilidade, o cenário local foi se tornando mais familiar e percebi que “De certos ângulos, parecia mesmo um calmo bairro de subúrbio, de intensa vida social entre vizinhos ...” (Zaluar,1985:10). Assim como a autora, também encontrei por lá meninos correndo, brincando nas ruas, jogando bola ou soltando pipa (ou empinando papagaio no dialeto paraense), donas-de-casa conversando nos portões e calçadas, na volta da feira ou no final da tarde, depois da chuva, tomando tacacá<sup>13</sup>. Muitas

---

<sup>13</sup> Iguaria típica do Pará de origem indígena, uma espécie de caldo quente, a base de derivados da mandioca (goma e tucupí), camarão e um vegetal (jambú), servida numa cuia (artefato indígena do fruto da cuieira), a qual é tradicionalmente consumida todo final de tarde. Pode ser encontrada em várias esquinas da cidade, bem como

peças, sobretudo, os homens, jogam carteados em animadas conversas nos bares e botecos ou mercearias, grupos de jovens nas esquinas conversam e observam o movimento das ruas. Trabalhadores que saem ou chegam do trabalho, brincam e mexem com seus conhecidos, babás e vovós, com suas respectivas crianças, passeando na rua ou conversando à porta da casa ou de condomínios residenciais.

Enfim, a vida cotidiana seguia seu curso pelas ruas, cujos nomes curiosamente guardam estranheza à imagem de um local perigoso, em homenagem e devoção aos santos católicos como ruas São Silvestre, São Miguel, Stª Luzia, São Raimundo ou por denominações mais singelas e paradoxais como as Ruas Bom Jardim e Monte Alegre, ou ainda a Passagem da Paz. Outra analogia interessante com Zaluar (1985) refere-se à afirmativa de que esse medo do lugar e do outro é um medo construído, alimentado pela intensa e diária propagação de imagens que o denotam como alguém sem perspectivas para o convívio social. No relato do trabalho de campo realizado numa favela da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, ainda na década de 80, ela afirma que:

“Não o medo que qualquer ser humano sente diante do desconhecido, mas um medo construído pela leitura diária dos jornais que apresentavam os habitantes daquele local com definitivamente perdidos para o convívio social, como perigosos criminosos, assassinos em potencial, traficantes de tóxicos, etc. Apesar de saber que essa campanha não era senão a continuidade de um processo de longa data de estigmatização dos pobres, eu tinha medo. Um medo realista de me enredar em malhas cujo controle me escapasse ou de enfrentar a morte nas mãos de um bandido raivoso. Duvidei que pudesse permanecer por lá e me relacionar com as pessoas” (Zaluar, 1985:10).

Percebi que esse medo velado do outro que é bandido, perigoso, além de outras qualificações mais ofensivas, ou vulgares, se dissemina, proporcionalmente, à desconfiança para com a efetividade da segurança pública e do caráter incorruptível de seus agentes, em oposição à ousadia e o poder dos “bandidos”, de tal modo que, instituiu um estado de clausura

---

em lugares mais sofisticados, restaurantes etc. Assim com o açaí, ocupa a preferência gastronômica dos paraenses.

entre os moradores e comerciantes. Muitos domicílios particulares se protegem atrás de grades, cadeados, câmeras, seguranças particulares etc, com exceção de barracas e carrinhos nas ruas e feiras livres, quase todas as unidades comerciais permanecem com grades fechadas por todo tempo, ou durante o dia, entre 12 e 15h e, invariavelmente, a partir das 18h. Adquirir um simples pãozinho no café da manhã, um medicamento, apresentar-se à portaria de um condomínio residencial, usar os serviços da *internet* num *cyber* café ou até mesmo jogar no bicho são serviços consumidos através de grades.

As transações são feitas através de pequenas janelas nos portões ou nas grades de ferro, no tamanho suficiente para o contato visual, repasse da compra e do pagamento, apesar disso, muitos desses estabelecimentos registram a ocorrência de assaltos. Reencontrei até uma figura de minha infância que julgava extinta: o guarda-noturno, agora modernizado, visto que circula numa bicicleta, agilizando a prontidão de seu apito e da vigilância à noite, em pequenos trechos de rua e alamedas que cruzam as avenidas principais, me parecendo ser uma alternativa popular de segurança privada mais acessível àquela comunidade. Essa estratégia convive com sistemas mais sofisticados de segurança privada nos condomínios verticais e horizontais situados nos setores mais nobres do bairro, desvelando uma das faces da segregação sócio-espacial no bairro, no entanto, a reivindicação quanto à ronda policial mais ostensiva é sempre reforçada.

Em várias outras ocasiões em que precisei me abrigar das famosas chuvas em Belém, nos pátios e beiradas de prédios e comércio na área, pude constatar duplas ou grupos de adolescentes e de jovens do sexo masculino correndo nas ruas como se fizessem um *Cooper*, ou de bicicletas, os quais eram observados e apontados como estando “à caça” de possíveis vítimas. Também presenciei abordagens a adolescentes e grupos de jovens considerados em “atitude suspeita” por polícias militares que circulavam em ronda permanente no bairro, à noite e durante o dia. Com viaturas novas e bem equipadas, armas potentes e cães farejadores,

vestiam-se com um uniforme distinto de outros policiais militares, na cor cinza e usando coletes à prova de bala. Este tipo de ação também estava presente em avenidas e praças centrais da cidade, onde os policiais circulavam em duplas a cavalo, em trios ou pequenos grupos em motos ou bicicletas.

Descobri, posteriormente, tratar-se de um novo programa de policiamento ostensivo na capital. Uma política de cunho repressivo à violência urbana muito bem aceita pela população, por haver reduzido os índices de criminalidade, conforme dados da Segurança Pública, divulgados naquele período, aumentando a sensação de segurança, sobretudo, nas ruas e avenidas centrais que atraem grande circulação de pessoas e nas periferias da cidade. Essas abordagens policiais ostensivas também me deixaram imagens constrangedoras, pois, os jovens ficavam encostados na parede ou nos veículos, de mãos para trás ou mesmo deitados no chão para a revista, sobre a mira de uma metralhadora e a vigilância do cão. Ocorriam a qualquer hora do dia ou da noite, na presença de crianças e sobre o olhar complacente dos vizinhos e transeuntes, dando a impressão de uma imagem absorvida rápido e “naturalmente” àquela paisagem urbana, à medida que, há muito era desejada pela população.

No entanto, não me parecia ser abordado qualquer jovem que estivesse correndo ou a caminho da padaria, da escola, do lazer, como no jogo de futebol da tarde, nas ruas asfaltadas. O alvo preferencial eram sempre eles – os “vagabundos”, meninos na rua, portadores da cor e da cara estigmatizada da pobreza, com seus corpos magros, cuidados e vestidos precariamente - em detrimento aos “meninos de família” e estudantes - os moçinhos, vítimas em potencial daquele “outro” - o bandido. Incorre-se sempre no risco de estigmatizar determinados locais e seus moradores às imagens subjacentes à pobreza, reforçando a segregação social, pois, via de regra, as periferias urbanas são ocupadas por estratos econômicos mais baixos das camadas médias e majoritariamente, pelas camadas populares, forjadas num adensamento espacial e

populacional “portadores de inúmeros desajustes sociais”, como se referiu Zaluar, 1985, anteriormente.

Outra grave consequência desse estigma é sua generalização, ao rotular e discriminar todos os moradores pode-se justificar e atenuar a violência institucional praticada nessas áreas. No caso das bicicletas, observei depois que este meio de transporte, vale dizer econômico e ecologicamente correto, mesmo sem nenhuma ciclovia, é muito utilizado no bairro. Serve a toda a família, seja para o deslocamento ao trabalho ou ao colégio de jovens e adultos, para levar e buscar esposa, namorada ao trabalho e as crianças para a escola. Para ir às compras, aos passeios (futebol, praça), serviços de entrega, carretos de feiras livres e, também para os fins escusos como a prática de assaltos, a exemplo de um grupo que age no sofisticado bairro de Ipanema, aqui na cidade do Rio de Janeiro. Pela manhã e final da tarde, as ruas do Jurunas acolhiam uma procissão sobre duas rodas, subindo e descendo pelas ruas principais o que me reportou certa feita, às imagens cinematográficas, como do filme *Bicicletas de Pequim*, de *Wang Xiaoshua*, CH.

Muitas vezes, perde-se de vista que as desigualdades sociais, a falta ou a restrição de oportunidades e perspectivas dignas de futuro para a inclusão das famílias de trabalhadores pobres e às novas gerações ficam explicitadas nesses espaços, o que pude conferir pessoalmente nessa aproximação, tal como “ritos de passagem” a serem cruzados diante dos muros do imaginário sobre o campo. No entanto, como assinala Kuschiir (2003), minhas pré-noções de teor bem negativo sobre o local se acentuaram nesses primeiros tempos. Abateu-se uma forte sensação de insegurança limitando a circulação em determinados horários e locais, restando-me a opção de andar de táxi e angariar amizade com trabalhadores desse tipo de serviço, preferir ambientes mais fechados ou classificados de “seguros e bem frequentados” na hierarquia nativa dos moradores e admiradores do bairro, falarei disso mais a diante. Em todo caso, vale ressaltar que não ousei andar de bicicleta, durante essa longa estadia por lá.

Até então, no intervalo dos últimos três anos eu só havia permanecido em férias, por no máximo duas semanas, “enclausurada” nos limites do condomínio residencial, circulando em viatura particular, sem muito tempo para adentrar na dinâmica do bairro. Porém, a estadia mais longa de aproximadamente seis meses para a execução da pesquisa, lançou-me ao desafio de acolhida e desconstrução de imagens muito negativas, o que afinal de contas, não guardava nenhuma originalidade em relação à violência noutras capitais do Brasil e do mundo, incluindo a cidade do Rio de Janeiro, meu domicílio atual. Aos poucos, a sensação de insegurança foi sendo administrada, ganhando outros contornos e, passaram-se algumas semanas até que me sentisse mais tranqüila e à vontade para circular, travando maior intimidade com o Jurunas e seus arredores, para além dos estigmas que envolvem comumente um bairro periférico e no caso, um das baixadas de Belém.

Assim, ampliei a circulação entre as ruas e praças, aproveitando o hábito de caminhadas matinais ou no final de tarde, depois da chuva e, algumas vezes durante a chuva da noite<sup>14</sup>, fui mapeando as ruas, alternando os trajetos e os horários, inclusive à noite, para observar melhor a variação e o movimento de pessoas e suas diferentes instâncias relacionais. Tornei-me consumidora assídua de feiras, supermercados e mercadinhos locais, além de outros pontos de consumo, como salão de beleza, padarias, drogarias, lojas de presentes, serviços bancários, de entretenimento, de xérox, internet etc. Quando havia receptividade eu procurava “assuntar” sobre o bairro e acabava ouvindo sempre observações e fatos sobre episódios de violência, relatos saudosistas que apontavam um bairro “muito bom de se viver, trabalhar e ganhar o pão de cada dia, honestamente”, mas, que agora infestado por bandidos, roubos e consumo de drogas<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> A chuva diária no início da tarde é muito característica no clima de Belém. Entretanto, às vezes ela nos surpreendia no final da tarde e na madrugada também, devido à alta elevação da temperatura. No mês de maio os índices pluviométricos costumam reduzir. Suponho que as denúncias sobre desmatamento da Amazônia e o aquecimento global sejam verídicas e estejam influenciando essas mudanças climáticas atuais na região norte.

<sup>15</sup> Dentre as drogas ilícitas, o consumo da maconha entre jovens e adultos do sexo masculino é o mais comum nas áreas periféricas e mais carentes de Belém, de acordo com veiculações publicizadas na mídia local. Embora

A curiosidade inversa também se fazia presente, sobretudo, quando me identificava como moradora da cidade do Rio de Janeiro, advindo comparações inevitáveis. Aliás, essa referência sobre meu domicílio “provisório” de cinco anos fora de Belém, me favoreceu em muitas conversas e principalmente, na acolhida com pesquisadora, despertando o imaginário sobre a “cidade maravilhosa”, atravessado de ambigüidades, em face dos rótulos da violência urbana, em especial, a guerra do tráfico. Suponho que em comum também com outros núcleos urbanos e periféricos na atualidade, e a exemplo daquela comunidade mencionada, onde “A guerra era assunto dos “bandidos” apenas. O resto da população vivia o seu cotidiano de trabalho e de luta para manter um padrão de vida digno” (Zaluar, 1985:13). Apesar de bandidos “de dentro e de fora da lei e suas intermitentes e insidiosas guerras”, o restante da população encaminha suas vidas normalmente no bairro, se constituindo maciçamente de trabalhadores, os pobres urbanos emaranhados na teia de suas relações, cujo cotidiano se transfigurou em objeto de intervenção e de análises teóricas muito relevantes nas últimas décadas.

Contudo, para não resvalar nos pilares assistencialistas do S. Social, o “envolvimento compreensivo” precisa ser desafiado, ou como formulou a autora, “... a participação afetuosa e emocionada nos seus dramas diários, sem me deixar levar pela piedade que desemboca no paternalismo e na recusa à dignidade deles” (Zaluar, op.cit, p.11). Para concluir essa linha temática no relato de aproximação exploratória com o bairro, ou pelo menos, com uma parte dele, até onde pude ter acesso sem correr tantos riscos, um segundo registro no Diário de Campo se sobressai e, ao qual atribuo lembrando Kuschnir (2003), como um dos mais inusitados “ritos de passagem” na experiência da pesquisa. O fato ocorreu no percurso de uma das entrevistas realizadas na casa da informante e para chegar até lá, tive que atravessar uma

---

não tenha ouvido muitas referências sobre o tráfico naquela área, o transporte e comercialização de drogas e contrabandos são facilitados, devido sua localização na orla fluvial e a presença de muitos portos, inclusive clandestinos. Nesse momento, não tenho informações a respeito do consumo de outros tipos de drogas e em outros segmentos de classe.

zona de fronteira de grande risco na avaliação dos moradores, sendo “escoltada” por um gentil morador da área e, no retorno também obtive “escolta montada em bicicleta” do marido da informante. Agora com o fato decorrido, é possível referi-lo até de forma lúdica, mas, sem desconsiderar seu caráter dramático, se pensarmos que se inscreve no cotidiano dos moradores locais, em quaisquer momentos e nas atividades vitais à reprodução do grupo doméstico, como ir para o trabalho, à escola, igreja, ao médico, ou apenas comprar o pão etc.

Ao me aproximar do endereço, por volta de 9h, não foi possível localizar a numeração no perímetro das ruas indicado, depois de indagar entre moradores e ser advertida dos perigos ali, abordei uma jovem que embalava seu bebê recém-nascido no carrinho, à porta de uma casa comercial (venda de brinquedos, armarinho, ferragens, miudezas, confecções etc) e perguntei-lhe sobre a referida localização. Ela atendeu-me prontamente, mas, não sabia explicar bem este acesso e foi solicitando para outros uma explicação mais detalhada e, logo havia um grupo de homens e mulheres ao meu redor, entre adolescentes, adultos e até idosos - vizinhos ou transeuntes - falando todos ao mesmo tempo. Foram unânimes em me “aterrorizar” com os riscos de passar naquele “beco” logo à frente, e ser atacada por assaltantes, visto ser o mesmo habitado por muitos delinqüentes. Segundo eles, não havia outro caminho, ou melhor, que não fosse menos arriscado, eram mais distantes e ainda teria que caminhar numa parte sem asfalto e atravessar um canal, igualmente perigoso.

Com se não bastasse aquele grupo em burburinho, outra mulher, sogra daquela primeira jovem, falando bem alto de dentro da loja, afirmou que eu voltaria de lá sem minha pasta e sem a bolsa, pois, com “esse jeitinho”, logo veriam que não pertencia àquela área. Então revelei minha identidade e o objetivo da visita, o que logo despertou comentários sobre o objeto de estudo e também o empenho em me ajudar a chegar à casa da informante Verbena. Após informações desencontradas e sugestão de itinerários confusos, pensei em desistir da entrevista, porém, um jovem - amigo ou parente daquela moça, prontificou-se em me

acompanhar até lá, para maior segurança, deixando seu posto de trabalho na máquina de amassar açai, o que foi muito gentil e solidário de sua parte, tranquilizando-me um pouco mais. No caminho conversamos amistosamente e o jovem “Paulo” me revelou um pouco de sua trajetória e da violência envolvendo os moradores na área.

Ele nasceu e cresceu naquele lugar e até conhecia alguns “jovens marginais” (sic), pois, foram seus colegas de infância e hoje, infelizmente, trilharam um outro caminho. Mostrou-me a casa de sua mãe numa viela que encurtava o caminho até o endereço procurado e vários jovens que conversavam animadamente à porta de uma casa - vizinha a sua mãe, cumprimentaram-se pelos nomes e, é claro, eles me observaram também. Paulo indicou alguns destes jovens como assaltantes, sendo aquela casa um ponto de comercialização de objetos roubados. Observei de relance uma sala com muitos equipamentos de som e de informática para gravação de CD, atividade confirmada posteriormente, na entrevista. Ele ainda comentou lamentar muito essa escolha por parte deles, aliada à falta de estrutura familiar saudável e de alternativas concretas para os jovens no bairro, bem como, o desejo deles permanecerem nessa vida e apartados de religiosidade, contribuindo, assim, para insegurança e discriminação aquele trecho do bairro.

Localizamos a casa no perímetro indicado por D<sup>a</sup> Verbena, a qual era conhecida de meu acompanhante, já que freqüentam a mesma igreja evangélica, referindo-se a ela como irmã, devido serem da mesma igreja. Ela nos recebeu à porta, surpresa ao cumprimentar o jovem Paulo que a esclareceu porque me acompanhara até lá. Ao término da entrevista, o marido da entrevistada acompanhou-me de volta na saída por outras ruas mais movimentadas, de bicicleta, para que eu chegasse em segurança até a avenida principal. Essa experiência me colocou por alguns instantes de frente com a rotina daqueles moradores, em face da violência urbana nas periferias.

### **1.2.1. Recortes do Campo e os Sujeitos de pesquisa**

Minha estréia na relação pessoal com a primeira informante - Senhora Dália - aconteceu no interior da escola municipal Nestor Nonato de Lima<sup>16</sup>, por indicação da Professora Ligia, que trabalha com turmas de primeira série do ensino fundamental. Ela me recomendou chegar cedo, às 7h da manhã, horário em que as mães e responsáveis levavam as crianças para a aula, pois, a referida senhora me aguardaria para conversar, antes de se dirigir ao trabalho na fábrica, às 8h. Além disso, me alertou para o risco de assaltos muito frequentes por lá, ainda mais sendo eu uma pessoa estranha. Por segurança, mais uma vez usei os serviços de uma cooperativa de táxi na área, de quem já me tornara cliente assídua. Fui recebida pelo segurança da escola, um jovem muito gentil e solícito, que me encaminhou ao salão de entrada para aguardar os servidores, pois, àquela hora não havia chegado ninguém.

Como chegara antes do horário previsto, foi possível observar a entrada das primeiras crianças na escola. O zelo com a higiene corporal, com o vestuário e os cabelos, apesar de trajas e calçados bem humildes e gastos, me chamou atenção, além da magreza naquele grupo de crianças. As meninas se destacavam pelos cabelos arrumados com tranças, laços, e prendedores; elas também eram as mais animadas em conversa nos pequenos grupos, na recepção calorosa às professoras e na disputa para segurar na mão destas, receber um bom dia especial ou um toque carinhoso. O clima de ansiedade entre os alunos e responsáveis era grande, pois, nesse dia algumas turmas iriam receber os livros didáticos desse ano letivo que foram doados pelo Ministério da Educação - MEC, enquanto que os uniformes, que são de

---

<sup>16</sup> Essa escola fica localizada numa área conhecida pelos moradores como Radional II ou Jurunas Novo e faz limite com o bairro da Condor, seguindo o contorno da orla fluvial. Foi inaugurada na década de 80, em atendimento à reivindicação de moradores e cujo nome homenageia um líder comunitário local. Essa área de ocupação que foi desapropriada pelo governo do estado, em 197\_. O histórico dessa área representa um marco bem interessante na memória do movimento social urbano na luta pela moradia em Belém, como pode ser constatado em algumas narrativas. Para maiores dados a respeito ver estudos de Santana (2006).

responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, ainda não estavam disponíveis à escola naquele momento.

Depois, a Professora Ligia levou-me para a sala dos professores onde fui apresentada a outros docentes e, posteriormente, aos seus alunos que me deram um sonoro e gracioso “Bom dia Tia Selma”. A avó de seu aluno J.de 08 anos, depois de ter recebido os livros, acompanhou-me a outra sala, conforme o relato no Diário de Campo que se segue:

“Encontrei Dália pela primeira vez na escola ..... Em seguida, conversamos na sala dos professores, expliquei-lhe meu objetivo e ela, muito tímida, alegara falta de tempo, pelo trabalho na fábrica de palmito durante o dia inteiro e até às tardes de sábado. Falava baixo, com o corpo inclinado e sem olhar para mim (**parecia intimidada naquela sala ou esquivava a minha abordagem, ou ainda com receio das outras professoras que estavam na sala**). Quando me disponibilizei para a entrevista no final de semana, ela tornou-se mais receptível e sugeriu o domingo à tarde, dali a duas semanas. Em seguida, começou a falar do neto, de como chegara até ela ainda bebê, sendo filho de “mulher passageira” (**depois entendi como essa pessoa estivera “DE PASSAGEM” em suas vidas**), deixando-lhe o menino com a promessa de retornar em pouco tempo, mas, desaparecera até hoje. Pedi-lhe para me contar melhor essa estória na entrevista, a qual seria gravada, em razão da pesquisa ... (Anotações do Diário de Campo, 15/03/07)

Além de mais três indicações da Professora Ligia que se encaixavam no perfil de avós da pesquisa, também cadastrei mulheres através de observação e abordagem direta nas dependências dos Centros de Assistência Social - CRAS e de Saúde ou Unidade de Referência Básica – URES do bairro. Foi durante a observação das atividades físicas e lúdicas desenvolvidas com pessoas da comunidade, mas, classificados como grupos de idosos. Para chegar até elas, antes procurei a direção dessas unidades uma assistente social e um médico respectivamente, que foram muito atenciosos, informando-me sobre atividades, franqueando o espaço e o acesso às usuárias e até dispensaram as formalidades burocráticas, sem exigir autorização das instâncias superiores nas esferas municipal e estadual.

Presumo que além da simpatia pelo foco da pesquisa, meu vínculo acadêmico com UFPA e a pós-graduação na UFRJ tenham contribuído para isso, já que não havia interesse em analisar recursos e serviços desenvolvidos nas unidades, mas, tão somente uma porta de acesso àquelas pessoas e ao universo privado de suas estórias pessoais e familiares. Reconheço que essa atitude receptível causou-me surpresa, mas posteriormente, pude constatar o interesse de alguns agentes institucionais do nível médio ou que atuavam diretamente nas atividades fins, como se esperassem algum reconhecimento de seu trabalho, embora não tenha alimentado expectativas nesse sentido, esclarecendo meu foco investigativo, repetidas vezes.

No entanto, quando fui apresentada pela primeira vez ao grupo de pessoas idosas nas duas unidades, minha presença fora enaltecida com deferência, pois, a curiosidade acadêmica era vista como motivo de orgulho e reconhecimento pelo trabalho realizado. O fato de ser professora, deslocar-me de outra cidade como o Rio de Janeiro, só para conhecer e escrever sobre suas ações junto a esses grupos e sobre a prestação de serviços àquela comunidade. Apesar de sempre reiterar o foco da pesquisa, senti que meu interesse imprimia certo prestígio ao trabalho de agentes como monitores, professores, recreadoras, técnicos de enfermagem e registrei essas impressões:

“A Professora Paula dirigiu-se ao grupo de senhoras presentes em sala de aula, destacando-me como alguém que vinha do Rio de Janeiro, interessada em conhecer o trabalho desenvolvido com elas.... Então, expliquei sobre minha pesquisa e o perfil de mulheres que buscava como informantes, mas, logo me interpelaram com “burburinhos” sobre os netos que criavam, familiares que também residiam no Rio de Janeiro etc, e muito ansiosas, queriam contar-me suas estórias, ali mesmo.”

D<sup>a</sup>. Safira logo se pronunciou, dizendo-me que uma filha sua também morava na cidade do Rio de Janeiro e que criava seus netos desde pequenos.... Pedi ao grupo que aguardasse para conversamos separadamente em outra sala, pois, necessitava gravar as entrevistas. Como várias senhoras queriam me acompanhar ao mesmo tempo, expliquei a impossibilidade disso e que não precisavam enfileira-se à porta, eu chamaria, uma de cada vez. D<sup>a</sup>. Safira foi a terceira pessoa a se habilitar, já que as duas senhoras anteriores não se incluíam no meu perfil de informante,

pois, uma não cuidava de netos e a outra estava com mais de 85 anos de idade.” (Anotações do Diário de Campo, 25/04/07 ).

E assim, a despeito dos esclarecimentos prévios e posteriores sobre o estudo, sempre que era apresentada a alguém “recém-chegado”, como a supervisora do projeto Brasil Alfabetizado, por exemplo, aquelas referências vinham à tona. Procurei encarar esse dado como estratégia de sensibilização, reconhecimento e confiabilidade em relação às usuárias que se interessaram imediatamente, curiosas, vaidosas nesse lugar de cuidadora de netos, querendo revelar suas vidas, as lutas e também dificuldades econômicas e emocionais, ou até solicitar algum tipo de orientação e encaminhamento a serviços. Na unidade de saúde, por exemplo, fui cercada por um grupo de mulheres e questionada sobre o que receberiam em troca desta participação? Se eu faria cadastro para algum programa do governo do tipo Bolsa Família, se conseguiriam emprego ou mesmo, se eu tinha vinculação com algum político. Lembrei-me de uma moradora abordada por Zaluar (1987:14) perguntando quantas sacas de feijão ganharia ao participar de sua pesquisa.

No primeiro dia, uma jovem senhora de pouco mais de 40 anos e que também já era avó, me pediu para falar reservadamente, desejava orientações com fins de direitos trabalhistas e de família para acionar o pai biológico de sua neta com pedido de pensão alimentícia, além de encaminhamento a um emprego. Enfim, parece-me que o invólucro de representações acerca de práticas dos profissionais da assistência social fora acionado nos primeiros instantes, ou quem sabe, algo mais interessante e mais grave, que se refere às relações institucionais paternalistas e as negociações e barganhas em torno de suas necessidades objetivas, subjetivas e do voto que estabelecem com muitos agentes institucionais. Não acolhi nenhuma daquelas demandas, sugerindo que buscassem aos profissionais e unidades responsáveis e, aos poucos, essas expectativas foram se dissipando e não registrei nenhuma solicitação nesse nível.

Sem querer, posteriormente, conferi as impressões acerca da imagem construída da assistência social entre os segmentos populares. Durante a entrevista com Esmeralda, ela comparou a atitude da filha R., 40 anos, a uma assistente social, fazendo referência a episódios e pessoas da vizinhança que a filha costuma ajudar, e até acolher em sua casa, quando estão vivenciando algum “problema”. Reforça aquela suspeita em torno da representação que alimentam sobre as práticas assistenciais e filantrópicas, associadas à prestação da ajuda aos necessitados, através de algum auxílio material em função de suas carências. Como segunda alternativa, ela compara a mesma atitude com a ação de políticos junto às comunidades pobres. Nesse caso, a ajuda costuma ser parte da relação de favores, assim como, o voto é a moeda de troca daquele que a recebe. São imagens que pude inferir de seu relato.

Resolvi voltar nas semanas seguintes para observar mais e, com um grupo mais reduzido, pude esclarecer melhor o objetivo de meu estudo. Historicamente, essa relação paternalista instituiu trocas pessoais e coletivas num modo típico e personalista de fazer política, muito presente na trajetória da sociedade brasileira. Além disso, é sabido que muitas práticas de gestão do espaço institucional tomam a feição personalista e “partidarizada” na regência da prestação dos serviços<sup>17</sup> e tendem a ser concebidos como favores, concessões de profissionais, de gestores ou lideranças políticos “comprometidos com a causa” e não direitos e políticas públicas às camadas populares.

Entretanto, suponho também que essa relação não se alimenta tanto da ingenuidade da população e de sua fidelidade eleitoral, pelo menos, entre os participantes da chamada terceira idade que cruzei por lá. Foi até engraçado, reconhecê-las desfilando pelas ruas do bairro, em

---

<sup>17</sup> Permito-me esse neologismo para enquadrar minha observação da ingerência partidária explícita nesse trabalho com idosos. Fazem distribuição de uniformes (camisas e tênis), nas camisas do grupo do CRAS estavam gravadas o nome de um vereador, nas cores e com a logomarca do partido, além de financiamento de atividades lúdicas e de outros recursos como honorários dos professores de Educação física, transportes, passeios e bailes. De outro lado, o médico diretor da unidade de saúde, que inclusive concorreu à eleição para vereador de Belém num partido aliado ao governo do estado, também tinha seu nome gravado nas camisas verde e amarelo do grupo, distribuídas no dia em que estive lá.

dias e horários alternados ou subsequentes, portando uniformes e acessórios variados das organizações sociais, ou ainda, anunciando candidatos e legendas partidárias completamente opostas entre si. Vestir-se de acordo com cada grupo, me pareceu o “passa-porte” para freqüentarem os diferentes grupos locais e usufruir daquilo que eles têm para ofertar. Sobre esta estratégia, destaco outra situação curiosa de uma senhora que olhava a atividade física pela grade externa da janela do CRAS, ao perguntá-la porque não entrava, ela me justificou que não estava com a camisa daquele grupo (leia-se ligado a político e partido aliados à prefeitura), vestia-se com a blusa do “grupo opositor”, ligado à unidade estadual.

A convite da monitora responsável da Unidade de Saúde, retornei na sexta-feira seguinte, quando se realizava um café da manhã, organizado para comemorar os aniversariantes do mês, entre os participantes do grupo na referida unidade. Encontrei quase o dobro de pessoas daquele outro dia, inclusive um numero maior de homens, totalizando cinco senhores numa faixa etária bem acima dos 60 anos, e quase uma centena de mulheres das mais diferentes faixas etárias. Aproveitei esse momento para observar o grupo, mas, também fui abordada para saberem mais detalhes sobre minha pessoa e a pesquisa, e novamente, questionaram sobre o que ganhariam ao participar da mesma. Conversei com algumas pessoas, agendei duas entrevistas, de acordo com fragmentos de anotações abaixo:

“Observei D<sup>a</sup>. Esmeralda por ocasião de minha 1<sup>a</sup> visita ao grupo de idosos da URES. Era uma mulher negra, bem forte e de aparência mais jovial em relação à maioria dos participantes, muito ativa e sorridente diante dos comandos do professor. Num determinado momento sofreu uma queda machucando o joelho com um leve sangramento. Após socorrê-la, o Professor advertiu aos demais quanto ao uso de calçado inapropriado para aquele piso, já que ela estava de sandália havaiana e não de tênis como seria adequado. Aliás, o calçamento e o local usado - o estacionamento da unidade, também não me pareciam adequados para correr, saltar, girar entre outros movimentos que eles realizaram naquele dia. Acompanhei-os durante o lanche (café da manhã) em comemoração aos aniversariantes, além de receberem a nova camisa com a logomarca do grupo e da unidade e cujo nome homenageava uma ex-participante já falecida.

‘Ao me aproximar de D. Esmeralda, dessa vez calçando um tênis, perguntei sobre seu o joelho machucado, ela mostrou-se surpresa, mas lembrou de mim, dizendo não ter sido nada

grave. Conversamos um pouco e ela me contou que criava os netos pequenos para ajudar sua filha com dificuldades físicas e econômicas, dispondo-se para a entrevista em sua casa, na segunda-feira seguinte. Deu-me instruções para localizar sua residência próxima ao referido Centro de Saúde. Estava acompanhada de outra senhora, mulher de aparência bem mais velha, a qual me apresentou como sua irmã e mais tarde pude entender a diferença de idade e de traços fisionômicos e raciais entre elas (Anotações de Diário de Campo, 19/03/2007)

Em seguida, dirigi-me ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para acompanhar a comemoração dos aniversariantes que também se realizaria lá. As reações de curiosidade e os comentários sobre minha pessoa eram visíveis, principalmente entre as mulheres mais jovens. Observei que a faixa etária dos participantes era bastante heterogênea, indicando a demanda por atividades físicas e ocupacionais no bairro. Em relação ao sexo, as diferenças são abissais, já que a frequência masculina é inexpressiva, e os raros cavalheiros na faixa de 60 a 70 anos são muito disputados, principalmente, nas festinhas e pelos corações femininos, isso antes de serem “fisgados” por alguma sedutora mais atenta e esperta, via de regra, mais jovem que eles. Ainda assim, o casal costuma ser alvo de brincadeiras e ironias que remetem à sexualidade, namoro, velhice, infidelidade conjugal etc.

De posse de endereços e contatos pré-agendados pude enfim iniciar as entrevistas, algumas ocorreram nas residências e outras nessa mesma unidade, conforme elas indicassem o que lhes seria mais apropriado. Vale ressaltar que após as entrevistas, algumas senhoras me convidaram para visitar suas casas, o que faziam com muito gosto. Não recorde de nenhuma restrição ou desconfiança em relação ao propósito da entrevista, ou seja, ninguém que fora abordado dentro do perfil das avós cuidadoras disse-me um “não”, porém, alguns contatos se dispersaram e, pelo menos, dois encontros agendados não aconteceram.

Assim, restringi-me às entrevistas e observações em grupo no decorrer de atividades lúdicas, interativas e de socialização nessas duas unidades e na escola municipal, infelizmente, me ausentei de Belém no período de comemorações pelo Dia das Mães e não

pude acompanhá-las nesses eventos, como havia planejado inicialmente. O contato mais íntimo com o bairro e o acompanhamento daquelas atividades foram exercícios de aproximação e apreensão de sentidos e da linguagem nesses espaços de socialização, como parte do universo simbólico dos sujeitos da pesquisa. Esta inserção remete-me a que foi empreendida pelo autor de *Sociedade de Esquina*, que para facilitar sua integração à Comunidade de Corneville, foi residir com uma família italiana e aprendeu seu idioma. Assim sendo, ele constata que “Meu esforço em aprender a língua provavelmente foi mais útil para demonstrar a sinceridade de meu interesse do que qualquer coisa que eu pudesse ter dito às pessoas a meu respeito e de meu trabalho” (Whyte, s.d., p. 298)

De modo geral, considero que a relação de empatia, confiança e assertividade das narrativas foi se estabelecendo de modo satisfatório, ao longo dessa convivência e nos momentos de entrevista. Bourdieu (2003) chama atenção para o fato de essa relação de troca entre pesquisador e informante assentar-se numa dessimetria social, a qual, a despeito do objetivo de produzir conhecimento, impregna-se de um caráter social, portanto, incorrem no risco de produzir efeitos sobre os resultados. É também uma relação hierárquica em face do domínio de capitais, notadamente, o capital cultural do pesquisador, gerando o risco deste exercer uma espécie de violência simbólica. Para esse autor, a troca de bens simbólicos e lingüísticos, em particular deste último, pode estruturar a relação objetiva entre esses personagens centrais, e reduzir a possibilidade dessa violência, dominando seus efeitos, e para reduzi-la ele assinala que:

“... Procura-se então instaurar uma relação de escuta ativa e metódica ... Efetivamente, ela associa a disponibilidade total em relação às pessoas interrogadas, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir, por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.” (Bourdieu, 2003:695).

Apesar da boa receptividade, cabe o registro de sentimentos e impressões que antecederam às primeiras entrevistas e marcaram também como ritos de passagem a experiência de pesquisadora, haja vista que, também se criaram expectativas de minha parte em torno dessa relação. Há viabilidade nas interrogações e o roteiro formulado estaria adequado? E sobre a acolhida, haveria empatia e confiança suficientes para se revelarem à curiosidade de uma pessoa estranha? Como dirigir a conversa sem constranger, perguntar sobre a vida privada e não ser muito invasiva? O que fazer diante da interferência externa, de emoções e lembranças tristes? Qual o momento de encerrar? Enfim, pulsava um turbilhão de inquietações, receios e providências e, aos poucos, tudo foi se ajustando, como registrei nesse trecho, a seguir:

“Preparei o material (roteiro, gravador, fita) e me dirigi à área da Radional II, um pouco ansiosa devido ser minha primeira entrevista da pesquisa. Procurei ser discreta na apresentação pessoal, já que esse local é conhecido como muito perigoso e me fora recomendado trajar roupas simples, não portar muito dinheiro, adereços ou objetos de valor que pudessem chamar a atenção e atrair a curiosidade sobre minha pessoa, assim como, não permanecer lá à noite e retornar o mais cedo possível. A demora na condução indicada aumentava minha expectativa e a preocupação com o possível atraso na hora marcada e a demora posterior no local” (Anotações do Diário de Campo, 21/03/2007).

Entretanto, a permanência na área e a receptividade desse primeiro momento de entrevista fluíram de modo bem natural e aparentemente seguro que, apartando-me dos temores iniciais, arrisquei circular um pouco na área, contornando em toda a extensão da Quadra A. No breve percurso observei crianças brincando na rua e adultos conversando nas calçadas, adentrei na padaria da esquina, postando-me na fila, à espera da fornada de pão quentinho, ao final de tarde e até localizei a sede (base física) do MMCC<sup>18</sup>, um movimento feminista ligado ao PT que foi muito atuante em Belém e no bairro nas décadas de 70 e 80. A “receptividade” neste contato e em outros momentos do trabalho de campo, sobretudo, no

---

<sup>18</sup> Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade.

decorrer das entrevistas, me fizeram perceber que atitudes como tranquilidade e simpatia, assertividade de objetivos e na abordagem, flexibilidade no roteiro, exercício da escuta, a mediação e valorização das narrativas, além do esforço no domínio das pré-noções foram âncoras relevantes nesse percurso, como o registro em:

“A entrevista com D<sup>a</sup>. Esmeralda foi longa (quase três horas), devido as constantes interrupções pelos familiares, por vizinhos e amigos dos netos, além de seu ritmo calmo e pausado de falar, como que refletindo bastante antes de falar (...)

‘Deixei que ela falasse mais à vontade, ou seja, sem me deter com rigidez ao roteiro de perguntas, já que se mostrou muito calma e à vontade na experiência de falar de si, de sua vida e também de analisar as situações e as explicações de sua narrativa’ (Diário de Campo, em 31/04/2007).

Nesse sentido, as idéias formuladas por Bourdieu (2003), em torno da relação de troca entre sujeitos na pesquisa, também contribuem de forma interessante para subsidiar essa tarefa e as posturas a serem adotadas, particularmente, do lugar do pesquisador no decorrer da entrevista, no caso o lugar do sociólogo. Para ele, esse momento envolve uma espécie de “exercício espiritual”, pois, sem anular as diferenças sociais busca-se pelo *esquecimento de si, uma conversão do olhar* sobre a realidade e os sentidos que o outro imprime para estes, em sua dinâmica cotidiana. E a despeito de rigores epistemológicos e dos hermeneutas, o autor explicita que: “a disposição acolhedora que inclina a fazer seus os problemas do pesquisado, a aptidão a aceitá-lo e a compreendê-lo tal como é, na sua necessidade singular é uma espécie de amor intelectual” (Bourdieu, 2003: 704). Ele acrescenta ainda que essa disponibilidade à escuta, favorece o discurso, a comunicação, e assim,

“Embora eles sem dúvida não percebam conscientemente todos os sinais dessa disponibilidade (...) certos pesquisados, sobretudo, entre os mais carentes, parecem aproveitar essa situação como uma ocasião excepcional que lhe é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para a esfera pública; uma ocasião também de se explicar, no sentido mais completo do termo, isto é, de construir seu próprio ponto de vista sobre eles mesmos e sobre o mundo, e manifestar o ponto do interior desse mundo, a partir do qual

eles vêm a si mesmo e o mundo, e se tornam compreensíveis , justificados, e para eles em primeiro lugar” (...)

‘Pode-se sem dúvida falar de auto-análise provocada e acompanhada: em mais de um caso nós sentimos que a pessoa interrogada aproveita a ocasião... para realizar um trabalho de explicitação gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar, às vezes com uma extraordinária intensidade expressiva, experiências e reflexões a muito reservadas e ou reprimidas..’ (Bourdieu, 20003:704-5)

Ao relembrar a experiência investigativa em Belém, parece-me que a satisfação demonstrada ao falarem de si, a emoção das lembranças, as reflexões críticas sobre a sua história familiar e a trajetória de vida que emergiram nas entrevistas, juntamente com observações que consegui capturar nos registros do Diário de Campo parecem convergir para as formulações desse pensador. Algumas mulheres até compartilharam sentimentos, fatos íntimos e dolorosos pertinentes ao contexto de suas narrativas. A pressa em concluir nossa conversa só ocorrera em alguns casos, por compromissos previamente assumidos. Portanto, o exercício de falar e refletir sobre si mesmas e suas trajetórias, pareceu-me bem agradável para elas, e de minha parte, um ato de generosidade para com a pesquisa e a tentativa de compreender melhor as relações familiares.

No entanto, este sentimento ou a minha “falsa percepção”, era realçado de forma contraditória, ao questionarem como sua “estória tão simples e sem importância” serviria ao estudo? Que não havia nada muito especial a ser dito, mas, que esperavam poder cooperar com o mesmo, retribuindo à curiosidade e minha escuta, como registro nas observações abaixo:

“A voz firme e rouca se altera em momentos, ou melhor, as falas oscilam em tons de doçura, de tristeza, bem como aspereza e bom humor, parecendo revelar uma pessoa com forte temperamento e impetuosa, conforme apontam alguns episódios familiares e eventos narrados de forma lógica. (...)

‘A perda do filho de forma violenta, no entanto, revelam o lamento da mãe sofrida com a saudade e a ausência do filho querido (ou um dos prediletos) e indignada com a impunidade ao

assassino confesso, de acordo com a sua versão (Anotações do Diário de Campo na entrevista com Safira, 26/05/2007).

“Sua fala é tranqüila, compassada, às vezes, soava num tom mais formal, como se o momento de uma entrevista assim o requisitasse. Parecia refletir bem antes de falar e de emitir as opiniões que se seguiam aos relatos, mesmo que estes não fossem muito agradáveis. Senti com se também fizera um balanço de sua trajetória, constatando um bom resultado final” (Anotações do Diário de Campo na entrevista com Pérola, 26/05/2007).

Nessa linha mesma de raciocínio, também assinalo uma ligação com essas reflexões sobre o trabalho de campo em Zaluar (1987), quando dialoga com a idéia de razão cultural de Sahlins, para discordar da existência de um código ou de uma estrutura inconsciente aplicada às práticas sociais dos pobres. A partir de sua experiência de campo, ela constata o exercício reflexivo, o pensamento racional embasando o discurso daquela população favelada, ressaltando ainda a capacidade de distanciamento desses sujeitos de suas próprias práticas cotidianas. Vale lembrar que seu enfoque centrava-se na tônica da violência urbana como pano de fundo à estigmatização daquela comunidade, e envolvia estratégias de sobrevivência e as mediações com as organizações públicas e da sociedade civil naquele cenário, afirmando que:

“Os pobres urbanos, descobri, com quaisquer seres humanos, pensam a respeito de suas condições de vida e dos inúmeros valores, normas, regras, significados com que costumam ser educados ou formados pelas agencias estatais e religiosas, bem como pelos meios de comunicação de massa.

Nenhuma dessas agências de socialização era homeogeneizadora já que guardam contradições entre si sem que nenhuma delas adquira clara hegemonia sobre as demais, nem o processo de socialização era totalmente fechado e eficaz a ponto de eliminar a reprodução independente de sua cultura de classe ou o seu bom senso, ou a sua capacidade crítica diante das estratégias de que eram alvo. Isso não quer dizer que seu pensar possa ser reduzido ao código de sua tradição cultural autônoma, se é que podemos falar num sistema cultural autônomo. (...) Difícil, portanto, reduzir esse pensar a um sistema preestabelecido e fixo de conteúdos culturais explicados em última instância pela sua posição subalterna ou dominada no processo de produção ou com prisioneiros de um a prática vista na tradição estruturalista com mera execução de um código subjacente. (...)

‘... sua prática não dispensava a reflexão ...’ (Zaluar, op cit, pp.28-9).

O reencontro com algumas informantes da pesquisa, ocorreu durante as festividades juninas realizadas no CRAS e na escola municipal, inclusive nesta última não escapei da convocação para integrar o júri de Miss Caipira. Porém, de minha parte, além do intuito de revê-las, queria observar a interação nesses espaços de sociabilidade e na relação com os netos, que quase sempre as acompanham nos eventos festivos, e vice e versa, bem como, junto aos demais segmentos geracionais presentes, aspecto que será abordado, mais a diante. Foram muito receptíveis e carinhosas, alegando até sentirem saudades de mim e pousando para fotos<sup>19</sup>. Lembro-me também de uma das visitas ao CRAS, onde Violeta se mostrava bem à vontade segurando-me pelo antebraço no salão até à copa-cozinha para oferecer-me lanche e todas faziam questão de me apresentar a familiares e a outras participantes como alguém íntima e com interesse em conhecer suas histórias de vida.

O segundo momento de contato com os dados foi também muito interessante, no processo de sistematização do trabalho de campo. Bourdieu (2003) assinala que é o “momento da passagem do oral para o escrito”, com a transcrição das entrevistas. Nessa medida, nos permite uma nova escuta, abrem-se possibilidades de decodificação e mediações, antecipando a conexão entre as narrativas, entre conceitos, idéias e autores envolvidos no tema e fatos narrados, em busca das recorrências e dos sentidos atribuídos pelos sujeitos em tela. Ele adverte (op. cit. pp. 709-10) para os riscos por parte do pesquisador, ou seja, das perdas que se dão nessa passagem do oral para a escrita, “...isto é, a voz, a pronúncia (principalmente em suas variações socialmente significativas), a entonação, o ritmo (cada entrevista tem seu

---

<sup>19</sup> Enviei depois algumas dessas fotos para elas, através das Professoras Ligia e Paula. As fotos para Amaríles eu entreguei pessoalmente, na tarde em que fotografei a área da Radional II, pois ela havia me pedido para registrar as crianças (neta e bisneta) com seus trajes de caipira.

tempo particular que não é o da leitura), a linguagem dos gestos, da mímica e de toda a postura corporal, etc”.

Nesse momento também foi possível rememorar fatos, curiosidades e até emoções registradas na entonação de voz durante o relato, somando-se à leitura corporal observada e anotações no Diário de Campo. Além dessas expressões no decorrer dos relatos, procurei manter-me fiel na medida do possível, preservando algumas expressões da linguagem coloquial muito peculiar a essa população, carregada de sotaque, com seu modo de pronunciar e dar sentido diverso e até engraçado às palavras e frases. Porém, foram suprimidas as redundâncias e tiques de linguagem, o que segundo Bourdieu (op. cit, p. 710) considera como “desdobramentos parasitas” que sobrecarregam o texto da narrativa, além de trechos irrelevantes para a análise em foco nesse estudo, cujo resultado final será apreciado através de análise de conteúdo e matéria de abordagem nos capítulos seguintes.

Tendo em vista resguardar o anonimato na pesquisa todas as pessoas citadas receberam nome fictícios e as avós são chamadas por nome de flores e de pedras preciosas, em referência simbólica à preciosidade e a beleza de suas histórias “emprestadas à pesquisa”, à tenacidade e ao brilho lapidado com suas lutas. Não perderam a ligação com as raízes caboclas, com o colorido e a singeleza feminina que espraíam em derredor de seus ninhos. É uma parte do que pude contemplar nessa breve convivência e, que tentarei desvelar com respeito e fidelidade, no decorrer da tese. São avós cuidadoras que “criam ou apenas olham” seus netos, segundo suas próprias categorias, assumindo sozinhas ou compartilhando a responsabilidade por essas crianças e adolescentes com as mães desses netos, no mesmo espaço doméstico. São todas moradoras do bairro Jurunas, com idades variando entre 51 a 74 anos..

Considerando as indicações pessoais e as abordagens diretas que fiz foram contatadas 16 (dezesseis) mulheres, porém, somente 12(doze)<sup>20</sup> foram entrevistadas na pesquisa. Um desafio interessante no processo de transcrição das gravações e, por conseguinte, no exercício distanciado de uma nova escuta e a reelaboração desses conteúdos, foi transitar nas fronteiras da semântica e de regras gramaticais com o “dialeto nativo”, obrigando-me a uma espécie de “tradução” de palavras e expressões pronunciadas no tom característico do sotaque ribeirinho e o dos sentidos locais. Esforcei-me para preservar o estilo pessoal e regional em cada narrativa, razão pela qual assumi a tarefa de transcrever, pessoalmente, apesar do longo tempo exigido pela mesma, no entanto, acredito ter valido a pena executá-la ao repassar na memória lições, trejeitos, confidências, o abraço de despedida, enfim, alargar meu aprendizado nessa “arte da escuta”, outra vez e aprender um pouco mais da lições e dos legados com essas avós. Em seguida, apresento de modo sintético, um perfil de cada uma das avós da pesquisa:

➤ **Identificação das narradoras da pesquisa:**

1. **AMETISTA:** 51 anos; casada há 33 anos; ensino fundamental incompleto; costureira autônoma; renda de 1,5 (um e meio) SM; provisão econômica compartilhada; proprietária da casa em terreno cedido; mãe de três filhos e dois netos; cria a neta de 07 anos, desde que nasceu, é natural do município de Abaetetuba.
2. **DÁLIA:** 58 anos; solteira; ensino fundamental incompleto; operária em fábrica de palmito; 01 SM + horas extras; proprietária da casa, herança materna em área de ocupação, reside com netos; 04 filhos, 12 netos; cria 04 netos (entre 08 e 17 anos de idade), um destes é órfão de pai e a mãe desaparecida; é natural do município de Igarapé – mirim; é provedora econômica;

---

<sup>20</sup> Devido à incompatibilidades de perfil socioeconômico e de sua trajetória, além de alguns problemas técnicos na audição das gravações, os dados relativos a três entrevistas (Verbena, Rosa e Jade) não foram incluídos na análise de conteúdo da tese.

3. **SAFIRA:** 64 anos; separada há 23 anos; marido tem nova companheira; analfabeta funcional; operária fábrica de castanha; feirante, pensionista do filho, 01 SM; proprietária da casa, em área de ocupação, reside com filhos e netos; 08 filhos e mais de 15 netos; cria um casal de netos adolescentes, desde que nasceram. É natural do Município de Bujarú; é provedora econômica, tem ajuda da filha.
4. **AMARÍLES:** 66 anos, viúva (já estavam separados há mais de 20 anos); ensino fundamental incompleto; doméstica; pensionista do marido 01 SM; proprietária do imóvel em área de ocupação, terreno compartilhado com filhos e netos; 09 filhos, mais de 20 netos e 11 bisnetos; cuida da neta de 05 anos, está criando a bisneta de 8 anos; ajudou a criar vários outros netos; é natural do Município de Abaetetuba; é provedora econômica, tem ajuda da nora e, esporadicamente, de filhos.
5. **ESMERALDA:** 66 anos; viúva; analfabeta funcional; operária, costureira, aposentada e pensionista, renda de 05 SM; proprietária da casa, terreno compartilhado com a filha e 2 famílias inquilinas; 03 filhos de criação, só uma foi adotada legalmente; criou o neto de 18 anos e repara outros 2 netos (05 e 08 anos); é natural do Município de Abaetetuba; é provedora econômica.
6. **VITORIA RÉGIA:** 67 anos; casada há 48 anos; ensino fundamental incompleto; dona de casa; recebe benefício social BPC; 01 SM; proprietária da casa, terreno compartilhado com vários filhos; 9 filhos (vivos); 11 netos e uma bisneta; cria 01 neto adolescente, criou um casal de netos; é natural do Município de Belém; compartilha a provisão econômica com o marido.
7. **PÉROLA:** 71 anos; viúva há 15 anos; analfabeta funcional; doméstica; pensionista do marido, 01 SM; proprietária da casa, em área de ocupação, terreno compartilhado com filhos casados; coabita com filhas, netos e outros; 08 filhos biológicos e 08 de criação, (06 netos e 02 bisnetos); cria 06 netos e duas bisnetas, com idades entre 05 e 25 anos;

é chamada de mãe por todos; é natural do Município de Igarapé-mirim; é provedora econômica, tem ajuda do cunhado e filho.

8. **VIOLETA:** 74 anos; viúva há mais de 05 anos; ensino fundamental incompleto; dona de casa; costureira autônoma; pensionista do marido, 01 SM; proprietária da casa, em área de ocupação, coabita com filha e netos; 04 filhos, sendo 01 de criação (neto) hoje com 33 anos, 6 anos; cria um casal de netos adolescentes, enquanto a filha trabalha fora; é natural do Município de Colares; provisão econômica compartilhada com a filha.
9. **HORTÊNCIA:** 74 anos; casada há mais de 40 anos; analfabeta funcional; doméstica; dona de casa, recebe BPC - 01 SM; Proprietária da casa, coabita com filhos e netos; 9 filhos (vivos) e 14 netos; cuida de 4 netos adolescentes para ajudar um casal de filhos; é natural do município de Abaetetuba; provisão econômica compartilha com marido e filho.

## **CAPITULO II. ENTRELAÇOS DE FAMÍLIA E RELAÇÕES GERACIONAIS: CIRCUITO DO CUIDADO E O LUGAR DAS AVÓS.**

Neste capítulo abordo, inicialmente, o tema Família e inter-relações com as mudanças sociais no cenário urbano, partindo de sua contextualização histórica e dos impactos que estas mudanças provocaram na esfera doméstica, particularmente, no que diz respeito, ao universo familiar dos pobres urbanos, e os traçados de família e gerações no contexto urbano brasileiro. Em seguida, abordo os processos de constituição de identidades e da socialização primária, com os matizes de gênero, geração e classe social. O foco sobre a sociabilidade da dádiva e as relações de trocas de bens materiais e simbólicos entre as gerações familiares nas redes sociais dos pobres urbanos, com realce para o lugar das avós nesse circuito do cuidado de netos encerra este capítulo.

Dentro do pensamento social contemporâneo, diversos autores e estudos da sociologia, da antropologia, da história, da psicologia social têm abordado o tema da família e suas interseções no contexto brasileiro e, nesse sentido, procuro dialogar com idéias e categorias que possibilitem a análise do objeto em foco. As mudanças sociais têm implicações de ordem estrutural e conjuntural que se refletem nas diferentes esferas da vida social, constituindo-se em um vasto campo de análises para as ciências sociais na atualidade. Dentre os fatores em evidência nessa contextualização, as imbricações entre as esferas pública e privada dão relevo à produção de idéias, valores e práticas sociais relativas à divisão sexual e etária do trabalho, aos papéis conjugais, aos vínculos de parentesco, além das novas formas de organização familiar que podem ser observadas e relacionadas ao enfoque da tese.

Acredito, no entanto, que o processo dessas mudanças sociais revela contradições, assimetrias e heterogeneidades matizadas pelo contexto brasileiro. Desse ângulo, a esfera privada coloca em questão sua dinâmica familiar, as relações de poder, de gênero e de

gerações com seus respectivos lugares sociais e os laços afetivos e de pertencimento, assim como, as alternativas de reprodução social no cenário familiar dos pobres urbanos. A compreensão dessas mudanças é uma tarefa muito instigante, na medida em que, elas espelham a complexidade das relações sociais e da sociedade moderna, mas, por outro lado, e imprescindível desafiá-la na busca de apreensão dos sentidos e das práticas sociais dos sujeitos e de seu contexto, como fazem os autores nesse diálogo, a seguir.

## 2.1. O CONTEXTO SOCIAL URBANO: MUDANÇAS, EXCLUSÃO E IMPACTOS NA ESFERA DOMÉSTICA.

O caminho para análise percorre a trilha de mudanças refletidas no universo familiar das classes pobres no contexto urbano. Ao delimitar este universo doméstico, identifiquei várias classificações e terminologias veiculadas nos estudos que versam sobre ele. Um levantamento preliminar indica categorias diversas entre classes populares, classes trabalhadoras ou menos favorecidas, população de baixa renda; camadas populares, segmentos populares, pobres urbanos ou simplesmente pobres. O campo semântico para cada uma dessas classificações engloba, certamente, uma riqueza de critérios e argumentações, mas, não é meu propósito explorá-las nesse estudo, apenas observar que a condição econômica e a inserção no mundo do trabalho são tomadas com referência central em boa parte das classificações.

A despeito das polêmicas semânticas e teóricas para enquadrar esses indivíduos e seus grupos, a escolha do presente estudo pela classificação de pobres reporta-se a uma representação que os próprios sujeitos trazem na pesquisa de campo, ao se identificarem como pobres. É a partir desta representação como “pobres”, que eles situam sua posição de classe e um lugar no contexto social, dando significado às percepções, sociabilidades, emoções e à experiência de vida. Nesse estudo, são porta-vozes desse lugar de avó e cuidadora da família. Os componentes dessa identificação de pobre se reportam também às mediações que o

trabalho, a renda estabelecem com a sobrevivência e o valor moral dessa condição de classe, como se refrem Violeta e Pérola, abaixo.

“... aí eu fiquei só, Graças a Deus! **Passo como pobre, mas, a gente vai passando, tem dia que não tenho dinheiro...** (...) [A senhora recebe pensão, qual é o valor?] **É um sm.** (VIOLETA).

“... **É porque eu criei meus filhos, graças a Deus! como pobre,** mas, não me deram esses problemas, **iam era trabalhar...**” (HORTÊNCIA).

A rigor, se num primeiro momento, essas classificações colocam em evidência a dominação de um ângulo econômico, posteriormente, outras faces que lhes são constituintes podem ser apreendidas. As tensões e mudanças presentes na esfera da produção, da economia, necessariamente, se interligam a outros planos da vida social, com o Estado, a produção do conhecimento, as relações de trabalho, de classes e também as relações familiares. Assim de outro ângulo, refletir sobre os traços sócio-culturais implícitos nessa representação e que se interagem com as percepções e experiências dessas mulheres, requer um diálogo com o pensamento social contemporâneo, cujo diversidade de focos analíticos permitem um rico debate e, ao mesmo tempo, esboçam um grande desafio para recortar o objeto de estudo. Outro aspecto que toca essa identificação é situar o espaço urbano das cidades como o território de ocupação dos pobres nos limites de uma esfera da vida privada, mas, sem perder de vista suas imbricações com as demais esferas sociais.

Para Guedes (1998), a centralidade da instituição familiar está organicamente vinculada ao processo histórico de constituição das sociedades e, particularmente, a ordem social capitalista instaurada na sociedade brasileira decorre de um processo histórico singular. Ressalta que nesta referida sociedade, a classe trabalhadora tornou-se um ator fundamental em meio desse processo relacional em contínuas transformações “e como tal referidos a uma determinada configuração de idéias - valores centrais em contínua relação com outras

configurações, existindo no interior de um processo multifacetado de dominação” (GUEDES, op. cit 1998:190).

Ao retomar a discussão sobre os impactos de mudanças sociais na família, o foco de atenção se desloca, em parte, para algumas inter-relações em nível estrutural. O processo de reatualização do capitalismo vigente ganha destaque no cenário global em função de vários aspectos, porém, um dos aspectos que merece destaque agora, é que a revolução tecnológica e a reestruturação produtiva implementadas, intuíram mecanismos capazes de recriar a lógica da acumulação e da relação salarial, resultando em desemprego e pobreza estruturais. Diferentes análises sócio-econômicas e políticas dão ênfase nestes indicadores, dada a centralidade do trabalho na inserção dos sujeitos na vida social, por atingirem níveis dramáticos e, que em alguns setores produtivos são irreversíveis.

Ao lado dos impactos e contradições do sistema no âmbito da produção e do trabalho pode-se observar outras expressões de mudanças no contexto social. Com efeito, uma das imagens com grande visibilidade no cenário urbano espelha a degradação das condições de vida nas cidades<sup>21</sup>, o que resulta no crescimento de demandas e na maior complexidade dos problemas sociais a serem enfrentados nesse contexto. Em outro plano de análise, a percepção de transformações sociais remete ao debate contemporâneo acerca das identidades, o qual sinaliza com fragmentações e deslocamentos na experiência de indivíduos e grupos sociais. Em paralelo, as transformações no universo cotidiano da esfera privada nos diferentes segmentos sociais refletem essa tensão nos jogos relacionais e no exercício dos papéis sociais que na trama cotidiana da sua reprodução social.

A cidade, como expressão englobadora do cenário urbano apresenta episódios de desemprego e subemprego, precarização das condições de vida, além da insuficiência ou

---

<sup>21</sup> O debate sobre a questão urbana realça e formula proposições acerca de questões relativas à segregação espacial, a urbanização acelerada e a degradação ambiental, o adensamento espacial e demográfico das cidades, a precariedade de equipamentos e da rede pública de serviços, do saneamento básico e das políticas sociais, violência, crescimento de ocupações informais etc, principalmente, nas áreas periféricas e bairros populares que contornam as regiões metropolitanas das capitais e cidades de médio porte socioeconômico.

ausência de equipamentos sociais que comprometem a sobrevivência básica dos grupos sociais mais empobrecidos. Contudo, paralelamente, nas cidades também circulam grande rentabilidade econômica, onde frações de classe usufruem de conforto material, consumo de bens e serviços de alto padrão, com tecnologias de ponta e elevado custo. Destacam-se os segmentos de produtores e consumidores ligados ao capital financeiro, aos grandes conglomerados industriais, aos setores de mídia, serviços e correlatos que expandem seus lucros no mercado globalizado.

São faces bem visíveis que retratam as contradições sociais e a apropriação desigual dos capitais<sup>22</sup> socialmente produzidos entre as classes sociais, se nos referirmos, comparativamente, apenas a esse âmbito de necessidades imediatas da reprodução social. O pensamento social contemporâneo sobre família e classe social apresenta um consenso analítico de que o cenário familiar dos pobres urbanos é atravessado pelo fenômeno da exclusão social. Contém especificidades no âmbito de suas estratégias de sobrevivência, nas relações de pertencimento e de poder, na fragilização ou perda de vínculos sociais, além do embate com os limites da segregação sócio-espacial urbana que desafiam sua reprodução social cotidiana. Por conseguinte, este cenário familiar requisita, permanentemente, a intervenção por parte do Estado para assegurar políticas sociais inclusivas de redução da vulnerabilidade dos grupos em situação de pobreza e nas faces da exclusão social.

No entanto, a gestão pública tem demonstrado sua baixa efetividade<sup>23</sup> nessa intervenção e no enfrentamento dos problemas gerados pela desigualdades sociais, principalmente, nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Em razão das políticas de ajuste fiscal e corte nos gastos sociais orquestrados sobre a regência do projeto neoliberal, até mesmo os

---

<sup>22</sup> A noção de capital formulada por Bourdieu (2000) transcende a classificação econômica comumente atribuída ao mesmo, ao considerar os bens produzidos de outra natureza também como capitais, ou seja, produções de ordem social, cultural e simbólica, além do capital econômico. São campos diversos que interagem em todas as esferas da sociedade. A noção será desenvolvida no texto, em tópico posterior.

<sup>23</sup> Refiro-me aos processos de avaliação de políticas sociais com base nos critérios de eficácia (fim, objetivos) e eficiência (meios, recursos) que assegurem a efetividade dos resultados, produzindo mudanças na realidade.

países ricos que implementaram o “Estado-providência” hoje enfrentam dificuldades para garantir a seguridade pública. Ao lado disso, cresce a tendência de culpabilizar os indivíduos por sua pobreza “privatizando” a responsabilidade na busca de superação, com estímulos às ações empreendedoras<sup>24</sup> que viabilizem renda e a subsistência de sua família. De modo geral, observa-se que as desigualdades e contradições sociais agravaram-se nas últimas três décadas, explicitando os limites das ações compensatórias e políticas de inclusão precária desses segmentos sociais, em escala intercontinental. Ressalte-se ainda que,

“Embora não se constituindo sinônimos de uma mesma situação de ruptura, de carência, de precariedade, pode-se afirmar que toda situação de pobreza leva a formas de ruptura de vínculo social e representa, na maioria das vezes, um acúmulo de déficit e precariedades. No entanto, a pobreza não significa necessariamente exclusão, ainda que possa a ela conduzir”(Wanderley: 2007:22).

Em suas reflexões sobre a exclusão social, essa autora acredita não ter dúvidas que as sociedades contemporâneas têm neste fenômeno uma nova manifestação da questão social. Wanderley (2007) analisa o conceito de exclusão social à luz de estudos contemporâneos<sup>25</sup>, atribuindo a René Lenoir, em 1974, a invenção do termo e este, por sua vez, considerava os princípios de funcionamento da sociedade moderna como originários da exclusão, um fenômeno de cunho social que tende a envolver continuamente todas as camadas sociais. Para a autora é um conceito polisêmico, difuso e bastante polêmico, observa ainda que a face contemporânea da globalização redimensiona a própria noção de pobreza que vigorou em décadas anteriores, deslocando-as do âmbito da produção, do binômio trabalho e renda e do consumo de bens materiais e ganharam contornos políticos, culturais e morais.

---

<sup>24</sup> Emergência de ações e projetos de estímulo ao empreendedorismo, com crédito cooperativo e individual a juros baixos financiados pelos governos nas três esferas.

<sup>25</sup> A autora dialoga com produções da França e do Brasil sobre o tema da exclusão e cita Rosanvallon 1996, Paugam, 1996, Schnapper, 1996, Xiberras, 1993; Nascimento995, Telles, 1996, Sposatti, 1996, Carvalho, 1995, Fontes, 1995, Escorel, 1995, entre outros. Identifica categorias analíticas que lhe são derivadas ou correlatas como desqualificação, desinserção e desafiliação.

Ao citar Xiberras, a autora destaca a face cultural da exclusão social, pois, a rejeição vivenciada pelos indivíduos e grupos excluídos não seria apenas física, geográfica e material, mas, em nível dos mercados simbólicos e das trocas espirituais, porque seus valores também não são reconhecidos. Portanto, acumulam distintos componentes de precariedades e de ruptura de vínculos sociais e dessa forma, ela conclui que,

“A pobreza contemporânea tem sido percebida com um fenômeno multidimensional atingindo tanto os clássicos pobres (indigentes, subnutridos, analfabetos...) quanto outros segmentos da população pauperizados pela precária inserção no mercado de trabalho (migrantes discriminados, por exemplo). Não é resultante apenas da ausência de renda, incluem-se aí outros fatores, como o precário acesso aos serviços públicos e, especialmente, a ausência de poder. Nessa direção, o novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão, vinculando-se às desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação e, nesse sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia” (Wanderley, 2007:23).

Paradoxalmente, os avanços políticos e constitucionais no projeto de democratização da sociedade brasileira, como a participação através do voto ou dos mecanismos de controle social por parte da sociedade civil organizada, entoadam como avanços dissonantes em relação às formas ampliadas de exclusão social. Ao lado disso, a tendência de naturalizar a pobreza ocorre em paralelo às manifestações de criminalização, preconceito, desresponsabilização do Estado, transferindo-se a prestação de assistência aos pobres à sociedade civil, através de práticas caritativas, da ajuda e do “favor” em detrimento à noção de direitos, expressam a relacional que fundamenta as relações de poder e de classes<sup>26</sup>. A noção de “apartação social” cunhada por Cristovão Buarque é lembrada pela autora para definir a prática de intolerância

---

<sup>26</sup> No caso do Estado brasileiro, a “lógica relacional” direciona práticas autoritárias e relações permissivas com interesses privados e segmentos de classe, critérios de meritocracia, práticas de nepotismo, corrupção, troca de favores etc são características que historicamente se reproduzem no país, independente dos grupos políticos que se revezam no poder. Os legados patriarcais, hierárquicos, patrimonialistas suplantaram as fronteiras domésticas ancorando modelos sócio-culturais, éticos, políticas e econômicos da gestão pública.

social, com a idéia de separação do outro, não só como um ser à parte, mas, um ser desigual e não semelhante (Wanderley, 2007).

Nesse sentido, as análises na literatura multidisciplinar sobre esse processo já pode ser identificada, destaco o interesse da psicologia social acerca das implicações nos processos cognitivos, emocionais e simbólicos decorrentes da exclusão social na trajetória de indivíduos e grupos sociais é assinalado por Jodelet (2007), para identificar as correlações entre a preconceitos e esteriótipos<sup>27</sup> sobre imagens e valores associadas à pobreza, e de que modo, estes se refletem na identidade e na auto-imagem de pessoas envolvidas. Acredita que a exclusão social induz sempre a uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, seja de forma material ou simbólica. Para Sawaia (2007) a noção de sofrimento ético político externado como afecções múltiplas que marcam os sujeitos na experiência de fragilização de seus vínculos sociais na dialética exclusão inclusão, precisa ser considerada, em sua dimensão relacional, pois, as emoções também são produzidas no campo social.

Para não me estender nessas reflexões, penso ser importante ainda sinalizar o registro acerca da crítica de R. Castel, sobre o conceito de exclusão social, citadas em Wanderley (2007) e Carreteiro (2007). Para Castel, a exclusão seria um conceito restrito, porque se volta às vulnerabilidades decorrentes de transformações no mundo do trabalho, na sociedade salarial, com ênfase aos aspectos negativos relacionados a não integração de indivíduos e ou grupos a uma dada categoria, seja institucional, econômica ou de outra natureza. Formula como alternativa a noção de desafiliação como a ruptura de pertencimento, de vínculo societal, de inscrição em estruturas que fazem sentido para os sujeitos.

---

<sup>27</sup> Jodelet classifica o preconceito com uma atitude e refere-se a um julgamento positivo ou negativo, formulado sem exame prévio, a propósito de uma pessoa ou uma coisa – um alvo. Comporta uma dimensão cognitiva (forma e conteúdo desse alvo) e uma dimensão afetiva (ligada às emoções e valores em relação a esse alvo). Os esteriótipos correspondem a esquemas específicos relativos aos atributos pessoais que caracterizam os membros de determinado grupo ou categoria social (op. cit: 2007:59).

“Castel propõe a noção de desafiliação social que visa analisar a situações colocando em evidência seu caráter dinâmico e dialético. Há sempre algum tipo de inserção ou de afiliação do sujeito individual ou coletivo, no interior de certas categorias e sistemas sociais.

Castel reserva o emprego da noção de exclusão unicamente para sociedades específicas as quais denomina “sociedades de exclusão”, tal como as holísticas, descritas por L. Dumont... Cita ainda as escravagistas, visto que mantêm uma posição de total alteridade. Havendo ausência completa de direitos e de reconhecimento social.

‘Em todas as outras sociedades ... os sujeitos que pertencem a horizontes sociais ditos desfavorecidos acabam por desenvolver formas de participação social...’(Carretero, 2007:87-8)

Sem adentrar no debate semântico e ideológicos, penso ser oportuno considerar essa perspectiva dinâmica e dialética sobre a exclusão social, na medida em que, se remete à própria dinâmica da vida societária e suas contradições, flexibilizando as análises da dialética exclusão e inclusão sociais, com visibilidade de carências e, de potencialidades. Nessa direção, alguns autores encaminham suas análises sobre mediações políticas e sócio culturais referentes ao processo de globalização, em curso. Enfoque semelhante sobre a globalização, ou seja, condizente à busca de apreensões da totalidade desse fenômeno. Para Domingues (2001) o fenômeno da globalização deve ser percebido de forma ampla, multifacetada e sem linearidade, pois, na medida em que leva à compressão e unificação do mundo, também aciona esforços contrários no sentido de descomprimí-lo. Considera que a globalização não é um fenômeno recente, pois, ganhou contornos mundiais desde o século XVI, quando houve um “surto” de globalização<sup>28</sup> e que hoje se repete. Segundo esse autor, a globalização tão pouco seria apenas um fato inevitável ou um motor econômico, pois, se realiza também nos diferentes planos religioso, político, artístico, ideológico enfim, em toda a vida social.

Santos (2006) afirma que a globalização, de certa forma, “é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (op. cit: p. 23), que pode abordada de três formas:

---

<sup>28</sup> O autor se refere ao processo de industrialização e a expansão do capitalismo que, a partir da Europa, foi disseminando para os demais continentes que se tornou hegemônico.

como fábula; como perversidade<sup>29</sup>; e como possibilidade, isto é, globalização. No ângulo de reflexão desse estudo, quero enfatizar a última perspectiva sugerida pelo autor, a idéia de uma outra globalização como possibilidade de uma construção mais humana, a partir das próprias bases materiais do capital, ou seja, a unicidade da técnica, a convergência de momentos e o conhecimento do planeta. Acredita que essas bases “poderão servir a outros objetivos, se forem postas a serviço de outros fundamentos sociais e políticos” (Santos, 2006:20)

Nesse sentido, o autor destaca o protagonismo das classes sociais, especificamente, das camadas médias e populares e acredita na potencialidade do cotidiano dos pobres urbanos como resistência criativa à opressão vigente, na perspectiva dessa outra globalização que defende, pois, “a cidade pronta a enfrentar seu tempo a partir de seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara de seu tempo e do seu espaço e de acordo ou em oposição aos donos do tempo, que são também os donos do espaço” (Santos, 2006:132). As cidades se constituem emblemáticas referências da modernidade urbana, *locus* de grandes transformações globais nas últimas décadas, onde se dissimulam diferentes processos sociais, pois,

“A cidade ganha centralidade como lugar de encontros, desencontros e possibilidades, em meio a complexos fluxos econômicos e formas de produção, que se distribuem por toda territorialidade. Constrói redes intercidades, fazendo emergir novas formas de organização da produção material e imaterial.

“O tecido urbano passa a concentrar o movimento da produção de mercadorias e do trabalho humano, determinado sob o domínio das necessidades e dos prazeres a partir de crescente aglomeração. Assim, regiões mais “atrasadas” são arrastadas, de uma forma ou de outra, para o movimento de valorização do capital” (Sá & Barbosa, 2002:08).

---

<sup>29</sup> Ao discorrer sobre a noção de perversidade, o autor reforça a crítica à tendência atual de naturalização da pobreza estrutural e globalizada, e a considera como fenômeno politicamente produzido e agenciado pelas instituições e empresas globais. Refere-se ao Banco Mundial como um dos atores sociais relevantes a cumprir o papel de produtor de pobreza no cenário mundial. Há um estudo interessante e mais aprofundado sobre o financiamento de políticas urbanas em Belém-PA pelas agências multilaterais - Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento, na Tese de doutorado de Joana Valente - docente da UFPA, defendida nesse PPG, em março/2006.

A dimensão da territorialidade foi citada nas reflexões sobre a urbanização de Belém, no capítulo anterior, devido mostrar-se fecunda no debate contemporâneo sobre a totalidade da questão urbana. A noção do território, coloca em relevo um conjunto de elementos presentes nessa dinâmica espacial, sobretudo, resgata o potencial de reinvenção da vida que resulta da intervenção humana no cotidiano. É o que afirma Koga (2003), em diálogo com Santos, Guy de Méo, Magnani, Chauí entre outros, onde conclui que “a apropriação do território diz respeito ao aspecto interventivo realizado pelos homens, criando e recriando significados em torno dessa apropriação cotidiana” (Koga, 2003:38).

No presente estudo, a discussão sobre as mudanças no contexto social e seus impactos na esfera privada ganha sentido e contornos objetivos para análise mediante o enlace dos temas família velhice e gerações na realidade brasileira, notadamente, no campo de relações de troca no cotidiano doméstico dos pobres no cenário urbano. Inegavelmente, a família se revela uma das mais antigas e consolidadas instituições sociais, distinguindo-se, porém, em formatos, sentidos, importância e funções específicas nos diferentes contextos históricos. Para Bourdieu (1996) a família é uma princípio de construção imanente aos indivíduos e transcendente a eles, visto que, ao mesmo tempo, se inscreve na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais (op. cit. p 128).

O termo família advém da Roma antiga, derivado do latim *famulus* e designava o conjunto de servos e dependentes que pertenciam a um senhor ou chefe, incluindo além dos escravos domésticos, servos libertos, a esposa e os filhos com base no “paterpotestas”, ou pater famílias centrado nessa figura masculina (cf BILAC, 1997, COUTINHO, 2006). Assim, o termo família tem origem na “expressão inventada pelos romanos para designar esse novo organismo social que surge entre as tribos latinas, ao serem introduzidas à agricultura e à escravidão legal” (Bilac, 1993:31). No entanto, nos estudos sobre família Cassey (1992) afirma que em épocas remotas, a família primitiva se organizava em torno da figura materna

e, somente mais tarde, é que a figura do pai se tornou referência, instaurando formas de organização social mais complexas<sup>30</sup>.

Assim, a família vem ocupando o foco de inquietações teóricas de diferentes matizes e, sem dúvida, esse debate ganha relevância diante da centralidade que a família exerce no processo de socialização e na constituição de identidades, na legitimidade de vínculos parentais e de pertencimento social, concentrando funções sociais básicas para a reprodução social de indivíduos e grupos. Por conseguinte, exerce um papel de mediadora na relação indivíduo e sociedade, assumindo características sócio culturais, econômicas, relacionais e políticas distintas. De todo modo, sua existência como organização ou agrupamento humano em coabitação, seja em torno da figura materna, ou sobre o domínio paterno, se faz presente de forma inexorável na trajetória das sociedades.

Nessa trajetória histórica da família, gostaria de situar o contexto das sociedades ocidentais modernas, momento em que a nucleação familiar vai se desenhando juntamente com a esfera doméstica, visto que, a representação desta família nuclear e conjugal se mantém como referência sócio cultural hegemônica para se enquadrar e avaliar outras formas de organização doméstica contemporâneas<sup>31</sup>. Nessa direção, Ariès (1997) identificou o contexto europeu de transição entre os séculos XIV e XVIII, como referência para mudanças significativas que alteraram a organização e as relações familiares remanescentes do período medieval. As mudanças que instituíram a família nuclear moderna, inicialmente, se limitavam às classes abastadas, mas, ao final desse período atingem todas as camadas sociais e, posteriormente, avançam para outros contextos sociais, fora do ambiente europeu.

---

<sup>30</sup> O autor identifica essa complexidade em elementos de transição da sociedade primitiva para outros sistemas e modelos familiares, em torno de relações de alianças entre grupos e ou da propriedade. Instituem-se, por exemplo, o modelo de família monogâmica e patriarcal, cujo reconhecimento da paternidade é uma exigência para assegurar o direito de herança, o qual estabelece maior controle sobre a sexualidade feminina ao lado da hierarquização dos papéis de gênero no grupo doméstico.

<sup>31</sup> Refiro-me ao “rótulo de família desestruturada” aplicado pelos diferentes segmentos da sociedade quando se reportam às famílias que não se organizam nesse padrão nuclear, especialmente, as famílias pobres, como a mídia, justiça, a escola, enfim os agentes sociais etc.

As precárias condições de saúde, alimentação e insalubridade da época contribuíam na redução da expectativa de vida dos bebês, porém, a adoção de medidas de higienização e controle de endemias reduziram a incidência da mortandade infantil. Essas mortes juntamente com a ocorrência de gravidez sucessivas impossibilitavam construir laços de afetividade e de convivência mais íntima entre pais e filhos, inclusive muitas crianças eram apartadas das famílias biológicas para viverem em outros núcleos domésticos. Segundo Áries (op. cit), à medida que, a criança ganha relevância social, constituindo-se num sujeito diferenciado do adulto, outras referências são agregadas ao grupo familiar, como a supremacia do poder masculino, em especial, sobre a mulher, consolidando as bases desse núcleo, pois,

“A família nuclear burguesa, esse modelo ideal, surge no marco da ascensão da burguesia industrial, em parte, como desenvolvimento e aprimoramento ideológico da família protestante, em parte como reação à “decadência de costumes” da aristocracia, mas, perfeitamente sintonizada ao espírito burguês da revolução, à idéia básica da democracia formal. Todos os homens são iguais perante a lei, os ricos enriquecem e os pobres empobrecem por causa das leis “natural” do mercado, mas, a família estando excluída da produção, teria constituído uma célula perigosamente igualitária se não houvesse também leis “naturais” que colocassem a mulher no seu lugar, que não é igual ao do homem. A família intimista, fechada para si, reduzida ao pai, mãe e alguns filhos que vivem sós, sem criados, agregados e parentes na casa, eis o modelo de modernidade no limiar do século XIX’

‘... Essa família é bom que se diga, continua patriarcal; a mulher reina dentro do privado da casa, delibera sobre as questões imediatas dos filhos, mas, o pai quem comanda em última instância, ou seja, no padrão ideal, ele deve comandar...’(Almeida, 1987:61).

A inserção feminina nesse universo privado e sua modelagem às funções domésticas e maternais são valorizadas, em oposição à sociabilidade aristocrata, mais voltada para a vida social, aos amores furtivos e outros interesses cultivados pela nobreza. A mudança na arquitetura das casas também sinaliza a conformação de maior intimidade e privacidade no cotidiano familiar. Nesse contexto, uma distinção entre os sexos se manifesta na escolarização dos meninos que entra em vigor no século XV, enquanto, o acesso para as meninas ocorreu

somente três séculos depois. Os estudos de Áries (1997) concluem que as noções de sentimento e intimidade familiares se construíram, paralelamente, ao reconhecimento da criança como um ser distinto e portador de necessidades diferenciadas a serem percebidas pelo grupo familiar, preconizando a moderna noção de “indivíduo” e, desse modo,

“Os progressos do sentimento de família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica... não se desenvolve quando a casa está muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo. Por muito tempo as condições da vida cotidiana não permitiram esse entrincheiramento necessário da família longe do mundo exterior. Um dos obstáculos essenciais foi sem dúvida o afastamento das crianças ...” (Ariès, 1997:238).

Para Cassey (1992) a família que deixa de ser uma unidade produtiva para se tornar, preferencialmente, uma unidade de consumo, diante da emergente industrialização da Europa nesse período, forjando identidades e sociabilidades funcionais ao sistema, contribuindo também com o moderno processo de individualização. O ingresso no século XIX é destacado por Gueiros (2002), como cenário de mudanças igualmente significativas, visto que, a ideologia do amor romântico, a possibilidade de escolha dos parceiros para o casamento e a emergência do movimento feminista questionam os pilares da família patriarcal, em busca de consolidar essa modelagem da família conjugal modelada no contexto moderno, porém, a transição entre esses modelos de família não transcorreu de forma linear e homogênea,

“...não existindo propriamente a superação de um modelo pelo outro ... alguns pesquisadores do campo da família entendem que os “modelos” patriarcal e conjugal permanecem existindo como tais até os dias atuais, havendo a predominância de um ou de outro, dependendo da camada social a que pertence a família” (Gueiros, 2002:107).

#### **2.1.1. Traçados de família no cenário brasileiro**

Para desenvolver um traçado de família e relações geracionais no cenário brasileiro darei continuidade ao diálogo com os autores e à contextualização histórica, bem como, às particularidades que se expressam na atualidade. Assim sendo, o debate a questão da família

na realidade brasileira sugere uma periodização secular aproximada do contexto europeu, no entanto, guarda características muito peculiares. No cenário do Brasil Colonial predominava a organização familiar numerosa, expandida e bem assentada nos pilares da hierarquia patriarcal, cuja autoridade masculina se estendia ao âmbito coletivo do espaço físico, material, simbólico entre esposa, filhos, escravos, terras, produção, guardando as devidas proporções, à semelhança do pátrio poder romano sobre o *famulus*.

Almeida (1987) reafirma que esse debate sobre família no Brasil, como apontam estudos históricos e antropológicos, também deveria adotar como ponto de partida esse modelo familiar estruturado como padrão hegemônico nos primórdios do Brasil colonial. Essa família patriarcal, rural, escravista e poligâmica tornou-se uma referência muito importante na conformação da esfera doméstica e que ainda subsiste como um pilar sócio-cultural que atravessa todas as esferas sociais na sociedade brasileira:

“ a da política, através do clientelismo e do populismo; a das relações de trabalho e de poder, onde o favor e a alternativa da violência preponderam nos contratos de trabalho e na formação dos feudos políticos, muito mais que a idéia de direitos universais do cidadão; e por fim nas próprias relações interpessoais em que a personalidade “cordial” do brasileiro se impõe pela intimidade e desrespeita a privacidade e a independência do indivíduo. Além disso, a matriz da família patriarcal, com sua ética implícita dominante, espalhou-se por todas as outras formas concretas de organização familiar, seja a família do escravo e dos homens livres no passado, seja a família conjugal mais recente” (Almeida, 1987: 55-6).

Com efeito, voltando-se para os estudos históricos, a autora destaca que a chegada da família real e toda a corte portuguesa no Brasil, no início do século XIX, como um evento significativo que colocou à prova o modelo familiar vigente, pois, as influências culturais européias mesclaram o modelo patriarcal nativo provocando-lhe fraturas. As “trocas” em nível de mentalidades e comportamentos entre os novos e velhos colonizadores e demais etnias locais reatualizaram os valores e práticas da colônia, esboçando um “familismo” à

brasileira<sup>32</sup>. Entretanto, as nuances peculiares de modernização<sup>33</sup> não perderam a essência do tradicional, visto que, “a chegada do ”moderno” através da importação de idéias gera então um processo de assimilação dele pelo “tradicional”, até que o “moderno” se transforme em algo de sentido bastante diferente da idéia original”. (Almeida, op cit: 63).

A premissa de que a esfera doméstica se constitui e é constituída de elementos políticos, culturais e sócio-econômicos de seu contexto se evidencia nesse processo Outro elemento em relevo nos limites dessa “fusão cultural”, para além de práticas e valores relacionados aos modelos de família, diz respeito ao próprio sistema econômico vigente no período colonial, com um sistema produtivo eminentemente agro-exportador, assentado no trabalho escravo, com instrumentos e técnicas rudimentares se confrontava com o ciclo de industrialização que se expandia na Europa. As formas de incorporação dessa modernidade “estrangeira” no cenário colonial brasileiro reatualizam as formas “nativas” e tradicionais vigentes, como esse sistema familiar relacional, pois,

“O “aburguesamento” das famílias constitui, inicialmente, um verniz superficial atingindo parte dos hábitos das elites urbanas, mas, sempre coexistindo com o substrato da nossa formação, engrandado antes do século XIX. E é desse “casamento” que nasceu a nossa família conjugal atual” (Almeida, 1987: 63-4).

Estudos de Bilac (1995), Da Matta (1987), Koga (2003), entre outros assinalam também a fertilidade dessas raízes do patriarcado colonial para compreender traços sócio-culturais que historicamente fundam as relações sociais no contexto brasileiro nas fronteiras da vida privada com a vida pública. Para Koga (op. cit. p.39) esses traços dificultam a definição de padrões de civilidade que possam nortear as relações da sociedade brasileira, razão pela qual observamos

---

<sup>32</sup> Este familismo está na emergência de uma “classe média” como também a de outras instâncias mediadoras da “identidade nacional”, quer sejam materiais (infraestrutura urbanística, econômica), quer sejam simbólicas, como estilos de vida e de comportamento, ou as relações “promíscuas” de nepotismo, corrupção, apropriação indébita etc, com a esfera pública (Estado) vigentes, conforme indicam muitos estudos históricos e antropológicos, numa perspectiva crítica da cultura brasileira. Interessantes contribuições estão em Almeida, (1987), Da Matta (1987), Holanda (2001), Carvalho (2004) entre outros(as).

<sup>33</sup> A autora faz referência às noções de re-europeirização, em Freyre e aburguesamento, em Freyre da Costa (Almeida, 1987 op cit, p.62).

a dificuldade em se constituir, efetivamente, uma esfera pública inclusiva e democrática em toda extensão dessa perspectiva, uma sociedade pautada em referências concretas de cidadania universal nas práticas sociais, e não apenas em discurso ou formalizadas legais.

Da Matta (1987) examinou episódios envolvendo representantes dos poderes executivo e legislativo da “Nova República”<sup>34</sup>, que ilustravam a presença do paradigma relacional, o que e reafirma os limites tênues que cercam a relação entre o mundo da casa e o mundo da rua, visto que, essa lógica se imbrica na racionalidade da gestão pública. Os estudos sobre as transformações na condição feminina nas sociedades ocidentais, durante o último século, contribuem para desvelar impactos na família contemporânea em torno das relações de gênero. O ingresso no mercado de trabalho e a independência financeira, o acesso a maior escolaridade e à contracepção entre outros avanços, provocaram inflexões no exercício dos papéis socialmente atribuídos à mulher e aos gêneros, principalmente, no lugar da autoridade e a condição de responsável e provedor econômico do grupo familiar. Entretanto, essas mudanças não devem ser consideradas como um processo homogêneo, tão pouco, elas ocorreram de forma linear, sem descontinuidades entre segmentos de classe e contextos.

Nota-se, por exemplo, que o poder familiar é exercício tanto de forma igualitária entre homem e mulher, como de modo hierárquico entre os papéis sociais, gêneros e também de gerações, seja de forma explícita ou com sutilezas de dominação. A autoridade familiar se articula ao lugar de provedor econômico, como um atributo masculino. Essa tensão do poder se espalha na esfera doméstica, nas relações de trabalho, na mídia e na vida pública enfim. No âmbito das relações familiares, a presença de valores e práticas sociais que distinguem e hierarquizam diferenças sexuais e etárias tendem a fixar os papéis sociais. De outro lado, a socialização incorporada na esfera doméstica se confronta com referências sócio culturais de

---

<sup>34</sup> O autor analisa episódios de nepotismo envolvendo a família do presidente da República e de ministros de seu governo.

outra natureza institucional e com as experiências de vida, mediando à constituição de valores e sociabilidades, principalmente, na adolescência e mais tarde, na vida adulta.

Não obstante, essas mudanças sociais forjaram possibilidades para a vivência da sexualidade feminina deslocada da reprodução biológica e da institucionalidade do casamento e novas formas de organização doméstica, como as uniões estáveis e de casais homossexuais ganharam reconhecimento social e jurídico. Esse novo modelo relacional afetivo<sup>35</sup> é mais fluido, sem a exigência de vínculos formais, pois, subsiste na reciprocidade da satisfação e no compromisso sem o sentido formal de “obrigação”, na intimidade gerada na confiança mútua e no reconhecimento das diferenças, indicando “...um mundo de negociação sexual, em que as novas terminologias de “compromisso e “intimidade” vieram à tona” (Giddens, 1993:17). Embora veja pertinência nas observações do autor, é preciso resguardar as distinções no âmbito das classes e os dos contextos sociais, na medida em que, guardam especificidades, contradições e influências do habitus, como as famílias das classes pobres.

Estudos antropológicos e sociológicos que examinam a questão confirmam as permanências e descontinuidades nos padrões relacionais familiares no contexto brasileiro, com a existência simultânea tanto do padrão igualitário quanto do modelo relacional hierárquico entre as camadas médias e camadas populares, respectivamente. A importância de realçar as tendências e as contradições nas lógicas familiares reside na cautela para o enquadramento<sup>36</sup> dentro do modelo padrão de relacionamento e de organização doméstica,

---

<sup>35</sup> Giddens (1993) sugere a ótica “alternativa” ou do “amor puro” como valor subjacente às relações afetivas atuais, pois, a constituição e a durabilidade dos vínculos conjugais se fundam na escolha afetiva e na satisfação emocional de caráter individual. Logo, interesse em constituir patrimônio material, descendência biológica e outros afins à conjugalidade tradicional não prevalecem na pauta dessas relações. Os estudos de família por segmentos de classe apontam que este estilo “alternativo” de relação amorosa se coaduna com o habitus de camadas médias, localizadas em grandes metrópoles urbanas. (CF, LINS DE BARROS, SALEM, VELHO). O reconhecimento jurídico, por sua vez, pode ser constatado nas sentenças favoráveis ao direito à herança e à adoção de crianças entre casais do mesmo sexo.

<sup>36</sup> Bilac (1995) adverte que as análises sobre família mediante categorias como familismo e patriarcado podem direcionar o foco para o universo das classes dominantes projetando seus padrões relacionais e de sociabilidades aos demais segmentos. Em seguida, reporta-se também às categorias emprestadas de análises do capitalismo maduro europeu como burguesia e proletariado, visto que, do ponto de vista empírico, podem não dar conta da

como a família nuclear. Szymanski (2002) adentra nessa questão, ao sinalizar que várias possibilidades de organização familiar são vivenciadas como demonstram vários estudos históricos e de natureza qualitativa e, mais recentemente, os levantamentos estatísticos como a pesquisa censitária e de amostragem domiciliar confirmam essas tendências. A autora e cita Kaslow, para identificar nove tipos de composição familiar, atualmente:

- “1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos;
- 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;
- 3) famílias adotivas temporárias (Foster);
- 4) famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- 5) casais
- 5) famílias monoparentais, chefiadas por pai ou mãe;
- 6) casais homossexuais com ou sem crianças;
- 7) Famílias reconstituídas depois do divórcio;
- 8) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo. (Kaslow, 2001:37).” (Szymanski, 2002: 10).

Destaca-se na literatura sobre família no contexto brasileiro, a visibilidade dada às novas configurações de arranjos domésticos de famílias monoparentais, basicamente constituídas de mães e filhos e as famílias extensas ou expandidas<sup>37</sup>, onde coabitam várias gerações familiares. Nos dois casos, a tendência é que as mulheres sejam as provedoras econômicas principais e os laços de parentesco ultrapassam vínculos consanguíneos. Nesse ângulo dos traçados de família sinalizo os contornos sociodemográficos que delineiam mudanças na esfera doméstica, refletidas nos indicadores quantitativos de pesquisas nacionais como o CENSO-IBGE e PNAD-IPEA. São dados que revelam, por exemplo, novas faces dos

---

heterogeneidade das relações de produção e trabalho e, conseqüentemente, das particularidades na constituição e na oposição entre as classes sociais no Brasil.

<sup>37</sup> A noção de arranjos familiares é usada em estudos do IPEA. Utilizo o termo para designar e legitimar essas novas formas de composição das famílias, sem um caráter de “arranjo provisório”, ou num sentido de desqualificação desse tipo de grupo doméstico. A incidência de coabitações em razão de desemprego, baixa renda e dificuldades de acesso à moradia; separações ou mesmo filhos adultos que não saem da casa dos pais, ao constituir suas famílias, permanecem no mesmo espaço domiciliar (quintal, terreno). Em relação os de família ver Gueiros e Vitale (Revista Sociedade, nº 72, 2002).

domicílios urbanos brasileiros através do Perfil de suas respectivas Pessoas Responsáveis, ou Pessoas de Referência<sup>38</sup>.

Os impactos de transformações sociais ocorridas, principalmente, a partir na segunda metade do século XX são perceptíveis nos diferentes setores da vida social, e através desses estudos e levantamentos é possível ter maior visibilidade, pois, o registro quantitativo permite indicar suas tendências. Nesse sentido, os resultados do Censo 2000 apontaram como tendências relevantes a urbanização acelerada, o envelhecimento populacional e à diversidade na composição dos grupos familiares<sup>39</sup>. A esfera doméstica desenhada pelo Censo Demográfico 2000 revelou que entre as 48 262 786 unidades pesquisadas no Brasil, houve um crescimento de famílias sobre a responsabilidade feminina, que saltam de 7,7 milhões em 1991 para 12,8 milhões em 2000.

No âmbito de distinções regionais, as regiões Sudeste e Nordeste lideram o número de domicílios que se encontram sobre a responsabilidade feminina com 25,9% e 25,6% respectivamente. O cenário brasileiro retratado pelo Censo Demográfico 2000 espelha as diferenças entre as áreas urbanas e rurais, assim como as disparidades regionais em muitas variáveis, reforçando as inter-relações no contexto, entre aspectos econômicos, políticos e sócio-culturais presentes na realidade do país. A elevação da taxa de urbanização foi registrada em todas as regiões na última década, com expressivo declínio na população residente em áreas rurais, pois,

“... apenas 31 845 211 pessoas viviam em áreas rurais, sendo que quase metade delas (46,4%) residia na Região Nordeste. A proporção de pessoas residindo em áreas urbanas que era

---

<sup>38</sup> Referência à classificação do Censo-IBGE

<sup>39</sup> Nos dados sobre Famílias e Domicílios, resultantes da amostra do Censo 2000 IBGE, a composição familiar foi classificada em 10 grupos, nos quais se registram maiores ocorrências decrescentes: Casal com filhos (23 915 114); Mulher responsável sem cônjuge e com filhos (6 047 642); Casal sem filhos (5 783 249); Pessoa sozinha (4.126 487); e Casal com filhos e com parentes (2 971 770). Os demais grupos registraram proporções inferiores a 2 milhões e são: Duas ou mais pessoas sem parentesco; Casal sem filhos e com parentes; Mulher responsável sem cônjuge com filhos e com parentes; Homem responsável sem cônjuge com filhos; Homem responsável sem cônjuge com filhos e com parentes; e Outro.

de 75,6% em 1991 passou de 81,2% em 2000”. A Região Sudeste apresentou o maior grau de urbanização, com 90,5%” (IBGE, Censo Demográfico 2000. 2001: 30).

Bourdieu (1996) adverte sobre a tendência de se buscar o enquadramento da realidade em categorias ou tipologias classificatórias homogêneas, como se fossem naturalmente ajustáveis ao plano lingüístico. O autor questiona, por exemplo, os sentidos e os conceitos atribuídos à família nas sociedades atuais, bem como à “constelação de palavras” circunscritas a mesma, tais como: domicílios, unidade doméstica, provedores, os quais direcionam os estudos, as percepções e controvérsias acerca de família. Reafirma, pois, o caráter histórico, desnaturalizado e contextual dos fenômenos sociais, como a noção de família, visto que,

“A definição dominante, legítima, de família normal... é um conjunto de indivíduos aparentados, ligados entre si por aliança, casamento, filiação, ou excepcionalmente, por adoção (parentesco), vivendo sobre um mesmo teto (coabitação) (...).

‘De fato, a família que somos levados a considerar como natural, porque se apresenta com aparência de ter sido sempre assim, é uma invenção recente...’ (Bourdieu, 1996:24-5).

O Instituto Datafolha divulgou, em 2007, os resultados da uma pesquisa nacional com diferentes segmentos de classe social que pretende expor um ”retrato falado” da família brasileira<sup>40</sup>. Entre a diversidade de dados apresentados, a matéria sobre o título “Bolsa de Valores” registra as instituições sociais mais valorizadas na pesquisa. A família e a religião despontam com as avaliações de maior peso, em relação, por exemplo, ao casamento e o dinheiro, dentre os segmentos entrevistados. As análises da referida matéria sugerem a centralidade da família como “um reforço ao lado afetivo, em detrimento do material”. Outra hipótese levantada nas análises, segundo Renato Mezan, é que “talvez reflita o desejo de

---

<sup>40</sup> Suplemento da Folha de São Paulo, em 07/10/2007. Nessa pesquisa, além de família e religião, a população avaliou também outros temas como Trabalho, Estudo, Lazer Casamento e Dinheiro, agrupados por escolaridade, sexo, estado civil, número de filhos e de salários mínimos.

maior segurança<sup>41</sup>, diante das incertezas da vida pública” (Mota, 2007:16). Esse psicanalista desconfia do baixo valor atribuído ao dinheiro, pois, “não acredita que numa sociedade onde a luta pela sobrevivência econômica é tão evidente, o dinheiro tenha tão baixa estima” (Ibdem).

Outras opiniões citadas na matéria aludem à necessidade de contextualizar o sentido de família em relação aos sujeitos, em razão das transformações sociais e demográficas observadas no Brasil, pois, “enquanto 79% dos entrevistados as classes A e B consideram a família ”muito importante”, uma fatia bem menos (59%) deu a mesma resposta nas classes D e E”. Dados de pesquisa do IPEA são confrontados nessa matéria jornalística e revelam, por exemplo, que “mulheres na faixa de renda mais alta estão adiando a saída da casa dos pais para constituição de sua própria família. Com as jovens mais pobres ocorre o contrário: vêm antecipando a saída de casa e a maternidade”. Segundo o professor Pondé, em conjunto, esse ganho de importância para a família e a religião indica uma contraposição ao “modismo do individualismo” (Ibdem)

Da Matta (1987) aponta essa “escolha” da sociedade brasileira da família como um valor, no que concorda Bourdieu (1996), citando o espírito da família, e sua condição de *locus* privilegiado da produção e das relações sociais, na medida em que,

“... tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura social, do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações (...) a família age como uma espécie de **‘sujeito coletivo’** (grifo do autor) ... e não como um simples agregado de indivíduos...”. (Bourdieu, 1996: 131).

Nesse estudo, coloco em evidência um tipo de configuração familiar onde crianças na condição de netos(as), de forma temporária ou permanente, encontram-se sobre os cuidados maternos das avós. Esse cuidado é assumido, preferencialmente, como tarefa pertinente ao

---

<sup>41</sup> Em alusão à teoria de sociólogos na década de 90 sobre a “sociedade de risco”, baseada na percepção dos perigos crescentes produzidos pelo homem em torno do processo de modernização, desde a possibilidade de uma catástrofe ambiental aos riscos e incertezas do dia a dia, como ser atingido por uma bala perdida. (Ibdem, p.16)

lugar do feminino nas redes sociais de pobres. A lógica de obrigações familiares que estrutura as relações nesses segmentos acentua também o lugar das crianças no circuito das trocas, articulando-se à idéia de circulação de crianças formulada por Fonseca (1999). Esse “fato nativo” foi registrado em pesquisa com famílias de um bairro pobre na periferia de Porto Alegre, ao observar que a criança poderia ser cuidada ou criada por várias mães, indistintamente do vínculo de sangue. Assim, a criança circula da rede de relações no mundo dos pobres, dentro de um padrão legítimo de relação com os filhos e de trocas contínuas. (SARTI, 2007).

Dessa forma, o cuidado com a infância dentro das funções maternais é incorporado como responsabilidade feminina e coletiva no contexto familiar de pobres. As crianças são valorizadas como um bem em circulação dentro da lógica de trocas e obrigações morais dessa rede social. A noção de família como o lócus da socialização primária, da reprodução social, moral e psíquica de indivíduos e grupos evidenciam o seu lugar constitutivo de identidades, sociabilidades, dos vínculos de parentesco e de reciprocidade, do enraizamento do ser como individualidade. Por extensão, circunscreve um espaço de reprodução de relações sociais mais amplas da sociedade. Nesse sentido, Duarte (1995) e Sarti (2003) identificam que a hierarquia e a rigidez de papéis e valores transversais ao gênero e à geração presentes no universo simbólico e familiar dos pobres urbanos, seriam reflexos de imbricações econômicas e sócio-culturais hegemônicas no contexto ocidental.

## 2.2. SOCIALIZAÇÃO, IDENTIDADES E CENÁRIO URBANO.

Com efeito, as mudanças transcorridas na sociedade aportam as complexidades que atravessam os diferentes planos da vida moderna, em especial, as mudanças refletidas no contexto brasileiro. O percurso desenhado nessa contextualização coloca em relevo a mediação que a família exerce entre indivíduo, sociedade, Estado e o amálgama relacional que permeia

fronteiras entre as esferas pública e privada, especialmente, dentro do universo familiar dos pobres urbanos. Berger e Luckmann (2004) afirmam que a compreensão de processos societários tornar-se-á viável mediante o reconhecimento da relação dialética que se exterioriza nas dimensões objetiva e subjetiva dos fenômenos sociais e da realidade global, ou seja, que a realidade é ao mesmo tempo objetiva e subjetiva. Partindo desse princípio, eles consideram a socialização dos indivíduos como um processo ontogenético que garante a interiorização da realidade e se desdobra em dois planos:

“ a ampla e consistente introdução de um indivíduo num mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela. A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (Berger e Luckmann, 2004:175).

Segundo esses pensadores, o ser humano nasce com uma predisposição à sociabilidade, porém, a inserção dos indivíduos em seu meio social não é espontânea ou automática, haja vista que, a condição de estar em sociedade, de inserir-se efetivamente, requer a participação naquele processo dialético, mediante três momentos, a saber: exteriorização, objetivação e interiorização. Afirmam que essa classificação não significa que os momentos ocorram numa seqüência temporal e rígida, mas, de modo simultâneo, portanto, numa relação dialética, semelhante a do indivíduo que se exterioriza no mundo social, e interioriza este mesmo mundo como realidade objetiva. No âmbito da socialização primária, importa realçar a internalização, visto ser este o momento consagrado à apreensão do outro e dos sentidos da realidade social, consolidando o pertencimento à sociedade.

Assim sendo, “a interiorização vista de modo geral constitui a base primeiramente da compreensão de nossos semelhantes e, em segundo lugar, da apreensão do mundo dotada de sentido” (Berger e Luckmann, 2004:174). Para estes, o filtro da apreensão desse mundo social pelos indivíduos se processa com dupla seletividade. A partir do seu próprio lugar na estrutura

social e das indiosicrasias particulares de cada indivíduo, marcando suas biografias pessoais e sociais. Assim, a identidade é atribuída a partir desse lugar específico no mundo, porém, se articula ao contexto e espelha referências de vários níveis de pertencimento social. A rigor, a interpretação de fenômenos, conceitos e relações sociais fixa o registro da lente perceptiva dos pais ou de quaisquer adultos que interagem na socialização infantil. Portanto, suas referências darão suporte ao habitus dessa nova sua geração neste nível da socialização primária:

“cria na consciência da criança uma abstração progressiva dos papéis e atitudes dos outros particulares para os papéis e atitudes em geral ... Esta abstração ... é chamada o outro generalizado. Sua formação na consciência significa que o individuo identifica-se agora não somente só com os outros concretos mas com uma generalidade dos outros, isto é, com uma sociedade. Somente em virtude desta identificação generalidade sua identificação consigo mesmo alcança estabilidade e continuidade” (Berger e Luckmann, 2004:178).

Na visão destes pensadores, a interiorização da linguagem se constitui um instrumento privilegiado da socialização, visto que, ela torna realidades compreensíveis e simétricas, permitindo traduzi-las nos dois níveis, objetivo em subjetivo e vice e versa. Outra característica importante que concorre para consolidar a socialização primária refere-se ao fato de que sua aprendizagem transpõe a dimensão meramente cognitiva, por quanto, encontrar-se carregada de teor emocional, favorecendo a identificação da criança com o outro, a sua percepção e apropriação de papéis e atitudes de outros, tornando-os seus, assinalam Berger e Luckmann (2004). Ao ser capaz de identificar-se a si mesma, a criança adquire uma identidade coerente e plausível, e cuja personalidade reflete o seu contexto.

Desse modo, os aspectos cognitivos e afetivos interagem nesse processo o que “implica uma dialética entre a identificação pelos outros e a auto-identificação, entre a identidade objetivamente atribuída e a identidade subjetivamente apropriada” (op. cit. p. 177). Assim, a socialização se operacionaliza por mecanismos racionais e emocionais e tem na linguagem um canal de legitimidade desse aprendizado. Para Domingues (2001) o processo de socialização

requer o aprendizado de padrões culturais de ordem cognitiva, moral, afetiva e de expressão valorizados em determinado contexto histórico e social. A família é considerada como um espaço privilegiado da socialização primária, do aprendizado da linguagem e demais códigos de expressão simbólica na transmissão de valores e sentimentos, além da satisfação material e afetiva. A reflexão plausível e imediata é associá-la aos agentes socializadores, como as avós, destacando o valor das trocas interpessoais e intergeracionais estabelecidas nesse campo relacional.

Sabe-se, por outro lado, que o processo de socialização não transcorre de forma passiva e linear na clausura doméstica, visto que, outras instituições e canais diferenciados de transmissão de valores também exercem a função educativa. Tão pouco, é irreversível, posto que, se reatualizam valores e práticas mediante novos processos de internalização. Nesse sentido, para Berger e Luckmann (2004) devem-se levar em conta as distinções de contextos sócio-culturais e de ressignificados emocionais ou cognitivos que são experimentados pelos indivíduos na interação com grupos e instituições subseqüentes à família, e que remetem ao nível da socialização secundária. Ressaltam também o significado dos papéis sociais para a constituição de identidades, como instância mediadora nessa dialética da subjetividade e objetividade, visto que, o papel expressa de modo consciente o lugar internalizado pelo sujeito na sociedade, pois,

“a construção das tipologias de papéis é um correlato necessário da institucionalização da conduta. As instituições incorporam-se à experiência do indivíduo, por meio dos papéis. Estes, lingüisticamente objetivados, são um ingrediente essencial objetivamente acessível de qualquer sociedade. Ao desempenhar papéis o indivíduo participa de um mundo social. Ao interiorizar estes papéis, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele.

‘As origens dos papéis encontram-se no mesmo processo fundamental de formação de hábitos e objetivação que as origens das instituições’. (...)

‘Dizer, por conseguinte, que os papéis representam as instituições é dizer que os papéis tornam possível a existência das instituições continuamente, como presença real na experiência de indivíduos vivos’ (Berger e Luckmann, 2004: 103).

Uma contribuição muito relevante do pensamento sociológico para compreender esses processos, sem dúvida, diz respeito ao conceito de habitus, utilizado de forma sistêmica pelo pensador Pierre Bourdieu. Entre as idéias e os conceitos da obra deste sociólogo francês, Bonnewitz (2003) destaca a centralidade do conceito de habitus, pois, “ele garante a coerência entre a sua concepção de sociedade e a do agente social individual; fornece a articulação, a mediação entre o individual e o coletivo” (op. cit: 75). De modo sintético, o habitus corresponde a um princípio gerador e unificador, traduzido pelo conjunto de escolhas (tomada de posição), de posições pessoais (conceito relacional) de bens, de um estilo de vida (ethos) de práticas que conformam as disposições (cf BORDIEU, 2000, 2004, BONNEWITZ, 2003).

Através da noção de habitus, ele estabelece uma teoria específica sobre a produção social dos agentes e de suas lógicas de ação (disposições), cujo aprendizado ocorre no processo de socialização, ao assimilar normas, regras e valores de uma coletividade ou da sociedade de forma geral. Portanto, a socialização é o locus da formação do habitus dos indivíduos, englobando um sistema de disposições duradouras adquiridas no decorrer deste processo, através do seu mecanismo essencial que é a interiorização. O pensamento social contemporâneo também se debruça sobre os processos de constituição de identidades em análises sobre a cadeia de relações que essa categoria estabelece com a socialização, com o contexto, sua dimensão cultural e as objetivações da vida social.

Nesse sentido, Cuche (1999) propõe um enfoque relacional para essa análise, uma vez que, não há identidade em si, sua existência só é percebida em relação a uma outra, “ou seja identidade e alteridade são ligadas e estão em uma relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação” (op.cit: p.183). Ao destacar que a identidade se constitui e reconstrói no interior de um contexto social e das trocas coletivas, o autor reafirma a idéia de que a identidade não é uma ilusão, mas, dotada de eficácia social, razão pela qual produz efeitos sociais reais. No diálogo com a psicologia social, ele recupera essa articulação entre o

social (próximo ou distante) e o psicológico no indivíduo, por meio da identidade, pois, ela “permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente” (ibidem, p. 177). Entretanto, essa identidade não expressa somente as vinculações individuais, mas, também com as definições de grupo, que incluem e também distinguem de outros grupos (classe social, de idade, de sexo, nação etc).

Para a constituição de identidades e sociabilidades é imprescindível à relação com o contexto e, nesse sentido, alguns traços que contornam as faces do moderno contexto das cidades devem ser observados. Elias (1994) considera que as mudanças rápidas e constantes são marcas das sociedades modernas, estatais e urbanizadas. Velho (2004) ressalta a heterogeneidade e o protagonismo da revolução industrial para caracterizar as modernas sociedades urbanizadas,

“... criou um tipo de sociedade cuja complexidade está fundamentalmente ligada a uma acentuada divisão social do trabalho, a um espantoso aumento da produção e do consumo, à articulação de um crescimento urbano... A existência de cidades com 10 a 15 milhões de habitantes, por exemplo, só pode ser compreendida dentro de quadro surgido da Revolução Industrial com suas inovações tecnológicas, melhoria do sistema de transportes, volume de recursos e organização da produção. A grande metrópole contemporânea é, portanto, a expressão aguda e nítida desse modo de vida, o lócus, por excelência, das realizações e traços mais características desse novo tipo de sociedade”. (Velho, 2004:17).

Essa interdependência entre os indivíduos ancorada pelo fluxo diverso e permanente das trocas e da comunicação instantânea contorna uma relação de dependência também entre as cidades e redesenha as feições da vida social moderna. O fluxo das trocas suplanta os limites espaciais e temporais, favorecido pelas novas tecnologias de comunicação e o estreitamento das fronteiras culturais, como também acentua a mescla de trocas simbólicas, de vínculos de pertencimento e de papéis sociais entre os indivíduos e os grupos entre discontinuidades e permanências, na medida em que, intensificam ou reduzem esses fluxos de trocas. No entanto, as contradições dessa urbanidade moderna incluem, também, a segregação cultural, ou dos

bens simbólicos (cf WANDERLEY, 2007), ampliando a perspectiva de segregação sócio-espacial entre as classes no cenário urbano.

Em relação ao processo de socialização, Elias (1994) refere-se à individualização dos sujeitos moldada no aprendizado social, quando incorporam uma “consciência de si, de sua identidade” e que, gradativamente, ela vai modelando seus comportamentos, pensamentos, sentimentos e até mesmo sua aparência física. Ressalta que este processo transparece de forma bem clara nas sociedades urbanizadas e de cultura de massa, operando ciclos de “metamorfoses” individuais e coletivas que afirmam ou excluem valores e práticas sociais na inter-relação dinâmica entre individualidade, espaço social e as objetivações concretas da vida societária. Velho (2003) também estabelece uma associação direta das ideologias individualistas com o desenvolvimento da modernidade no ocidente, pois,

“As sociedades complexas moderno-contemporâneas são constituídas e caracterizam-se por um intenso processo de interação entre grupos e segmentos diferenciados. A própria natureza da complexidade moderna está indissolivelmente associada ao mercado internacional cada vez mais onipresente, a uma permanente troca cultural através de migrações, viagens, encontros internacionais de todo o tipo, além do fenômeno da cultura e comunicação de massas. As fronteiras entre Estados-Nações são cruzadas de todos os modos por relações econômicas, de poder e culturais em quaisquer níveis.... Inegavelmente existe tensão e conflito entre esses níveis coexistentes, reforçando mais uma característica de complexidade.

‘Essa problemática está presente nas biografias e trajetórias individuais... e vivenciam sistemas de valores diferentes e heterogêneos. Existe uma mobilidade material e simbólica sem precedentes em sua escala e extensão’. (Velho, 2003: 38-9).

A rigor, essa pluralidade de mudanças no contexto social envolve permanências e descontinuidades, fragmentações e deslocamentos em nível de papéis, linguagens, valores, simbolismos, estimulando um *ethos*<sup>42</sup> que valoriza a autonomia e a individualização. No entanto, ao mesmo tempo em que os indivíduos transitam em diferentes campos, alargam suas

---

<sup>42</sup> Lins de Barros (2000) a noção de *ethos* corresponde aos aspectos morais e estéticos de uma dada cultura, seus elementos valorativos. É o tom, o caráter e a qualidade de vida de um povo, uma atitude subjacente em relação a si mesmo e ao mundo em redor, refletida nas mediações da vida cotidiana.

fronteiras de socialização e de apropriação de capitais, eles ainda retêm traços sócio-culturais distintivos de seus grupos de pertencimento, em relação à classe social<sup>43</sup>, por exemplo. É um contexto paradoxal demarcando possibilidades de trajetórias pessoais e coletivas. Dessa feita, Velho (2004) formula a idéia de “projeto” que no plano individual é concebido como a tentativa de imprimir um sentido ou uma coerência à experiência fragmentadora dessa individualidade moderna. Contudo, há uma dimensão coletiva desse projeto, articulada a um projeto social ao qual o indivíduo se articula, a exemplo, da condição de classe. O autor considera ainda que,

“Quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quanto mais tiver de dar conta de *ethos* e visões de mundo contrastantes, quanto menos fechada for sua rede de relação ao nível de seu cotidiano, mais marcada será a sua autopercepção de individualidade singular. Por sua vez, a essa consciência da individualidade – fabricada dentro de uma experiência cultural específica – corresponderá a uma maior elaboração de um projeto”. (Velho, 2004:32).

Simmel (1973) acredita que dentro do paradigma individualista que busca hegemonia nesse contexto urbano, “os problemas mais graves da vida moderna derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais, da herança, da cultura externa e da técnica de vida” (Simmel, 1973: 11). Por conseguinte, a metrópole seria também o espaço do predomínio intelectual, da ênfase na racionalidade que imprime aos indivíduos um valor material e mercantil, o que requer a constante negociação nesse intercâmbio social. Assim sendo, o que parece como dissociação na realidade é apenas uma das formas elementares de socialização nesse estilo de vida<sup>44</sup> (SIMMEL, 1973), e o estilo de vida se engendra no *ethos*. Nesse sentido, “A cidade, através de seus espaços e da sociabilidade nele desenvolvida, aparece ao mesmo tempo, como

---

<sup>43</sup> Reporto-me às experiências muito comuns entre segmentos sociais, quando empreendem ascensão sócio-econômica, a exemplo do estereótipo dos “novos ricos” ou “emergentes” e o processo de reatualização de seus *ethos*. São episódios que relembram o “aburguesamento” remetido às análises das influências européias no contexto do Brasil colonial.

<sup>44</sup> Em discussão semelhante Anselm Strauss (1999) dialoga com a Psicologia Social em torno dessas interfaces entre as dimensões social e psíquica nos processos de constituição de identidades, socialização e as mudanças sociais no contexto moderno.

cenário e como significado de vivência das transformações na trajetória de vida” (Lins de Barros, 2006:18-9).

Penso que sobre um outro ponto de vista, a relação com o tom das sociabilidades articulado cidade nesta representação do espaço urbano, foi estabelecida por Santos (2006), ao defender a possibilidade contemporânea de se construir um outro projeto de globalização, ou seja, redesenhá-lo sobre a perspectiva inclusiva dos diferentes segmentos sociais. Ele distinguia a condição de pobreza da situação de miséria presente nas cidades, atualmente, visto que, percebia no horizonte da pobreza, ou melhor, no cotidiano dos segmentos populares “classificados”, do ponto de vista de classe social, como pobres, um estado de vida potencialmente ativa, de resistência criativa nas suas formas de luta e de trabalho, de produtor de cultura, de uma cultura popular em oposição à cultura do consumo de massa, assinalando que:

“Assim, eles enfrentam e buscam remédio para suas dificuldades. Nessa condição de alerta permanente, não têm repouso intelectual. A memória seria sua inimiga. A herança do passado é temperada pelo sentimento de urgência, essa consciência do novo que é também, um motor de conhecimento’.

‘A cidade pronta a enfrentar seu tempo a partir de seu espaço, cria e recria uma cultura com a cara de seu tempo e do seu espaço e de acordo ou em oposição aos donos do tempo, que são também os donos do espaço “ (Santos, 2006:132).

### **2.2.1. Matizes de gênero, classe social e geração.**

A discussão de família e o processo de socialização devem incorporar, necessariamente, as mediações de gênero, de classe e de gerações como elementos fundantes de identidades e sociabilidades dos sujeitos, na interface com o espaço relacional da família e com outras dimensões da vida social. Motta (1999) também reforça essa idéia e adverte para a transversalidade e as mediações de sistemas biológicos e sócio-culturais nas relações sociais, como “sexo-gênero, raça-etnia e idade-geração”, além de classe social, pois, se materializam no cotidiano e na história, e assim,

“Expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou alianças e hierarquias provisórias. Provisórias, porque na dialética da vida os lugares sociais se alteram, as situações sociais desestruturam-se e reconstróem-se em outros moldes. Do ponto de vista da cada indivíduo ou grupo, isto significa a múltipla pertinência de classe, de sexo/gênero, de idade/geração e de raça/etnia, com a formação de subjetividades e de identidades ou de identidades correspondentes”. (Motta, 1999:193).

Os estudos desses sistemas têm alimentando um profícuo debate em função dos significados transversais que imprimem às relações sociais. Primeiramente, o foco sobre gênero é contemplado em vasta literatura das ciências sociais, sobre a questão da mulher, o movimento feminista, sexualidade, família, políticas de igualdade e outros temas que evocam as grandes transformações da condição feminina, no último século, e suas repercussões nas esferas pública e privada<sup>45</sup>. A emergência do gênero como categoria alargou o horizonte de apreensão de assimetrias entre os sexos, e também das relações de poder. É “um campo primário no interior do qual ou por meio do qual o poder é articulado [...] não é o único campo, mas, ele parece ter sido uma persistente e recorrente forma de possibilitar significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas” (Scott, J.1995: 86-88).

As contribuições da categoria gênero ao debate sobre a constituição de desigualdades entre homens e mulheres, como também, em outros focos de análise, em razão de sua transversalidade às relações sociais em diferentes contextos. Portanto, gênero é um conceito relacional e compreendido como elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos (cf. SCOTT, 1995). Desse modo, constitui um campo semântico entre regras, práticas e representações sociais, discursos, ordenamentos jurídicos e simbólicos definidos a partir de diferenças biológicas, sexuais em cada contexto histórico. Por conseguinte, mulheres e homens modelam identidades na interface dessa construção social de gênero e que permeia a totalidade de suas relações.

---

<sup>45</sup> Ver contribuições de Fonseca em Genealogia do Gênero (s.d.)

Gouveia (1994:02) sintetiza o pensamento de Joan Scott acerca de quatro dimensões que estruturam as relações de gênero: a dimensão simbólica referida às representações múltiplas, frequentemente contraditórias, de oposição entre masculino e feminino; a dimensão normativa refere-se aos conceitos normativos, referentes aos códigos religiosos, jurídicos, científicos, educativos etc e que ganham forma de uma oposição binária fixa entre homem e mulher, entre masculino e feminino; a dimensão organizativa indica que o gênero não só constitui o sistema de parentesco, mas, também sistemas educacionais, políticos, religiosos etc; a dimensão subjetiva refere-se aos processos de formação da identidade pessoal.

A categoria gênero enquadra as relações entre os sexos como um construto lógico, abstrato, porém, fundado em conteúdos socialmente definidos como atributos masculino e feminino, essa pertinência costuma ser incorporada e naturalizada, espalhando-se nos processos de socialização e construção de identidade, na vivência de papéis e de lugares sociais distintos e hierarquizados entre os sexos. A mediação dos traços sócio-culturais autoritários e hierárquicos imbricados no patriarcado e na divisão sexual do trabalho é citada no debate sobre essa construção social, principalmente, no contexto brasileiro. Os processos de socialização no âmbito doméstico têm uma participação privilegiada na transmissão de valores, expressão de sentimentos, internalização de características físicas e comportamentais concebidos como atributos femininos e masculinos diferenciados e naturalizados.

Os papéis femininos socialmente valorizados no padrão de famílias hierárquicas são de mãe, cuidadora, chefe da casa, guardiã do afeto e da honra familiar, enquanto ao homem compete no papel de provedor econômico, compete a autoridade, ser o chefe da família (cf SARTI, 2000). Esse complexo e contraditório aprendizado social, no entanto, acena com descontinuidades e permanências na moldura doméstica, nas relações de poder e afeto, no exercício dos papéis entre os gêneros e as gerações, diante de mútuas influências entre família e sociedade. Da Matta (1987) também chama atenção para os recorrentes processos de cisão e

interação entre os espaços da casa e da rua que permeiam o campo simbólico de nossa formação social, expressos na dialética de gênero e sua correspondente divisão sexual do trabalho. Isso implica, por exemplo, em noções assimétricas e de desqualificação entre o trabalho assalariado masculino e o trabalho doméstico feminino. Para o autor,

“...em alguns contextos, o mundo social será englobado pela mulher, ao passo que em outros será o homem o agente englobador... a funcionalidade do sistema parece residir na enorme capacidade de existirem muitas categorias englobadoras, que podem ser utilizadas em situações e para propósitos diferentes. Nada, portanto impede que o sistema seja a um só tempo matrifocal e patriarcal, desde que se faça a referência, respectivamente, à casa ou à rua e se queira descobrir os nexos entre esses dois espaços na nossa sociedade” (Da Matta, 1987: 128-9)

A segunda categoria relevante para matizar processos de identidade e sociabilidade a é classe social. Entendida como categoria histórica e analítica inscrita, também, na estrutura das relações sociais e que se funde com outras categorias constituintes da vida social. A mediação da classe social redesenha de forma bastante dinâmica essas relações nas sociedades e, em particular, a complexidade de fenômenos sociais peculiares ao cenário urbano. Dessa forma, a classe ocupa posição de destaque na compreensão dos fenômenos articulados ao processo de reprodução social, e é reconhecida por Motta (1999: 195-6) como “uma sinopse de vivências e experiências ou de práticas socializadoras, expressas no conceito de habitus”. A colocação da autora recoloca a centralidade do habitus também nessa discussão, visto que, esta noção já foi abordada no tópico sobre o processo de socialização.

Para Lins de Barros (2000) o habitus é um conceito fundamental para a análise crítica das relações sociais e a discussão sobre classe na contemporaneidade. A autora afirma que a noção de classe remete em um primeiro nível à posição e a situação dos sujeitos, ou dos agentes, na estrutura social, em um segundo nível, está relacionada à dimensão simbólica das relações entre classes. Portanto, esse lugar se inscreve no campo semântico, nas representações que estes sujeitos fazem de sua respectiva posição e das situações relativas.

Para esse estudo, a análise de classe transpõe a fronteira das estruturas econômicas para identificar suas implicações em múltiplas esferas do contexto social.

De outra feita, a dimensão econômica se remete à noção de capital definida por Bourdieu (2004). Para este, a noção de capital engloba um conjunto de bens produzidos entre campos diversos, que interagem em todas as esferas da sociedade. Além do capital econômico, o autor identifica mais três dimensões de capitais, ou seja, cultural, social e simbólico<sup>46</sup>, que são apropriados pelos agentes no espaço social, cujo volume e estrutura dos capitais definem as posições desses agentes no espaço social e nas classes. O domínio desses capitais se diferencia entre indivíduos, grupos e os segmentos sociais, assim como, os distingue no âmbito de relações e posições de classe, conformando seus *habitus* com todas as nuances de pertencimento que estabelecem no espaço social.

Portanto, o capital é um princípio de construção desse espaço, isto é, a partir de diferentes espécies de poder ou de capitais como forças atuantes que concorrem em diferentes campos, tornando-o um campo social multidimensional de posições (BOURDIEU, op. cit. p. 134-5). Assinal também que há níveis de mediação entre esses capitais e que, podem ser percebidos com nitidez, a título de ilustração, aponta a franca articulação entre os planos simbólico, econômico e político em vigor na sociedade, na medida em que, a ideologia imprime legitimidade às relações de poder, bem como, às formas de apropriação privada das riquezas socialmente produzidas. Dessa forma, a apropriação desigual dos capitais entre os agentes produz um espaço social hierarquizado no contexto contemporâneo.

A geração é a terceira e última categoria relacionada neste tópico. Sua relevância teórica e empírica também se evidencia no debate sobre identidades e sociabilidades reatualizadas no curso de vida. Segundo Mannheim (1952), a possibilidade de discutir o conceito de geração está diretamente relacionada com o ritmo acelerado das mudanças que se processam no tempo

---

<sup>46</sup> Ver Bonnvevitz, 2005 e Bourdieu 1996, sobre a composição desses capitais.

presente. Em análises mais recentes sobre o tema, Lins de Barros (2006) irmana-se às idéias desse pensador alemão, acerca da categoria geração e, refere-se às também às mudanças na sociedade, realçando a heterogeneidade captada pelos estudos sobre idade e gerações atuais. Sinaliza ainda que as mudanças sociais na transição da sociedade moderna para a contemporânea permitiram a emergência da noção de curso de vida. (op.cit: p. 21).

Para Mannheim (1952), a abordagem sociológica no estudo das gerações deveria partir da noção de posição, sem restringi-la, no entanto, à dimensão temporal, ou melhor, a indivíduos ou grupos situados num mesmo período cronológico e nos limites do ciclo biológico da existência humana, mas sim, pelo fato de que eles compartilham uma posição comum na dimensão histórica do processo social. Assim, a posição geracional passa a ser compreendida como um tipo particular de posição social, pois, “ser de uma mesma geração não diz respeito apenas ao fato de indivíduos conviverem em um mesmo momento histórico, mas de estarem em uma posição específica para viver determinados acontecimentos” (Lins de Barros, 2006: 19). Esta posição social imprime aos indivíduos maior predisposição para vivenciar determinada situação, para compartilhar idéias e experiências.

Deste modo, a noção de geração se amplia ao agregar e valorizar características relativas ao compartilhamento de interesses, acontecimentos, vivências e posições sociais que ultrapassam a temporalidade cronológica e espacial. Segundo Debert (2000), esse ângulo de análise para a geração coloca em relevo a dinâmica do curso de vida, enquanto um campo de experiências abertas, através do qual a posição geracional adquire significado fora de um tempo padronizado, ritualístico, cronologicamente fixado em infância, adolescência, idade adulta e velhice, uma vez que,

“As formas de periodizar a vida e a definição das práticas relacionadas a cada período apresentam variações segundo os grupos sociais de uma mesma sociedade (...)

“Os recortes de idade e a definição de práticas legítimas associadas a cada etapa de vida não são, portanto, conseqüências de uma evolução científica marcada por formas cada vez mais precisas de estabelecer parâmetros no desenvolvimento biológico humano” (Debert, 2000:52-3).

A autora questiona as posições teóricas que delimitam a importância da geração ao âmbito familiar, e ressalta o lugar de ator social das gerações, visto que, pesquisas sobre grupos de idade revelam o protagonismo geracional para além das relações na família. Nessa medida, as gerações projetam mudanças na esfera da política, em nível de comportamentos, na produção da memória coletiva<sup>47</sup>, na construção de uma tradição, por exemplo, e conceitua:

“Na verdade, apesar de suas conotações variadas, a idéia de geração implica um conjunto de mudanças que impõem singularidades de costumes e de comportamentos a determinadas gerações. Daí falar-se em geração do pós-guerra, da televisão, de 68. A geração não se refere às pessoas que compartilham a idade, mas às que vivenciaram determinadas eventos que definem trajetórias passadas e futuras” (Debert, 2000:60).

### 2. 3. SOCIABILIDADE DA DÁDIVA E O CIRCUITO DO CUIDADO.

No percurso dos laços que envolvem a família e as relações geracionais nesse estudo a centralidade do espaço familiar na socialização primária é colocada em relevo por diferentes autores. Penso que a idéia do circuito do cuidado indica um caminho para a troca de bens materiais e simbólicos através das práticas da maternagem e da transmissão de legados<sup>48</sup> por parte das avós que cuidam de netos. Esse circuito coloca evidência a participação dessas avós na socialização infantil e na gestão doméstica das redes sociais dos pobres urbanos, o que, por outro lado, alimenta as relações de alianças e de troca entre as gerações nesse universo doméstico. Dentre as contribuições da Antropologia, o debate sobre a sociabilidade da dádiva oferece pistas à compreensão de relações sociais no âmbito das trocas geracionais e dos bens partilhados nas redes sociais dos pobres.

---

<sup>47</sup> Caber ressaltar o estudo de Bosi sobre Memória e Velhice, como relevante contribuição nesse tema (ver Memória e Sociedade. Lembranças de velhos, 1979).

<sup>48</sup> As práticas de maternagem ou, de cuidados maternos, a que me refiro na tese dizem respeito às tarefas básicas de rotina como higiene, alimentação, locomoção, vestuário, recreação, cuidados de saúde e educação das crianças e adolescentes. Os legados dizem respeito à transmissão da herança simbólica das gerações e que resgatam e também renovam história do grupo familiar e a memória coletiva.

Esse debate sobre a dádiva desvela sua riqueza simbólica e, ao mesmo tempo, o caráter de universalidade inerente às relações de troca, como processo que instauram a vida social, é o que afirma Lanna (2000), ao discorrer sua análise acerca do Ensaio sobre a Dádiva de Marcel Mauss. Nessa análise Lana (op. cit) refere-se à noção de aliança produzida pela dádiva como o seu “fio condutor”. As relações de aliança se estabelecem em diferentes planos, no econômico, político, religioso, jurídico, moral etc, e além dos bens materiais, também circulam na trocas as pessoas e as trocas de valor espiritual. Posteriormente, a noção da dádiva foi incorporada em novos estudos, a exemplo de Lévi-Strauss, que a tomou como fundamento das estruturas elementares do parentesco. Lanna (2000) em seus estudos analisou a perspectiva da dádiva divina implícita nas relações de patronagem e de compadrio na cultura brasileira e, referindo-se aos estudos de Lévi-Strauss e a tese central do ensaio de Mauss, pois,

“... nele se postula um entendimento da constituição da vida social por um constante dar-e-receber. Mostra ainda como, universalmente, dar e retribuir são obrigações, mas, organizadas de modo particular em cada caso. Daí a importância de entendermos como as trocas são concebidas e praticadas nos diferentes tempos e lugares, de fato que elas podem tomar formas variadas, da retribuição pessoal à redistribuição de tributos” (Lanna, 2000:175).

No exame da literatura sobre esse tema<sup>49</sup>, Coelho (2006) demonstra que nos estudos antropológicos indicam que a presença desse sistema da dádiva e seus ritos correspondentes fora observado em diferentes sociedades primitivas, como ponto central das relações de troca. Entre esses estudos, a autora também destaca o Ensaio sobre a dádiva de Marcel Mauss e sua contribuição para o reconhecimento e a teorização de um sistema de reciprocidades assentado na lógica de dar, receber e retribuir os bens trocados. A partir da circulação dos bens, segundo a autora, podem-se estabelecer laços de alianças ou redes da dádiva e que seria possível tomá-la, igualmente, como fundamento de relações de troca de ordem qualitativa, presentes nas sociedades complexas ou modernas, desde que sejam trocas distintas das relações mercantis.

---

<sup>49</sup> A autora dialoga com idéias de Marcel Mauss, Lévi-Strauss, Peirre Bourdieu e Maurice Godelier sobre o sistema da dádiva.

Entretanto, para Lanna (2000), a lógica da dádiva não exclui a lógica da mercadoria e vice-versa e, afirmo de acordo com o pensamento de Marcel Mauss, em determinados contextos elas são complementares. Na apreciação de Caillé (2002), o sistema da dádiva nas sociedades arcaicas se constituiria numa espécie de paradigma - paradigma do dom - um postulado anti-utilitário, em oposição à lógica do mercado e, no qual, a constituição do laço social decorrente do dom tem primazia sobre a troca dos bens em si. Outra característica a ser destacada na análise desse autor, refere-se à natureza diversa dos bens e riquezas partilhados, haja vista que, também circulam bens e valores de ordem moral e simbólica como poder, prestígio social e político, ao lado de bens espirituais e de pessoas.

Portanto, segundo Coelho (2006), no sistema da dádiva atribuem-se valores e significados pressupondo uma “mistura” entre coisas e almas, entre objetos e pessoas, como bens a serem trocados e retribuídos, baseado no princípio em que se deve:

“Dar, receber retribuir. Pôr em circulação os presentes e os benefícios. Ou também os malefícios, por outro lado. Os penhores de amizade, as irmãs ou as esposas, os filhos, as fórmulas de polidez, as canções, os objetos preciosos ou de luxo, os poemas, os sonhos; os sentimentos, muna palavra, a própria vida. Mas, também as ofensas, as feridas, a morte. Como se sabe, é esta regra social primordial, à qual dá o nome de “tríplice obrigação de dar, receber e retribuir”...”(Caillé, 2002:07).

A cadeia que se estabelece nessa tríplice obrigação não encerra o ciclo das trocas no sistema da dádiva, segundo Coelho (2006), porque se reproduz ampliando o campo relacional dos sujeitos e da coletividade, com relevo à noção de um fato social total para o sistema da dádiva, capaz de exprimir um conjunto de sociabilidades, de instituições e de sentidos relevantes para determinada sociedade. Por conseguinte, a autora considera viável sua aplicabilidade em estudos das sociedades modernas, visto que, se articula com os sistemas jurídicos e econômicos, conforme o registro na literatura sociológica e antropológica sobre

rituais e práticas que caracterizam sistemas semelhantes observados em diferentes localidades e contextos sócio-culturais e, além do que foi referido nos estudos de Marcel Mauss.

Uma questão também assinalada pelos dois autores mencionados, anteriormente, diz respeito ao caráter dialético das práticas relativas à circulação da dádiva, pois, elas se estabelecem tanto de modo espontâneo, quanto de modo obrigatório, ou segundo Coelho, (op. cit. p.29) em razão de sua dupla verdade:” ser um sistema de trocas voluntário e ao mesmo tempo coercitivo. Com essas breves notas sobre o sistema da dádiva e a reciprocidade nas relações de troca, pretendo costurar uma aliança com o objeto de estudo, em analogia aos bens de ordem material e simbólica torçados nas práticas do cuidado e que circulam entre as gerações familiares nas redes sociais dos pobres urbanos.

### **2.3.1. Avessos nas trocas materiais e simbólicas e o lugar das avós.**

Esse estudo focaliza a dinâmica relacional de famílias extensas dos pobres no contexto urbano, particularmente, os grupos domésticos em que os netos encontram-se sobre os cuidados maternos das avós. A presença dessas “velhas e novas figuras” (VITALE, 2007) do cenário familiar são colocadas em destaque no âmbito das relações geracionais. Compromisso de cuidado mútuo e, se houver, com crianças, adolescentes e adultos”. Peixoto (2000) assinala que as noções de avó e avô são recentes na trajetória da instituição familiar, e que devido à flexibilização na autoridade patriarcal o distanciamento afetivo e a hierarquia entre as gerações foram diminuindo, o que alterou os papéis sociais desempenhados pelos avós, mas, somente por volta de 1930 é que as avós passaram a auxiliar os pais na socialização infantil, criando ligações afetivas mais consistentes.

Porém, a autora faz uma ressalva que a experiência de coabitar com a geração mais velha não é fato recente, ao contrário, é muito comum, ou mesmo, banal nas camadas populares brasileiras. De um lado, em razão do sistema de seguridade social público, com o

baixo rendimento de aposentadorias e pensões e a precária rede de saúde e assistência social que leva muitos pais viúvos e idosos a residirem com os filhos. Por outro lado, as situações de instabilidade financeira ou emocional, como desemprego e separação, por exemplo, fazem com que filhos adultos retornam ou até permanecem com os pais no mesmo núcleo, ou em unidade contígua, no espaço domiciliar.

Vitale (2007), estudiosa das relações familiares e geracionais no contexto brasileiro, discute sobre a emergência de novos papéis das avós na cena familiar, especialmente, nas famílias pobres que diante de sua vulnerabilidade lançam mão das trocas intergeracionais para responder às exigências da reprodução social do grupo, em diversos momentos do seu ciclo vital. Portanto, as avós ganham relevo não só na relação afetiva e na socialização dos netos, mas também, na contribuição financeira para o sustento destas crianças e também para sua rede social. Assim sendo, a prática de coabitação na rede do social dos pobres é uma alternativa de compartilhamento de suportes material, econômico e emocional, pautado na lógica da solidariedade familiar entre as gerações.

De acordo com os dados do Censo 2000, o aumento da expectativa de vida da população com 60 anos ou mais elevou a média de vida em 73 anos para as mulheres e 65 anos para os homens, em relação à década. Esse dado poderia justificar, parcialmente, a tendência de crescimento das mulheres idosas apontadas como pessoas de referência nos domicílios. A observação empírica e os dados da pesquisa de campo em Belém me fazem supor que essa indicação está baseada em três aspectos: o fato de serem proprietárias ou locatárias do imóvel residencial compartilhado pelo grupo familiar; ou diante da precedência hierárquica e etária valorizada no grupo doméstico; ou ainda pela condição de principal provedora econômica da família. Esta provisão, via de regra, é decorrente de baixos e médios rendimentos provenientes

de aposentadorias, pensões, de ocupações informais<sup>50</sup>, além de recursos provenientes de benefícios da seguridade social e dos programas de transferência de renda.

Essa constituição extensa de família entre os pobres acentua também uma dimensão simbólica centrada no espaço domiciliar, ou seja, a casa, a “moradia” compartilhada entre avós e netos, mães e filhos e outros membros e núcleos familiares em múltiplas tensões e interações constituintes do seu “idioma de parentesco” nas redes sociais dos pobres (cf GUEDES 1998, GUEDES E LIMA, 2006). A posse da casa, terreno ou quintal circunscreve um espaço seguro, delimitando o pertencimento, a sociabilidade e o vínculo parental dos sujeitos. Viana (2005) também identificou a partir de estudos sociais integrantes de processos civis de guarda no Fórum da cidade do Rio de Janeiro, a relevância simbólica da casa como espaço de segurança e fixação das crianças e de seus tutores, cujo valor se afirma por sua adequação moral, evitando ou minimizando os riscos da dispersão familiar.

Os pensadores que defendem essa perspectiva de construção social da velhice reconhecem suas heterogeneidades e transversalidades (da velhice), em oposição à idéia de um fenômeno homogêneo, de modo que, situá-la “no contexto dos outros estágios de vida (...) requer uma perspectiva que leve em consideração o curso de toda a vida e várias condições históricas e culturais, em vez de simplesmente concentrar-se num grupo específico de idade ...” (Hareven,1999:16). Entretanto, a identificação de características e demandas acerca de fenômenos sociais necessita basear-se em parâmetros consensuais de classificação, seja para identificar, legislar e assegurar intervenções, seja para definir critérios de prioridade e acesso às políticas sobre a forma de equipamentos e serviços. Enfim, há um conjunto de situações eventuais e de rotina que exigem classificação e a padronização de condutas.

Peixoto e Clavairolle (2005) assinalam que os problemas sociais relacionados à velhice adentraram as políticas públicas na França, no século XIX<sup>51</sup>, no cenário da industrialização,

---

<sup>50</sup> Dados de pesquisas do IPEA e FGV que demonstram a permanência ou a reinserção de pessoas aposentados de 60 anos de idade ou mais no mercado formal de trabalho ou, em ocupações informais, têm sido veiculados sistematicamente pela mídia, em busca de aumentarem a renda familiar..

do trabalho assalariado e do movimento operário que denunciava a pobreza dos trabalhadores, em razão dos limites impostos pelo envelhecimento. Porém, a questão só adquiriu forma e distinção através de respostas político-institucionais claras e direcionadas a esse estágio do curso de vida.

Segundo Peixoto (2000), no Brasil o reconhecimento social desse estágio de vida se situa na década de 20, marcado pela regulamentação pública sobre a aposentadoria, através da Lei Elói Chaves<sup>52</sup> e a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões - CAPS. Essas medidas têm reflexos também no uso de termos e sobre as noções acerca do processo de envelhecimento, bem como, nas leis e medidas políticas que se sucederam. Entretanto, somente com a Constituição Federal de 1988 é que a importância da questão da velhice ganha um redimensionamento, e seu artigo 230 estabelece como “um dever do Estado, da família e da sociedade” garantir o cuidado com as pessoas idosas, além de definir o salário mínimo como base para a aposentadoria no país, uma espécie de indicador para universalização da seguridade.

No contexto das redes sociais as avós exercem um papel de destaque na socialização infantil e nas práticas educativas<sup>53</sup> que competem à família, por sua experiência e autoridade e principalemene, pelo vínculo afetivo que acimenta a internalização (cf LINS DE BARROS, 1987, BERGER E LUKMAN, 2004 SZYMANSKI, 2002). Em relação ao suporte afetivo com um bem pertinente ao circuito do cuidado, Szymanski (2002) Szymanski (2002) assinala que a noção de amor pode ser redimensionada, sem uma acepção romântica e idealizada, mas, como

---

<sup>51</sup> Citam a criação da Caixa da Aposentadoria para a Velhice, em 1850 e um sistema unificado de pensões para todos os funcionários públicos, em 1853.

<sup>52</sup> A partir dessa lei e da criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões - CAPS, novas medidas relacionadas à aposentadoria e à assistência aos trabalhadores foram implementadas, como a ampliação dos Institutos de Assistência e Pensões - IAPS para outras categorias profissionais, na década de 30 e a LOAP, em 1960. Porém, a primeira concessão de aposentadoria foi dada aos trabalhadores das estradas de ferro, em 1890, pelo Ministério da Função Pública, embora desde 1888, após a abolição da escravidão, os ferroviários já obtivessem direito às férias e, nos anos seguintes, até 1912, outras medidas pontuais nessa esfera trabalhista foram empreendidas pelo poder público no Brasil (Peixoto, 2000).

<sup>53</sup> Para Szymanski essas práticas educativas dizem respeito a ações contínuas e habituais afim de possibilitar a construção e apropriação de saberes, práticas e hábitos sociais através das trocas intersubjetivas, internalizando uma proposta de ser-no-mundo com o outro (2002:14).

valor no âmbito dos códigos de pertencimento e da afetividade, revisada como sentimento que se impõe naturalmente, de feição incondicional a todas as formas de convivência familiar. Para ela, as trocas afetivas na família imprimem marcas significativas nas pessoas, as quais se projetam por longo tempo e para as novas famílias em formação, e sugere que a noção de solicitude e da postura que lhe é subjacente para a constituição de um “modo de ser e de agir com o outro”. É um valor fundamental na socialização e nas práticas cotidianas do cuidado na família para fortalecer seus laços internos perante as mudanças sociais.

O processo da herança simbólica de base moral transmitido pelas gerações femininas através da noção de “legados”, foi tema de pesquisa para Vitale (1997), com três gerações sucessivas de famílias de segmentos médios paulistanos, e identificou a transmissão de legados de ordem, fé, solidariedade, família e da moral sexual, como bases da vida familiar. Observou também que, apesar do desejo de transmitir o oposto do que fora recebido, nem tudo foi negado ou ressignificado no percurso da transmissão geracional. Assim, “os velhos de hoje, como os jovens oscilam entre dois mundos, dois ou mais sistemas de valores, freqüentemente contraditórios...” (Coutinho, 2006:103). O capital simbólico se revela como instância mediadora das relações entre indivíduo e sociedade, e dentro deste, procuro enfatizar a transmissão de legados, através de valores morais, como as trocas espirituais na dádiva.

Para Vitale (2007) a presença das avós na socialização infantil é muito relevante, sobretudo, e realça o âmbito de práticas do cuidado e da herança simbólica que integram os legados geracionais. Assinala que a figura da avó habita nosso imaginário, estabelecendo importante elo entre as gerações, a media que, atua no processo de transmissão da estória e da memória familiar, revelando um tempo particular e também coletivo em relação a esse grupo. Assinala ainda que:

“... as relações intergeracionais e de gênero se compõem o tecido para se pensar a condição de avô(ó). Estas constituem espaços de confronto e de conflitos, mesmo quando permanecem com sistema de suporte mútuo e lócus de mecanismos de solidariedade familiar

(Vitale,1995). Os avós são personagens em movimento na cadeia das gerações, mas talvez permaneçam em nossa memória com figuras cristalizadas em determinado momento do percurso ...” (Vitale, 2007:104).

Dessa forma, “se a família pode ser vista como unidade básica no processo socializador, as relações intergeracionais permitem apreender o movimento da socialização, ou seja, sua dimensão temporal” (Vitale, 1997: 90), visto que, a importância da socialização primária experimentada no grupo familiar decorre do seu caráter privilegiado de mediação entre o homem e a sociedade. É o processo de identificação e internalização do mundo objetivo da vida social no plano da consciência dos indivíduos. Neste âmbito, assinala ainda que:

“Todos nós, em nosso percurso de vida, estamos repetidamente nos confrontando com situações, encontros e acontecimentos que se tornam fonte de transmissão e de transformação daquela realidade que foi interiorizada pelo processo de socialização primária.

Nesse sentido, o exame do processo de socialização requer a focalização do olhar sobre a família e as relações entre as gerações”(Vitale, 1997: 90).

No âmbito dessas redes sociais, o traço que chama atenção nas análises sobre famílias pobres é o fato dos cuidados maternos serem objetos de responsabilidade coletiva, ensejando a noção de circulação das crianças dentro de um padrão legítimo de relação com os filhos e de trocas contínuas (cf FONSECA, SARTI, 2007). Circula como dádiva, reatualizando os laços na rede social em similaridade ao sistema da dádiva analisado por Marcel Mauss. O cenário familiar traçado pelas narrativas na pesquisa de campo, suponho que os bens do cuidado circuncrevem além das tarefas domésticas de maternagem, o suporte afetivo e simbólico, envolvendo a transmissão de legados, da herança simbólica dessas avós no contexto das trocas geracionais (Vitale, 1995). Assim, “O avô se investe de poder, por deter determinados conhecimentos, e de autoridade, ao transmiti-los” (Barros, 1987:120).

### **CAPITULO III: FORÇA DO SANGUE E MAGIA DO AFETO: TECENDO ELOS DE FAMÍLIA E GERAÇÕES EM REDES SOCIAIS DE BELÉM.**

“Maria, Maria, Maria é a cor, é a força, é o suor...,  
de uma gente que ri, quando deve chorar e não vive,  
apenas agüenta, ...  
uma mulher que merece viver e amar, com outra qualquer do  
planeta.  
Mas, é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana  
sempre...  
..... mistura a dor e a alegria.  
Mas, preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter  
sonho, sempre!  
Quem traz no corpo essa marca possui a estranha mania de  
ter fé na vida!” (Milton Nascimento).

Este capítulo tem como objetivo apreender a dinâmica familiar dos pobres urbanos e fundamentar empiricamente o lugar das avós e as trocas de bens materiais e simbólicos, através das práticas de cuidado com netos e, desse modo, identificar os legados geracionais transmitidos no processo de socialização infantil nas redes sociais. Considero que as idéias e as análises dos diferentes autores abordados nesse estudo sobre esse tema dialogam com os dados da pesquisa de campo. Nesse diálogo destaque, em especial, as contribuições de Bilac, Bourdieu, Fonseca, Guedes, Lins de Barros, Sarti, Santos, Syamanski, Velho e Vitale para desenvolver o percurso analítico, pois, identifiquei muitas aproximações com o registro de experiências e percepções dos sujeitos da pesquisa em diferentes noções e categorias de análise. Para Martinelli (1999), é a partir de um lugar social que o sujeito se coloca como porta-voz de um grupo geracional e de uma classe social. Ressalta que na pesquisa qualitativa trabalha-se com a noção de sujeito coletivo, na medida em que expressam referências e vivências de um determinado grupo.

A experiência e a memória dos grupos se expandem e se renovam dentro desse processo da transmissão geracional, juntamente com a história. Atualmente, a convivência de diferentes

gerações nas famílias extensas assegura maior visibilidade desses processos no campo das relações familiares. A experiência é uma das referências que classifica a geração situando-a no contexto socioeconômico, político e cultural. Para Lins de Barros (2006) a percepção e a narrativa acerca de fatos, de imagens e da constituição de vivências do curso da vida, se configuram em função da particularidade da experiência e do *habitus* de cada geração. Desse modo, é uma categoria analítica relevante para caracterização e análise do processo de socialização. Scott (1999) vislumbra a autoridade da “experiência” como fonte de saber para os estudos históricos, um saber que pode ser transmitido ou escrito, a partir da visão direta e visual (visceral) dos sujeitos, portanto, contemplando uma diversidade de olhares e perspectivas, visto que,

“Eles não são indivíduos unificados, autônomos, que exercem o livre arbítrio, mas, ao contrário, são sujeitos cujo agenciamento é criado através de situações e posições que lhes são conferidas. Ser um sujeito significa estar “sujeitado a condições de existência definidas, condições de designação de agentes e condições de exercício”. Essas condições são constituídas discursivamente, a experiência é um evento lingüístico..., mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. Já que o discurso é por definição, compartilhado, a experiência é coletiva assim como individual. Experiência é a história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada.....” (Scott, 1999:42).

As análises sobre o universo moral e relacional dos pobres urbanos incorporadas nesse estudo apontam para a convergência de idéias acerca da família neste segmento de classe. Dentre essas idéias, penso ser interessante mencionar que vários autores identificam uma sociabilidade relacional distintiva nesse universo familiar, ao compará-lo com estudos sobre família em outros segmentos sociais como as camadas médias. De modo geral, apreende-se que a sociabilidade relacional estabelece diferentes mediações na esfera doméstica, visto que, é um componente estrutural da lógica de obrigações morais que caracteriza a dinâmica familiar dos pobres. Reflete-se nas relações de poder, nas trocas materiais simbólicas e

interpessoais, na divisão de papéis sociais e das funções domésticas, além de regras que instituem o código ético que regula a convivência no grupo.

### 3. 1. UNIVERSO MORAL E RELACIONAL NO EMARANHADO DAS REDES SOCIAIS DOS POBRES

Assim sendo, o primeiro elemento característico a ser destacado no contexto familiar dos pobres diz respeito a sua estruturação em forma de rede social. Bott (1976) refere-se à noção de rede social como um grupo organizado, onde os indivíduos cultivam mútuos relacionamentos além do ambiente imediato da família, incluem-se os vizinhos, parentes, amigos, clubes, igreja, escola dos filhos etc, constituindo, assim, um todo social mais abrangente, a partir de pesquisas com famílias em bairros operários de Londres. No contexto brasileiro, o estudo de Sarti (2007) com famílias pobres na capital de São Paulo, também analisa a organização familiar através da noção de rede e ressalta que “a família pobre se constitui em rede, com ramificações que envolvem o parentesco como um todo, configura uma trama de obrigações morais que enreda seus membros...” (op. cit: p.31).

De acordo com essa última compreensão, penso que os contornos da rede social dos pobres não circunscrevem os limites físicos e do laço de parentela e, menos ainda, os contornos da família nuclear moderna, mas, a ênfase está na sua dimensão relacional. Ao lado disso, essa noção de rede social se articula com a idéia de família que é recorrente no discurso das avós, com ênfase no sentido de união e convivência num sistema de trocas recíprocas. Não percebi a inserção da vizinhança na rede dessas avós, a não ser com indicações de amizade, convivência amistosa e algum apoio ou troca de favores eventuais<sup>54</sup>. Uma síntese dessa percepção do grupo está reproduzida no discurso de Vitória Régia, retratado abaixo:

---

<sup>54</sup> Referências às brincadeiras entre as crianças e conversas informais no final de tarde, reparar a casa quando se ausentam, pequenas trocas (gelo, ferramenta). Todas as avós realçaram a boa convivência com vizinhos, mas, sem intimidade.

“É uma coisa **muito boa agente ter a família da gente não é, de repente adocece e tem alguém para acudir não é, estar ali todos juntos.** Graças a Deus os meus, eu moro na frente, eles moram atrás... **faz as coisas, um varre a casa, ou lava a louça, outro cozinha, agente é assim,** outro vai pro médico comigo, **e assim, agente vai levando,** graças a Deus! **nunca ninguém me abandonou,** porque tem família por aí, que para se ver, só de ano a ano. A minha irmã daí também vem” (VITÓRIA RÉGIA).

A família como um valor na sociedade brasileira foi sinalizada por Da Matta (1987) e, nesse estudo, penso que a percepção desse valor emerge como um legado das avós dentre os bens simbólicos partilhados com a geração de netos e, nesse prisma, ele será retomado no tópico final deste capítulo. No momento, porém, quero destacar a centralidade da família para a reprodução dos sujeitos, em diferentes campos de necessidades e satisfações materiais, emocionais e das trocas simbólicas. Na medida em que, a família se ausenta em algum desses campos, pode comprometer os demais, é o que parece acreditar Ametista: não basta ter o “dinheiro”, ou o conforto material, se não houver encontro, diálogo, trocas. Vitória Régia argumentou não ser o bastante dividir o mesmo espaço, se não cuidar do outro, sem abandoná-lo, apoiando numa emergência, cuidar e ser cuidado nessa relação. É a partir desse significado da família no universo dos pobres que os diálogos prosseguem no intuito de reconstruir a dinâmica do circuito de bens gerido pelas avós.

“... **uma família tem que ter paz, ter entendimento,** não ter briga, conflito, porque não adianta a pessoa ter dinheiro, se não tem paz de espírito, **porque dinheiro... não, acho que ele completa, se não tiver aquele amor, carinho, compreensão, ter diálogo com os filhos ... se entender com o seu esposo .....** toda hora é me abraçando, ele diz que se sente feliz... Então **acho que o mais importante é a convivência.**” (AMETISTA).

### **3.1.1. Dimensões de acolhida: força do sangue e magia do afeto**

Ao recolocar o foco no circuito do cuidado gerido pelas avós dentro das redes sociais, um primeiro aspecto a ser identificado diz respeito às dimensões de sua acolhida, ou seja, as possibilidades de constituição dos vínculos de pertencimento familiar nessa rede o que, num

segundo momento, define o portal de acolhida para os netos. Percebe-se que a diversidade nos arranjos domiciliares que abrigam indivíduos e grupos compartilhando afeto e cuidado mútuos coloca em relevo os sistemas sócio culturais instituídos para a definição de laços familiares (cf. SZYMASNKY, 2002), de modo especial, as formas de constituição dos vínculos maternos. Perrot (2007) destaca o lugar central da maternidade na constituição da identidade feminina, como “o fundamento da diferença reconhecida, mesmo que não vivida” (op. cit. 2007:68), uma relação que se estende por toda a vida e marca o itinerário da história das mulheres, embora hoje, se perceba sua mistificação e a construção social desse valor.

Entretanto, minha observação diz respeito à impossibilidade de se reconhecer apenas um ângulo restrito ou formal desse vínculo, atualmente, ou seja, considerar a filiação biológica, ou princípio jurídico (posse e guarda) ou ainda simbólico (moral e afetivo), sem a moldura sócio cultural que o reveste de sentidos nos diferentes contextos. De outra feita, o olhar sobre essa diversidade de famílias e de relações sociais dos pobres indica não só as possibilidades, como também a legitimidade desses vínculos de pertencimento. Em face disso, remeto à simbologia presente na dialética da força do sangue e da magia do afeto como instâncias de constituição e de legitimidade dos laços familiares incorporadas à lógica de obrigações e deveres morais com a parentela, que regem a dinâmica familiar entre os pobres.

➤ **Revisitar vínculos maternos.**

As nove mulheres – avós cuidadoras de netos -, entrevistadas em Belém residem com filhos adultos, netos e, em dois casos, também bisnetos na mesma unidade domiciliar ou, no mesmo espaço domiciliar<sup>55</sup> e todas são proprietárias do domicílio, ou seja, do terreno e da

---

<sup>55</sup> Com base nas referências físicas e simbólicas identificadas pelas avós na pesquisa, considerei para tese que a organização físico-espacial dessas redes é composta de: espaço ou domicílio familiar, terreno, casa maior, quintal (geralmente de propriedade dessa avó) e que abriga unidades ou casas menores, abrange a totalidade da rede familiar entre área física residencial e relacional (trocas mútuas); unidade domiciliar ou casas menores ou quartos (um compartimento) dentro desse terreno que abrigam núcleos familiares de filhos ou netos na própria rede; subunidades: quarto ou um cômodo da casa maior ou da unidade com independência parcial, geralmente com

casa. As viúvas e separadas se identificam como responsáveis pela família, entre as casadas, apenas Vitória Régia indicou seu marido como responsável. Dentro dos tipos de famílias indicados por Szymanski (2002) predomina a organização doméstica de famílias extensas. No domicílio dessas avós, ainda estão presentes outros tipos de configuração familiar, entre núcleos de casais com filhos, mães e pais (solteiros) com seus filhos, filhos solteiros ou núcleos reconstruídos, a partir de nova relação conjugal, agregando filhos de relacionamentos anteriores (enteados).

As funções domésticas e os interesses coletivos se destacam como alvo de prioridades dentre as características do universo familiar dos pobres, pois, o que está em jogo é a sobrevivência e a honra do grupo, extensivas à manutenção da própria rede social (cf. SARTE, 2007). A definição de papéis sociais nessa esfera doméstica dos pobres se estrutura a partir da hierarquia de poder e da divisão sexual do trabalho, matizados pelo gênero e pela geração, acentuando outra particularidade dessa lógica familiar, no que diz respeito ao lugar da gestão doméstica como atribuição feminina. No caso de famílias extensas a rede social dá visibilidade às mulheres de gerações mais velhas, legitimando a posição das avós como gestoras domésticas, especialmente, nos cuidados com a infância, em retaguarda às gerações intermediárias, supostamente, inseridos no mercado de trabalho.

Essa estrutura pode situar duas dimensões para análise e, nesse momento, refiro-me à primeira delas por estar relacionada à prática da circulação de crianças na família dos pobres e às dimensões de sua acolhida parcial ou integral nessa rede social. De forma genérica, foram diferenciadas pelas avós da pesquisa como práticas de “olhar e reparar ou de criar os netos”, respectivamente. As funções domésticas são incorporadas ao papel feminino com base na divisão sexual que se pauta nas diferenças de gênero para atribuí-las distintamente ao casal. Na ausência ou impossibilidade da mãe ou avó assumir essas funções, elas se transferem para

---

filhos solteiros ou separados que compartilham as demais dependências (cozinha, banheiro) e a subsistência material e econômica.

outras mulheres entre filhas, netas, noras, sucessivamente, na rede social. Esse tipo de organização esteve presente na casa de Amaríles, na infância e juventude de seus filhos e netos, está na família atual de Pérola e de outras avós também.

**“... o M., que começou a trabalhar cedo. A C. morou com uma família, criou ela com filha. A E. começou a trabalhar também para se puxar né, e ele também e a M. era quem ficava com os menores em casa. [Enquanto a senhora trabalhava fora?] Era tomava conta da casa e dos irmãos” (AMARÍLES).**

**“[E com é ..... quem cuida da casa ..... ?] Quem cuida da casa é a A. que é minha neta que mora comigo também, aí ela que... eu ensinei ela, eu ensino eles desde pequenos, o que eu fiz pela casa dos outros eu ensino pra eles é. Ela limpa a casa, ela cozinha, aí eu saio que eu tenho as minhas tarefas, quando eu volto eu vou lavar a roupa ....” (PÉROLA).**

Dessa feita, as práticas do cuidado são incorporadas como responsabilidade feminina e também coletiva dentro da troca de obrigações morais, o que acentua o lugar das crianças nessa lógica de reciprocidade familiar dos pobres. A idéia da criança como um bem na circulação das trocas nessa rede social, já referida em outros momentos da tese (cf FONSECA, 1999, VITALE, 2007), é retomada, visto que ela atravessa a biografia individual de todas as avós da pesquisa desde suas famílias de origem e, assim, tem um significativo peso na representação de família e na experiência de vida dessas mulheres. Suas narrativas apontam os diversos itinerários percorridos na circulação em suas redes e, que de certo modo, foram refeitos por suas filhas, e agora, pelos netos, ou seja, nesse novo desenho familiar em que elas mulheres invertem a posição de acolhida nessa circulação e nas trocas do cuidado.

O traçado dessa circulação na experiência das avós indica que, predominantemente, elas constituíram uma dupla referência de vínculo materno na infância, representados pela distinção entre “a mãe que me teve e a mãe que me criou” (Amaríles), correspondente à “mãe legítima” e “mãe de criação”. Partindo desse registro nas entrevistas, tentarei reconstruir este circuito de forma breve: Amaríles foi criada pela tia materna; Esmeralda foi acolhida aos 05 anos de idade pela tia e madrastra, irmã de sua mãe; no caso de Pérola e Vitória Régia o

registro é inverso, possuem irmãos de criação, além disso, criam netos; já Violeta, Ametista, Esmeralda e Safira criam netos, desde que nasceram como se fossem filhos; Pérola e Amaríles agora criam bisnetos também. Boa parte dessas avós é chamada de mães por esses netos, e reconhecida na rede familiar e comunidade local da mesma forma, embora todos conheçam e até convivam com suas mães biológicas.

“Acho que é bom, não vai dar problema não. **Eles sabem, eu digo olha a tua mãe é fulana, teu pai é fulano!** Às vezes eu digo não queres morar com teu pai? Ah! Não, não quero não! Essa minha neta a N. eu criei dois com ela, a H. e ela. A H. se amigou mora na casa dela, foi embora, aí veio ela, tinha uns 4 anos, hoje ela está com 16 anos no meu ritmo, graças a Deus. Tem dia que digo: N. tu não queres ir lá, na casa do teu pai com tua mãe? ..... ela diz Ah! **mãe velha eu não vou, ir para lá para passar fome.** [Eles lhe chamam de mãe velha?] **É mãe velha**”. (PÉROLA).

Por fim, um quarto itinerário nesse caminho de troca das crianças como bem na rede social das avós, aparece já na vida adulta de Dália e de Vitória Régia em concordância com o seu marido, elas doaram suas filhas recém-nascidas para suas irmãs criarem, a pedido destas. É interessante perceber que na lógica da circulação das crianças esse gesto não tem, necessariamente, conotações de abandono, de ato recriminado, dependendo do contexto e do lugar dos sujeitos envolvidos. Ele também se reveste de alto valor simbólico associado a uma atitude responsável e de desprendimento, de renúncia pelo bem estar dessa criança e da outra mulher, ao possibilitá-la também viver a experiência da maternidade. Sarti (2007) ressalta que essa circulação não deslegitima os vínculos maternos, pois, tanto a relação de sangue, quanto de criação definem o laço de parentesco, sustentada pela confiança e pelo eixo moral que identifica a noção de família dos pobres.

“...porque eu tenho uma filha que mora com essa minha irmã, a quarta filha. [Mas foi criada por ela?] **Foi criada, porque ela nunca teve filho e todo tempo ela me chateava pra eu dar um filho pra ela,** e meu marido dizia assim, eu não dou filho para ninguém, porque isso não é cachorrinho! (risos...) aí quando foi essa uma já, era toda grandona, primeiro ela queria um filho, agora... ah, **eu quero essa aí... Ela disse: agora essa aqui eu vou criar!** Aí ele chegou e

disse quer saber duma coisa? **Dá pra ela, ...** [A senhora não sentiu falta?] **Não, de vez em quando ela está aí não é”** (VITÓRIA RÉGIA).

A circulação de crianças nessas redes, segundo Sarti (op. cit) se diferencia entre àquelas que, por uma situação de crise e instabilidade familiar e econômica, são assumidas pelo coletivo da rede de sociabilidade familiar, e as crianças que permanecem no mesmo núcleo familiar e cumprem todo o ciclo de desenvolvimento. Isso não significa que a circulação deixe de operar nas famílias com “laços estáveis”, a exemplo do que ocorreu com o bebê de Vitória Régia. Para Vitale (2007) há circunstâncias de instabilidade familiar, dificuldades econômicas, conflitos relacionados à separação ou nova união conjugal em que a opção de doar o filho ou confiá-lo, temporariamente, a outra(s) mãe(es) na rede parental, ou mesmo ao pai biológico, figura como solução conciliatória, entre o valor da maternidade e a impossibilidade concreta em criá-lo sem, contudo, perderem-se os vínculos maternos.

“Eu tive duas filhas mulher, **uma eu não tive condições de criar e a tia queria**, eu agarrei e dei! Essa uma eu criei”.

“... **Não**, a única que eu dei foi essa uma. **Dei e não me arrependi, ela até é registrada no meu nome. Ela mora lá com a tia ...** [A senhora tem contato com ela?] Tenho, **às vezes ela vem aqui**, eu sei onde elas moram, mas, eu não gosto, porque eles vão dizer: ah, ela agora está se chegando e eu não gosto ..... [Mas, se ela lhe procurar...?] **Ah! Eu gosto, mas ela está bem, ela estudou, um tempo ela trabalhava como enfermeira**, acho que lá na Santa Casa, no berçário, **ela é universitária...**” (DÁLIA).

É o que parece ter ocorrido com Dália nesse momento da entrevista, ela justifica a conveniência de sua decisão, ao conferir o bem-estar e o capital social adquirido pela filha, hoje adulta e universitária. A legitimidade desse gesto parece se expressar também no relato tranqüilo e até lúdico de Vitória Régia, anteriormente, pois, o reconhecem como legítimo no

sistema de trocas dentro da própria rede e com pessoas de confiança, em melhores condições<sup>56</sup> sócio-econômicas, como um precioso bem coletivo. Esse valor moral é reconhecido no grupo e retribuído com a gratidão de quem recebeu esse bem e pode também construir um vínculo materno e, o mesmo parece ocorrer por parte das próprias filhas, além disso, no contexto dessa rede elas ascenderam economicamente, sobretudo, no capital social e cultural através de estudo e profissionalização. No diálogo com as idéias de Vitale (op. cit) sobre a dinâmica dessa circulação, ela observa que o valor moral que regula as trocas na circulação das crianças institui uma horizontalidade dos laços e afetos nesse parentesco que indiferenciam os filhos de sangue e os filhos de criação.

Dessa forma, pode-se supor que essa lógica se reproduz também em relação às mães, pois, iguala a extensão do gesto afetivo nos dois sentidos, da parte da mãe que recebe, tanto quanto da mãe que doa o filho. Paradoxalmente, ambos valorizam o vínculo materno e fortalecem o circuito das trocas, uma vez que, elas costumam ocorrer dentro da própria rede, ancorado também na relação de confiança e identificação recíprocas no grupo familiar. Isso permite que Ametista (com a aquiescência da neta Y. de 07 anos, que me interpela durante a entrevista) “subvertendo” a noção jurídica dos vínculos materno e paterno pelo sentido da criação (ou do cuidado) e da afetividade, afinal pai (ou mãe) é quem cria e ama, segundo a crença dessa família.

“Sei lá, agente não sabe nem explicar assim, **é aquele amor que agente sente tão grande sabe? Não sei se é porque a gente já criou os filhos da gente, mas, eu não a sinto com neta, eu sinto como uma verdadeira filha entendeu?** É desde que nasceu vive comigo e luto pra fazer tudo que ela quer, graças a Deus não deixo faltar nada pra ela e, não tenho ajuda do pai também, que ele sumiu **ela chama pai para o meu marido não é. Eu acho que ela é feliz aqui com a gente!** E quando eu falo: **ela fala que ele é o pai dela. Dizem que pai é quem cria, dá amor?** (Y. interrompe a entrevista e fala algo que não compreendo e a avó, sorrindo bastante, volta à

---

<sup>56</sup> Em outro momento da entrevista Vitória Régia enumera os recursos materiais e econômicos que essa filha usufrui como filha única de sua irmã, que é enfermeira aposentada, a exemplo de um casarão e um ponto comercial no bairro, além de outros bens que herdará. Também destaca o investimento na boa educação dessa filha, com colégios particulares e até faculdade.

narrativa) ..... **Ela diz que a mãe dela é biológica eu sou a verdadeira, porque trato ela com carinho** ..... **É, eu acho que ela pensa assim não é**, porque tudo eu faço, um desejo dela, eu vou, vou até que consigo...” (AMETISTA).

Portanto, de modo geral, essa prática da circulação é percebida de modo satisfatório por todas as avós, a partir de suas experiências individuais e da condição de classe, pois, também procedem de famílias numerosas, de poucos recursos econômicos na área rural do Pará.. Com exceção de Vitória Régia que nasceu em Belém, em família humilde também, seu pai era feirante, para elas a inserção nesse contexto de rede social foi vital à sobrevivência. Isso pode ser observado quando Pérola rememora a atitude dos pais e explica as condições básicas que dispunham para essa acolhida porque “lá ninguém morreria de fome”. Nessa percepção, o exemplo dos pais imprime-se como um legado, pois, criaram esses filhos que depois os retribuíram pelo gesto solidário, tornando-se pessoas de bem e responsáveis pais de família. O reconhecimento moral e a presumida retribuição dos filhos me reportam à sociabilidade da dádiva, aos ganhos simbólicos das obrigações recíprocas nas redes sociais em oposição à lógica utilitarista que rege as trocas mercantis (Cf. COELHO, 2006, CAILLÉ, 2002).

“[... disse antes que teve oito filhos biológicos e criou mais alguns?] **É, criei dezesseis, foi oito por fora, graças a Deus!...** ‘

‘[E a senhora gosta, por quê?] Ah, eu adoro, adoro ..... **porque a minha mãe e o meu pai também criavam lá no interior, morriam as mães das crianças aí eles criavam.** [E eles tinham boa condição financeira?] **Tinham porque no interior, naquele tempo, tinha ..... criação ... caça, era o que mais tinha..... e ninguém passava fome,** caça era o que mais tinha. [E vocês eram muito irmãos?] Não, éramos seis. [E quantos seus pais criaram?] **Ah, uns dez.** [Além dos filhos naturais?] **É, além de nós”.** (PÉROLA).

“A minha mãe ela teve quatro filhos ..... **aí no lugar dessa que morreu, ela criou dois** – um casal, ..... [Ela adotou?] Adotou. **Um era filho da irmã dela e a menina era filha da irmã do papai. Era tudo família,** sobrinho dela e a sobrinha do papai, um casal ... desde pequeninos todos dois. **Hoje em dia já são casados, tem a família deles,** já têm até neto já” (VITÓRIA RÉGIA).

A circulação de crianças na relação de compadrio também era muito comum à época<sup>57</sup> nas áreas rurais, sobretudo, quando havia grande disparidade econômica entre as famílias, alimentava-se a expectativa de que as crianças receberiam cuidados, educação ou apenas maiores chances de sobrevivência, pois, esse vínculo simbólico imprime responsabilidades e deveres morais e materiais semelhantes aos pais biológicos. Sabe-se, por outro lado, que esse sistema as práticas também redundaram em muitas ocorrências de abusos físicos, sexuais, psicológicos e a grande incidência de exploração do trabalho infantil, entre outros danos materiais e emocionais para muitas crianças e adolescentes pobres. Sem adentrar mais nessas análises, até porque não é o propósito deste estudo, apenas gostaria de sinalizar, de outro ângulo, que sua legitimidade aponta mediações da religião e do campo simbólico nas relações familiares e no circuito das trocas na rede social.

Do ponto de vista mais amplo, demonstra o poder da religião de espriar seus símbolos e ritos na sociedade brasileira, neutralizando diferenças ideológicas, sociais e de classe, através do sacramento do batismo, por exemplo. No que se refere às mediações entre esferas pública e privada, a instituição do compadrio parece reatualizar o legado hierárquico, patriarcal e relacional nessas esferas (cf, DA MATTA, 1987, BILAC, 1987, KOGA, 2003 CHAUI, 2006), haja vista que, expressões, lugares e práticas são internalizadas no imaginário social como ser “afilhado político” ou “padrinho e madrinha” de projeto social ou ações dessa natureza. Entre as avós da pesquisa esse vínculo de batismo é altamente valorizado, como a segunda maternidade, tanto nas suas biografias pessoais como dos netos, revelam experiências de apoio recíproco, mas, também de abusos e riscos à integridade pessoal da criança, como nesses dois registros que seguem:

“..... **a madrinha dela é maravilhosa também, me ajuda muito**, Deus o livre! ... É sobrinha do meu marido, ela tem uma loja e só tem uma filha e a trata como verdadeira filha .... É uma

---

<sup>57</sup> Essas mulheres nasceram entre as décadas de nascimento entre anos 30 e 40, em municípios do interior do estado do Pará, conforma apresentação dos sujeitos no Capítulo I.

irmã do coração, Deus o livre!. É muito maravilhosa, **eu digo mesmo é a segunda mãe dela.**” (AMESTISTA) .

“Quando eu vim do interior ..... **meu pai me entregou pra minha madrinha**, ela morava lá pra Pedreira. Eu vim com 10 anos, aí depois a minha madrinha morreu e **ela me entregou pra outra família, aí fui trabalhar na casa dessa outra família** [Mas lhe pagavam salário?] Não, nada! recebia era nada, **recebia era nada mesmo**, era só.... ela me entregou para uma família aqui na Padre Eutíqueo (avenida importante do bairro), **aí quando chegou lá aí eu fazia tudo, varria, arrumava a casa, limpava, varria o quintal ...**” (PÉROLA).

A última observação sobre essa configuração familiar dos pobres, refere-se à análise em que Sarti (2007) identifica o duplo sentido que a rede social enreda a família, se por um lado, viabiliza a existência básica dos sujeitos, por outro lado, dificulta sua individualização e as possibilidades de maior autonomia em relação ao grupo. Portanto, esse coletivo tem primazia sobre o individual e a possibilidade de forjar algum projeto se dilui no emaranhado dessa rede. Há certos relatos nas entrevistas em que este enlace do coletivo é percebido, quando Pérola, há pouco, referiu-se às crianças em seu domicílio atual e na sua família de origem, no interior do estado. A maneira como ela narradora expõe os motivos da alta rotatividade de crianças e as condições objetivas para o acolhimento, circunscrevem os limites da sobrevivência básica e a lógica de trocas: para elas “não morrerem de fome”, graças à solidariedade dessa rede e a disponibilidade de alimentos com a “fartura” da natureza, em relação à pobreza na capital.

Retomando a questão levantada anteriormente, a indagação imediata que surge é pensar em que medida a estrutura da rede social dos pobres, objetivamente, possibilitaria canais de expressão dessa individualidade ou se, minimamente, há uma sensibilidade do grupo a esse respeito. Para Sarti (1997) no universo cultural dos pobres não disponibiliza recursos simbólicos para a construção de um projeto individual. Na pesquisa, as avós foram convidadas a avaliar a relação educativa com os netos e perceber as diferenças entre as duas gerações, elas se referem a um estilo severo na educação e nos valores morais que transmitiram aos filhos. Essa atitude espelha certa rigidez no exercício de sua autoridade sobre

a família, dentro da representação de poder e hierarquia, e das disposições e vivências herdadas de suas famílias de origem, subjacente à crença na eficácia dessa educação familiar.

**“Estou criando meus netos do jeito, só que a diferença deles é que eles são assim: eu digo: olhem eu não gosto que vocês conversem com, com as pessoas que eu não me dou ..... é pessoas estranhas, às vezes quando eu vejo por trás, elas estão conversando e eu não gosto...mas, tem horas que as crianças não obedecem assim, não vai! e ele vai, teima e vai, a gente esquece e ele vai, mas, tirando isso eles me respeitam. [E com seus filhos .....?] Não, quando criei meus filhos não era assim. Não empinavam papagaio, não jogavam peteca, não iam pra rua, voltava da aula, eu dava banho neles, botava um banquinho na porta, aprontava eles todinhos e ficavam sentadinhos lá ..... eu vejo hoje em dia, as crianças pela rua, todos sujados ..... é uma gritaria ..... é uma criação muito diferente...”** (PÉROLA).

Porém, ao falarem sobre a educação dos netos, a princípio, as avós indicam esse mesmo padrão, no entanto, na escuta de suas narrativas, em diferentes momentos as avós comentam sobre diferenças da criação dos filhos para os netos, exigindo maior flexibilidade de sua parte nessa relação. Apontam o despeito à autoridade dos mais velhos e a inserção mais frequente no espaço da rua, principalmente, das meninas, nesses “tempos de agora”. Algumas falas procuram realçar uma característica pessoal, mesmo não considerando um atributo positivo e, outras vezes, elas demonstram preocupação em atender de forma particularizada certas necessidades desse neto.

Penso que nesse tipo de cuidado as avós insinuam uma tênue percepção acerca de traços e necessidades individuais em relação ao coletivo familiar, diferentemente do padrão relacional com os filhos e, mais ainda, daquele vivenciado em suas redes sociais de origem. Sobre o exercício da autoridade com os netos, indicam maior flexibilidade e tolerância, e menor coerção, sem uso de castigos físicos, ou quase nenhum tipo de procedimento abusivo.

“[E as crianças ajudam?] Ajudam! Ajudam, fazem as coisas que eu mando, ajudam bastante. Eles não reclamam e obedecem? **Não, eles não são malcriados, porque comigo é severo mesmo, é do jeito que eu fui criada ..... É, eu só não bato ..., mas chamar a atenção.** E eles acatam? Acatam. “ (PÉROLA).

Suponho que essa percepção das narradoras está baseada nos recursos cognitivos e emocionais acumulados em suas trajetórias, pois, alargaram suas redes de sociabilidade e os canais de aquisição de capital social e cultural, à medida que transitam em novos espaços e interagem com outros segmentos de classe. Esse aprendizado lhes favorece no senso perceptivo e, conseqüentemente, acolhem e até estimulam algumas dessas características pessoais de netos. Nesse sentido, a indagação anterior deve ser deslocada para o habitus dessas gerações de avós e o acúmulo de capitais que manejam atualmente para o exercício das funções educativas e de socialização da nova geração. Recordo, por exemplo, observações de Esmeralda, Pérola e Safira<sup>58</sup> preocupadas em valorizar atitudes, habilidades e traços pessoais ou atender alguma necessidade de ordem emocional, como esboço dessa percepção.

As demandas da sobrevivência mantiveram-nas apartadas das funções domésticas maternas e agora, o cuidado com os netos, num certo sentido, parece resgatar esse tempo em diferentes planos. Pode ser avaliado em forma de perdas e, ao mesmo tempo, racionalizado pelo critério moral, como prática inexorável à sobrevivência desse grupo e da rede social (cf SARTI, 2007). Revivê-lo com os netos recupera esse momento, com a chance de compartilhar as descobertas da infância e da intimidade nas trocas afetivas que não foram vividas com seus próprios filhos. Em outro plano, me parece situá-las na lógica da retribuição na rede social em dois níveis: com as filhas, ao disponibilizar seu tempo livre, o suporte doméstico material e até econômico, pois, as filhas assumiam a casa em seu lugar; em retribuição ao cuidado das mães que vieram do interior naquela ocasião, para implementar o mesmo suporte doméstico. A trança de geração e de gênero se desenha nesse circuito do cuidado como algo dado à esfera doméstica da classe social e próprio do lugar do feminino inscrito no habitus geracional<sup>59</sup>.

---

<sup>58</sup> Esmeralda acredita que seus dois filhos de criação, 32 anos e o neto de 18 anos, são muito dependentes delas e não têm iniciativa para cuidarem de suas vidas, Pérola investe nas habilidades para arte e desenho de uma neta adolescente, Safira precisa levar o filho (neto) adolescente para atendimento psicológico, devido perturbações emocionais (ele vê o espírito do pai) e tem passado muito mal, com desmaios etc.

<sup>59</sup> Segundo Bonnewitz (2003) as disposições do habitus são atitudes e inclinações para sentir, fazer e perceber interiorizadas em função das condições objetivas de existência dos indivíduos. Regulam princípios

➤ **Entre criar, olhar ou reparar ou netos.**

Para caracterizar melhor o circuito do cuidado e as dimensões de acolhida em relação às terceiras e quartas gerações familiares presentes nas famílias dessas avós, retomo as noções de criar, olhar ou reparar os netos indicadas por elas nas entrevistas. Peixoto (2000)<sup>60</sup>, com base nos dados da pesquisa que realizou com avós de camadas médias, observou também uma distinção entre as práticas de cuidar ou guardar os netos e de criá-los relacionada ao tempo de permanência e as responsabilidades assumidas com essas crianças, nesse outro segmento de classe social. Segundo essa pesquisa, cuidar ou guardar não é tarefa contínua, embora quase todas as avós entrevistadas relatassem que a realizavam, ocasionalmente, umas com prazer e outras por dever de auxílio.

No que concerne à opção de criar o neto, Peixoto esclarece que os dados apontam uma relação permanente e duradoura, quando essas avós assumiam a responsabilidade de manter e educar a criança, no lugar dos pais, caso fosse necessário. A narrativa das avós pesquisadas em Belém apresenta tendência semelhante para diferenciar suas práticas de acolhida aos netos, relacionada com o tempo de permanência, coabitação e nível de responsabilidades assumidas com a criança ou compartilhadas com os pais, configurando o duplo sentido de deveres e obrigações afetas à criação de netos. Portanto, criar o neto implica em assumir todas as responsabilidades com este, numa relação permanente e com assistência integral, “eu crio como se fosse minha filha mesmo”, cujo vínculo é reconhecido pela criança, pela rede social e a comunidade, como a rede básica de serviços entre creche, escola e unidade de saúde.

A maioria das avós nessa pesquisa assumiu o cuidado integral com pelo menos um ou dois netos desde o nascimento, “quando ainda era verdinho” (Safira), ou ainda na primeira

---

inconscientes de ação, reflexão e percepção que acionados, fazem comportamentos e valores transparecerem como óbvios e naturais, quase instintivos.

<sup>60</sup> A partir de pesquisa comparativa entre avós brasileiras e francesas de camadas médias, nas cidades do Rio de Janeiro e de Paris, focando a construção do vínculo afetivo e relação de preferência entre avós e netos.

infância. Tornaram-se responsáveis de fato em cuidar desses netos e se classificam como suas mães de criação, assumindo as funções da maternagem e da socialização primária, assistência à saúde e educação, enfim todo o suporte moral, afetivo e material permanente, ainda que essa relação não seja formalizada legalmente. Em alguns casos, a mãe ou o pai biológico, ou o casal residem no mesmo domicílio, em outra unidade ou às proximidades da rua ou ainda no mesmo bairro, mas, não interferem nessa relação, assim, as avós legitimam esse vínculo materno, o seu papel de mãe e cuidadora e a sua autoridade moral sobre a rede.

Inicialmente, esse estudo apontava para as avós que tivessem a guarda de netos, no entanto, apesar da noção de guarda da criança remeter ao procedimento jurídico, considero que a abrangência do termo qualifica bem essa prática entre as famílias pobres, de cuidar ou criar uma criança num circuito entre “várias mães”<sup>61</sup>. Violeta narra, em tom lúdico e vaidoso um comentário feito na escola de seus netos de que eles possuem três mães: “mãe que teve, que cria e a mãe do céu”.porém, a exigência do “papel” me parece irrelevante para a maioria dos casos no contexto dessas redes sociais, pois, na ausência ou dificuldade concreta dos pais é imperativo assumir as responsabilidades, formal ou informalmente constituídas, em face das necessidades da criança.

Viana<sup>62</sup> (2005) analisou processos de guarda tramitados na Justiça da cidade do Rio de Janeiro e oferece algumas pistas elucidativas sobre a motivação principal para regularizar a guarda de crianças. À primeira vista, esses casos apontaram na direção de assegurar benefícios materiais, acesso a bens e direitos no âmbito da seguridade social e da educação, seja esta pública ou privada. Outro aspecto a ressaltar nos processos sobre a guarda de crianças, foram os casos envolvendo abusos ou riscos a sua integridade, além da “incapacidade moral” de pais biológicos ou correlatos na rede de parentesco (muito

---

<sup>61</sup> Alguns municípios têm adotado projetos de desinstitucionalização de crianças abrigadas, sem perspectiva de adoção, regulamentando ou subsidiando essas alternativas solidárias de acolhimento infantil em camadas populares entre as redes familiares e vicinais como: mãe crecheira, mães substitutas, casa-lar.

<sup>62</sup> A pesquisadora levantou dados em cerca de 100 processos civis de guarda no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, referentes aos anos anteriores a 1979.

emblemáticos nas denúncias envolvendo padrasto, madrasta e enteados). Essa dimensão da moralidade será abordada mais adiante.

Em relação às avós pesquisadas em Belém, a situação de guarda formal não fora evidenciada em nenhum caso, inclusive todas as crianças foram registrados por seus pais biológicos. No momento da pesquisa, um caso exigia a regularização da condição civil da criança - orfão de pai e mãe desaparecida por mais de sete anos – isto é, a decretação da avó – Senhora Dália - como tutora do neto J., prestes a completar 08 anos, afim de que ele pudesse receber a sua parte do seguro<sup>63</sup> pela morte do pai. Entre as avós da pesquisa somente Esmeralda não possui filhos biológicos, mas, se diz mãe de quatro filhos de criação: uma filha de seu irmão doada pela mãe na “hora do parto”; a filha de um enteado - órfã de mãe aos 2 anos de idade, um menino deixado pela mãe biológica, aos 05 anos de idade, além do neto, hoje com 18 anos de idade. Apenas a sobrinha foi adotada legalmente com filha

A rigor, observa-se que para as avós pesquisadas a ausência de uma formalização jurídica não obsta ou fortalece as obrigações do cuidado ou o vínculo afetivo entre elas e as crianças. Essa necessidade só é percebida diante de uma demanda institucional externa para se credenciar a um determinado bem ou direito, como é caso de Dália. Violeta foi a única que registrou o neto C, 31 anos de idade, como filho, com a simples declaração em cartório. A princípio, a educação e os cuidados com a infância são prestados nessa rede, independente dessa legalização, mas, amparado num dever moral e no sentido coletivo da maternagem. No entanto, a disponibilidade das mulheres na rede domiciliar para atender as necessidades da criança como ajuda e trocas recíprocas, parece relativizar a exigência do “papel” e do vínculo afetivo sobre o sangue, que define um direito natural incontestável.

---

<sup>63</sup> Os outros cinco irmãos paternos já perceberam sua respectiva cota financeira. Aqui faço o registro de um detalhe nessa família, é que dentre esses irmãos de J, há uma menina de 9 anos que é na realidade sua prima, já que o pai registrou a sobrinha<sup>63</sup> com filha, criando-a juntamente com a sua primeira companheira desde bebê, expressando mais uma reatualização da circulação de crianças nessa rede de parentela..

Registro essa percepção quando Amaríles demonstra, abaixo, sua preocupação com os problemas emocionais da bisneta E., hoje com 08 anos de idade, e suspeita da inapetência e da saúde frágil da menina, pois, acredita que ela tem saudade da mãe e sente-se rejeitada por esta, apesar de seu excelente desempenho na escola. A narrativa da “saga” de entradas e saídas dessa criança nessa rede pode indicar pistas na direção do que parece relativizar a necessidade do “papel passado” para legitimar responsabilidades econômicas e assistência material, sem engessar a acolhida da criança no circuito familiar tencionando as relações no confronto de posições e atitudes contrárias às regras e valores morais atribuído à família. São condutas avaliadas como irresponsabilidade, e aparecem em várias situações nas entrevistas.

**“Essa menina vem passando com a gente por aqui desde recém nascida, ela veio. Só que aí quem criou ela, mesmo, foi a minha filha. [Ah! a avó dela?] Não, uma tia da mãe dela... Ela veio recém nascida, passou um mês e pouco e a mãe fui embora, passou uns quatro meses quando ela voltou ela trouxe ela. Ela nunca deu ela, pra dizer assim, não tem registro, é sua. Ela combinou que com a minha filha que criou ela, que ia pagar a tia dela e trazer a alimentação dela, no 1º mês, 2º, 3º acho que caiu tudo normal né, que com o tempo ela esqueceu, ela não pagou a tia dela, o que ela tinha combinado com a tia e eu não sei lhe dizer por o motivo da razão ela levou a menina, ela tava com 2 anos e 4 meses de nascida ....” (.....)**

**“eu só sei lhe dizer, pra encurtar a estória, (risos) que é a quarta vez que ela vem pra casa comigo. Ela vai a não demora muito vêm as confusões, vem as fofocas, as broncas, ela vai embora .... [Quando ela fica aqui a senhora é quem assume, providencia escola, médico etc?] Tudo, tudo.. É como eu lhe digo, a mãe não assume ela. Ela deixa e eu assumo tudo.” (AMARILES).**

De outro lado, a segunda dimensão de acolhida dos netos nessas redes sociais de Belém, apontada por essas avós, refere-se aos cuidados parciais e temporários, quando exercem a função de “olhar, reparar ou tomar de conta” ou ainda “ajudam a criar”, uma ou mais crianças, isto é, prestam um apoio as suas filhas(os) noras, sobrinhas, netas, função exercida de maneira ocasional ou regularmente, dividindo os cuidados maternos, porém, essas crianças permanecem sobre a responsabilidade (moral e econômica) dos pais. O relato que Amaríles

faz sobre os cuidados que assumiu com vários netos e agora com L. de 04 anos de idade, nos dá uma boa idéia dessa modalidade de acolhida para netos nessas famílias.

“A L. **foi por motivo de separação**, o pai...é meu filho e a mãe dela é nora ....., viveram 11 anos, tiveram duas meninas ..... como ela não estava trabalhando ainda ..... Ela foi pra casa dos pais dela ..... **Então eu fiz um acordo com ela**, que quando ela não tava trabalhando, ela tomava conta da menina e **a noite ela vinha pra cá**, porque ela estudava e quando ela começasse a trabalhar **eu tomava conta direto da menina....**” (.....)

‘..... **mas, a responsabilidade todinha e da mãe dela**. Ela compra sandália, ela compra roupa, ela compra, me ajuda na alimentação, quando ela chega, eu digo olha ..... ela vai e compra, ela **deixa o dinheiro do açaí, o dinheiro do pão, ela traz frutas...**’ (.....).

“ ..... **a minha responsabilidade** é praticamente só fazer ... **dar um banho, lavar uma roupa e dar um remédio, de manha eu preparo pra mãe ir levar pro colégio** .....”  
(AMARÍLES).

“[Além destes, em outro momento, acolheu outros netos, cuidou também] Não, só o último dela, que ela só pode ter três, **eu ajudo também, levo pro colégio, fico com ele porque ela vai trabalhar... cuidado dele** .... tem 9 anos”. (SAFIRA).

Os diversos motivos para essa acolhida, via de regra, revelam dificuldades temporárias dos pais, seja, porque moravam junto com essa avó ou por inexperiência na ocasião do nascimento da criança, por instabilidade econômica ou emocional contaram com a ajuda dessa avó. O mais comum é ajudarem as mães quando trabalham fora de casa ou da cidade. É o que relata Safira (avó, 64 anos) sobre o neto caçula, irmão do casal de netos que ela cria desde pequeninos. Portanto, essas mulheres compartilham os cuidados maternos em aliança com as gerações intermediárias no contexto da ajuda mútua ou das trocas recíprocas, o que pode excluir sua participação econômica ou não, em caso de desemprego ou de separação conjugal em que a filha não possua renda, até que a situação com esses pais se estabilize. As circunstâncias particulares de cada situação parecem redefinir a fronteira das noções de criar ou de olhar os netos, mas, a responsabilidade com a prisão econômica é sempre enfatizada.

“[Antes, ..... disse que ajudou a criar ... já moraram outros netos...?] **Porque moravam juntos comigo na mesma casa, a mãe e eles. .... É a segunda filha, os 03 filhos dela mais velhos, também passaram pela minha criação. .... Eles também moraram comigo, mas, ela também assumia e como assumia viu!. Ela comprava roupa, ela comprava sapato, ela fazia a despesa.** Quando ela viajava, onde quer que ela chegasse, ela mandava pelo correio, ela mandava ... de qualquer maneira, **tinha que mandar o dinheiro pra mim. E quando ela chegava, ajudava mesmo ...**” (AMARÍLES).

Em alguns casos, as dificuldades momentâneas tornaram-se crônicas, levando-as a assumir definitivamente o neto que é remetido ao estatus moral e de responsabilidades com a sua criação. Muitos pais reconstruíram seus núcleos conjugais e com outros filhos, mudaram de endereço ou mesmo de domicílio para fora da capital, restringindo a assistência material e afetiva àquela criança. Referem-se também a maternidade precoce de filhas adolescentes consideradas inexperientes e sem maturidade emocional para assumirem os filhos, deixando-os com elas para “tomarem de conta”. Com o decorrer do tempo, a permanência desta criança se estabiliza com laços maternos e de convivência, sem a interpelação das mães biológicas, embora, paradoxalmente, seu “direito natural” seja reconhecido por esta e na rede social, a despeito das responsabilidades materiais e afetivas correspondentes não serem cumpridas.

### 3. 2. PARTILHAS COTIDIANAS: DEVER E PRAZER NA CIRANDA DE NETOS.

Historicamente, os cuidados primários referentes à proteção, assistência material e afetiva, formação educacional e moral dos indivíduos são à esfera doméstica e, dentro desta, às gerações familiares mais velhas dentro do circuito de obrigações em relação às gerações mais jovens ou àqueles em situação de maior vulnerabilidade e dependência. Também se afirmou reiteradamente nesse estudo que a prestação desses cuidados, principalmente, com a infância é reconhecida como responsabilidade feminina. Nesse tópico, recupero a simbologia dos vínculos de sangue e de afeto implícitos no código moral que rege as trocas recíprocas na

rede social, associados também à dialética do dever e do prazer que dá sentido ao lugar social assumidos pelas avós, como gestora das práticas do cuidado no contexto familiar dos pobres.

➤ **Ninho sem vazios e aperto de laços.**

A noção de universo moral e relacional das redes sociais que utilizo nesse capítulo compreende uma instância simbólica e englobadora da esfera doméstica e da dinâmica familiar dos pobres, no entanto, esse universo se objetiva em uma dimensão concreta do domicílio como unidade física e espacial onde a dinâmica familiar se desenvolve. Nesse item gostaria de elucidar o suporte material, econômico e afetivo no âmbito das práticas do cuidado, seja nas tarefas relacionadas ao que denomino de maternagem dos netos, seja no nível da rede social como um todo e que são geridas pelas avós, portanto, ocupam um lugar de referência no cenário familiar. É importante destacar que a transmissão de legados e às práticas do cuidado não são processos distintos, mas, imbricados na dinâmica das trocas e que, nesse estudo, são analisadas do ponto de vista dessas avós, que descrevem sua rotina de cuidados basicamente na forma abaixo.

“ ..... **meu dia a dia com ela é acordar cedo, levo ela pro colégio**, lavo minhas roupas, faço comida, **meu marido quando está em casa ele vai buscar** ou eu vou, **não deixo ela vir só. Eu tenho muito cuidado** por causa da gripe, da garganta, ela já sofreu muito, já me deu muito trabalho e agente tem medo de mandar operar e... (AMETISTA).

Assim, a rotina dos cuidados é descrita pelas avós, a partir da organização e divisão de tarefas domésticas que, segundo a maioria dos relatos, envolve a participação de todos os membros de seu núcleo e, algumas vezes, se estendem também para outras unidades do domicílio na rede da parentela. A descrição permite duas observações. A primeira delas, é que a divisão interna é coletiva e engloba as crianças, inclusive os meninos, como no caso dos netos de Dália e Pérola, e também os homens adultos, como o marido de Ametista e o filho de Hortência. A participação das crianças me parece fazer um contraponto na socialização

geracional e de gênero em dois tempos, se antes as filhas/irmãs mais velhas assumiam o cuidado da casa e dos irmãos menores, hoje, meninas e meninas o fazem igualmente..

“[E quando a senhora vai trabalhar, quem cuida da casa?] Os dois vão para o colégio, **aí já eu deixo tudo adiantado**, assim com estou fazendo agora, deixo feijão pronto, é só esquentar, deixo carne para bife, quando eu chego faço. [A senhora vem almoçar em casa?] É, **aí fica o de 17 anos**, quando eles chegam, **ele toma conta deles, ele só estuda à tarde**”, (DÁLIA.).

Na segunda observação, diferentemente da sua relação conjugal quando sinalizaram com a omissão de companheiros na rotina doméstica, a inserção masculina já aparece na configuração atual, porém, elas permanecem à frente dessa gestão, afirmando esse lugar feminino e a chefia da casa (cf SARTI, 2003). Ainda assim, a divisão de tarefas relatada não exclui, por exemplo, a dupla jornada de trabalho enfrentada por Dália e o peso maior da responsabilidade de tomar conta da casa ser atribuída à neta mais velha que reside com Pérola. A participação masculina aparece ainda como “ajuda”, uma situação provisória, até que outra mulher da rede possa assumir as funções domésticas.

A representação simbólica que estabeleço do “ninho sem vazios” cultivado pelas avós a partir dessa relação de cuidado remete, sem dúvida, ao espaço domiciliar como expressão concreta que delimita o espaço de convivência, a casa da família é o território privilegiado da coabitação das gerações. As avós da pesquisa têm em comum a posse legal do domicílio<sup>64</sup> familiar, a casa tem grande valor simbólico no suporte geracional à rede dos pobres, permite o retorno e a permanência de filhos adultos e a acolhida de netos, já que essa necessidade é cada vez mais freqüente nas famílias pobres, em razão de instabilidades econômicas e sociais que incidem sobre a classe pobre. Oferta condições físico-espaciais à acomodação da rede familiar

---

<sup>64</sup> Os dados do Censo 2000 que apresentam o Perfil de Idosos como Referência nos domicílios Familiares, em Belém apontam na variável condição no domicílio cerca de 52 689 pessoas, ou seja, 59,7% se enquadram na condição de responsáveis por domicílios familiares nessa capital, indicando as tendências de coabitação e reconfiguração de lugares sociais entre as gerações nos grupos domésticos. A análise sobre a importância da casa da avó como referência espacial e simbólica para família dos pobres foi abordada no tópico sobre as relações geracionais no Capítulo II (CF VITALE, 2007, SARTI, 2007).

e que dependendo da extensão física disponível é ocupada ou “repartida” com várias subunidades, entre superposições físicas, materiais e simbólicas que refletem as alternativas de moradia, subsistência e trocas relacionais nesses arranjos familiares.

“..... Agora mora eu com meus, **meus filhos todos moram lá, cada qual tem sua casa é. Agora no meu compartimento mora eu com meus dois netos**, a minha filha mora em cima com o companheiro dela, outro meu filho A. mora atrás em cima também e o outro L. com a família dele moram pra trás, só”, (SAFIRA).

A divisão interna da casa, do terreno ou dos quintais em subunidades que abrigam outros núcleos familiares da rede, semelhante à descrição feita por Safira e Pérola, incorporou-se à paisagem urbana, espelhando a ocupação desordenada, com a segregação e o adensamento populacional do solo urbano. Notadamente, as áreas periféricas de concentração da população pobre das cidades aglutinam essas inúmeras construções em formato vertical ou horizontal - estilo que prevalece no bairro Jurunas. A ausência de políticas de financiamento habitacional para as classes sociais de menor poder aquisitivo, sem dúvida, contribui bastante nessa forma de ocupação. A posse dos imóveis e terrenos situa a geração de avós num contexto sócio-econômico em que esse patrimônio era mais acessível e por menor custo, diferentemente da geração intermediária de seus filhos e também dos netos adultos<sup>65</sup> que têm dificuldades extremas para essa aquisição, é o que ocorre na família dessas avós, como explica Amaríles.

“..... só que mora, moravam 03 filhos aí nos fundos, sabe como é, **quando começa uma família, não têm condições, o aluguel é caro né**. E aqui era um neto que morava, e mora outro lá atrás, que está de nenê novo, e a mãe deste (referindo-se ao neto adolescente que nos observava da janela) lá nos fundos, praticamente desde a época que eu vim para cá né, **graças a Deus agente se dá bem!**” (AMARÍLES).

---

<sup>65</sup> A dificuldade de acesso à casa ou “sonho” da casa própria atravessa os segmentos de camadas médias também. Nos últimos anos têm surgido novos programas de habitação popular e financiamentos para diferentes classes de renda. Entre os familiares dessas avós que têm casa ou até “moram de aluguel” localizam-se em bairros distantes dessa orla, acompanhando outros fluxos de expansão da RMB, como o distrito de Icoaraci e no município vizinho de Ananideua, com preços mais acessíveis e áreas de ocupação ainda disponíveis.

Nas décadas de 60 a 80, Belém viveu uma fase de expansão em vários bairros da periferia com estímulo às formas de ocupação privada do solo urbano através de desapropriações e loteamentos (cf. TRINDADE JR. 2006), drenagem de rios e canais, aterro de áreas alagadas, o que estimulou a ocupação de terrenos e a aquisição de imóveis no bairro onde realizei a pesquisa. Essa política atraiu grande parte da população ribeirinha que migrou para a capital nesse período, de onde procedem sete das nove entrevistadas da pesquisa, instalando-se nessa região de orla da cidade. Por outro lado, seus pais e ou companheiros detinham habilidades na construção civil que juntamente com o baixo custo do material, basicamente em madeira e telhas, facilitaram as primeiras edificações, a exemplo da família de Ametista abaixo.

“..... agente morava lá na Limoeiro, tinha o Centro Comunitário de lá e depois vendemos lá. Tinham as passeatas, ..... e aí, nos lutamos muito, **fiquei muito feliz quando conseguimos o terreno, era minha 1ª casa, meu marido que construiu, eu ajudei ele a fazer também...**

(AMETISTA).

No entanto, a propriedade da casa se reveste de alto valor simbólico como espaço de pertencimento e agregação da rede social, partilhado como bem familiar mais importante a despeito de quaisquer critérios sobre conforto ambiental e apreciação estética. Destina-se ao usufruto da família e à herança para a rede social, como espaço de enraizamento social desse grupo. Constitui lugar de referência das avós na hierarquia familiar da rede social, pois, a coabitação favorece a transmissão de sua experiência às novas gerações. Para a maternagem das crianças reúne condições, minimamente, satisfatórias, e articula ainda bens e serviços como escola, saúde, lazer, é o que demonstram essas avós, ao referirem-se às trocas partilhadas na rede social, a partir da inserção nessa casa, ou mesmo, para aqueles em trânsito.

“[Essa casa é sua?] É sim senhora, é minha ..... tenho **documentos, tudo...**” (.....).

“ Porque eles moravam aqui num quarto que eu mandei fazer. Tudo que acontecia eu tava em cima, **era com febre, era dor de garganta, era para levar no médico, era na hora do almoço, na hora da janta, era na hora da dormida,** às vezes passava a maior parte do dia. [Então, mesmo com os pais a senhora já cuidava dela?] Cuidava dela ..... Só que tava a mãe por perto e o pai não é, **mas a preferência era minha.**”(AMARÍLES).

Assim, a posse da casa tem relevo, juntamente com o terreno e, por extensão, do quintal ou da laje enfim, de uma estrutura física que agrega um valor simbólico ao materializar a acolhida, o abrigo e circunscreve um espaço seguro, delimitando pertencimento, sociabilidade e vínculos parentais. Interessante analogia pode ser constatada em produções etnográficas quanto à representação desse bem por seu valor de uso, como espaço social inerente à instituição familiar. Guedes (1998) analisa a organização da rede social, o enraizamento parental e a atualização de princípios sócio-culturais presentes na dinâmica dos quintais, em famílias de trabalhadores urbanos. Viana (2005) também identifica, a partir de estudos sociais integrantes de processos civis de guarda, a relevância simbólica da casa como espaço de segurança e fixação das crianças e seus tutores, cujo valor se afirma por sua adequação moral, evitando ou minimizando os riscos e sua dispersão. Porém, entende que, num sentido mais amplo, representa estratégia de fixação de populações, demarcando territórios passíveis de controle, “em configurações interdependentes de pessoas e lugares” (Viana: 2005:22).

A despeito de cercados, grades e portões, a casa da avó encontra-se aberta à moradia da parentela e, no caso dessas avós abriga também familiares do interior do estado, daí haver associado à imagem do “ninho sem vazios”, em razão do intenso fluxo de pessoas circulando e de fluxo semelhante de trocas e de tensão nos relacionamentos interpessoais. Desse modo, a intensidade também se relaciona à possibilidade de conflitos e disputas de poder e alianças que são inerentes à convivência em grupo. Com efeito, penso que a representação simbólica da casa como “ninho” remete à idéia de proteção e cuidado, de aconchego e satisfação afetiva do sujeito fixando-o nesse espaço coletivo. Além do sentido de pertencimento moral e afetivo à família, ao mesmo tempo, enseja vínculos de pertencimento comunitário, a exemplo, do ethos ribeirinho abordado entre os registros da memória do trabalho de campo.

**“Mora eu, meus 3 netos, 4 netos, 5 com esse “zinho novo” agora, e ela - a C. mas, ela.... só para por aqui, quando ela não está aqui, fica só eu e os meninos, as “netaria” (risos)” (DÁLIA)**

Nesse tópico, identifico que o “aperto de laços” na sociabilidade relacional diz respeito à vinculação afetiva e de pertencimento embutida na convivência e na relação do cuidado que permitem uma experiência satisfatória nessa rede social. Esse aspecto já fora assinalado entre os bens do cuidado, porém, segundo Szymanski (2002), a satisfação das trocas afetivas imprime “marcas indeléveis” nos sujeitos que são transportadas para outras experiências relacionais. A maioria das narradoras percebe com satisfação sua experiência afetiva com os filhos e com outras relações de pertencimento também e que, parece reatualizá-la com a geração dos netos. A indicação da autora é apropriada dentro daquilo que se propôs na tese, ou seja, do afeto como um bem, como dádiva, no circuito do cuidado e que, por conseguinte, torna-se parte do legado das avós no âmbito da convivência que remetem à família.

“ ... e agora a neta que estou criando não é, é filha da minha filha. Ela está com 7 anos ..... Desde que nasceu, ela chegou, **a mãe dela eu criei assim, com muito amor e carinho eu criei todos os meus filhos, com muito amor, muito carinho, com dedicação total a todos e a ela também não é .....**” (AMETISTA).

A trajetória de alguns netos, em especial, daqueles que eram criados pelas avós no momento da pesquisa revelou um distanciamento afetivo com suas mães e, principalmente, com os pais. Na maioria dos casos, foram deixados aos cuidados das avós, em razão de instabilidade emocional, separações ou de novos arranjos conjugais onde essas crianças não foram incluídas, além de casos de morte. De certo modo, me pareceu que a fragilidade ou a ruptura do vínculo entre o casal também se reflete na relação com os filhos. A despeito de necessidades e cuidados básicos com a infância que, num primeiro momento, podem ser absorvidas no coletivo da rede familiar, a reconstrução de um laço afetivo individualizado de proteção e referência da criança com um adulto me aparece fundamental, tendo em vista, a

constituição de sua identidade e o amadurecimento pessoal e emocional. Nesse sentido, o suporte das avós entra em cena e, às vezes, a acompanha até a vida adulta.

O discurso das avós sobre os laços de afeto indicam que a satisfação emocional decorrente da parceria com seu netos justifica em parte, os encargos e as responsabilidades assumidos nesse lugar de cuidadora, quando requisitadas para falar a esse respeito. Aliás, a percepção de sobrecarga, esgotamento físico ou queixa da situação não aparece de forma explícita, mas, a linguagem corporal, os momentos de hesitação no decorrer da narrativa e, por vezes, certo incômodo matizado pela satisfação de cuidar e conviver com a criança e o tom de obrigação nessa acolhida, tendo que supri-la financeiramente, mesmo sem boas condições para isso. O “elo de sangue” que lhe impõe esse dever moral com os netos, paradoxalmente, assegura à posse das mães caso estas desejem reassumi-los. O que me leva desconfiar da percepção plenamente satisfatória que está sendo verbalizada e Dália me pareceu a avó que melhor expressa essa postura ambígua<sup>66</sup>.

“[Quem sustenta sua casa ...] **Só eu.** [E sua filha ajuda ...] **Às vezes!** ..... **Não, eu é que tenho que dar meu jeito**”, (DÁLIA).

“[Mas a senhora ia ficar com o tempo livre, ....] É isso é! ficaria mais folgada, **eu ficaria mais aliviada né**, mas, enquanto isso (suspira longamente e fala com voz pesada): **eu tenho que agüentar!** Quando eles crescerem **eles escolhem com quem eles querem ficar ou se as mães quiserem levar ....** “ (DÁLIA).

“[Depois disso a senhora teve outro relacionamento, se apaixonou de novo?] Não, não quis mais, porque meus filhos eram todos crianças, agora tem vezes que... [E não apareceu ninguém?] Apareceram tantos, mas eu não quis. Agora que eles cresceram, eu digo assim, **se eu soubesse que eu ficar assim sozinha, só com esses dois meninos**, porque agente sabe que vai acontecer, quando a gente tem os filhos, não são nossos né, vão casar e ter suas famílias, **eu tinha arrumado alguém. ....** . Aí, eu digo se eu tivesse arrumado, **hoje eu estava bem ....., é, tinha um companheiro pra dividir as minhas dores, dividir tudo aquilo que seu estava sentindo com ele.**] (SAFIRA).

---

<sup>66</sup> Ao discutir a noção de habitus, Lahihe (2005) aponta a distinção entre as disposições para agir e as disposições para crer, o que poderia explicar certas contradições entre o discurso e a ação dos indivíduos.

Um dos registros mais presentes na linguagem das avós a esse respeito, me parece ser pertinente a disposição em tomar esse lugar como algo dado, em continuidade às funções maternais básicas que sempre exerceram junto aos filhos, aos pais, um encargo irremediável nas circunstâncias atuais do ciclo familiar. Acredito que a mediação do habitus dessa geração de mulheres cuidadoras, socializadas num contexto em que a inserção feminina circuncreve hegemonicamente a esfera privada, o casamento e a maternidade representem a parte velada dessa justificativa. O ato do acolher e cuidar ou criar faz parte de seu papel de cuidadora e irmana-se à crença internalizada, ou a disposição do sentido de dever para com a parentela e a descendência, subjacentes ao valor da família entre os pobres, como alternativa de viabilizar a reprodução dos sujeitos e da classe no espaço dessa rede social e, assim, tento redesenhar essa lógica em fragmentos, ou pistas, deixados por Dália em:

. “..... teve um caso com uma menina, mas não viveu com ela ..... **Aí ela veio aqui e disse D. Dália fique um instante com o J. que eu volto logo e aí espera, espera esse instante dela e até hoje! .....**” (DÁLIA).

“..... É assalto, pegaram ele, levaram ele para a estrada e mataram ele. **Ai, eu já fiquei com ele** (referindo-se ao neto J. agora órfão de pai), a mãe não sei nem de endereço. **Eu disse: quem vai tomar conta sou eu, como tomei conta dos outros, não é!**” (DÁLIA).

“.... A minha filha começou a trabalhar com 15 anos ..... pra poder ajudar ..... quando **eu saía para trabalhar, ela quem ficava aqui, tomava conta .....** [E agora ela tem a família dela?] .. **é, mas, sou eu que sustento.**” (ESMERALDA).

Em outro plano analítico remeto à dialética da obrigação e espontaneidade presente no sistema da dádiva o que também requer o exame do movimento na rede social em torno da retribuição, do elo que completa o circuito das trocas e obrigações. Assim sendo, vejo os laços afetivos na rede social das avós como um pólo desta reflexão. A expectativa da retribuição, segundo Lanna (2000), é inerente ao ato de dar, em vista de sua essência dialética como ato espontâneo e também obrigatório, gerando sua expectativa velada ou inconsciente. Sarti (2003) identifica, primeiramente, que essa expectativa se faz presente nas relações de troca no

âmbito das famílias pobres, no entanto, ela nem sempre visa um retorno imediato, mas pode se projetar uma recompensas futuras, caracterizando uma cadeia difusa. Em seguida, a autora identifica também que a retribuição pode ser efetuada de modo simbólico, pelo reconhecimento, prestígio e a lealdade dessa rede. Penso que estas observações têm sintonia com esse lugar de cuidado e os laços solidários que eles contróem na rede social dos pobres e que atenuam momentos de crise.

“Enquanto eu já com meus netos ..... **Aqui ele se sentiu amparado pelos filhos que não eram de sangue**, porque essa minha filha aqui, Deus o Livre! Olha ela já casada, mas, o meu marido aqui e ela vinha aqui só pra saber se ela queria pão... café, ela também contribuiu, ela que lavava a roupa dele, ela que passava, fazia tudo..... nunca pensei que! **Quer dizer que eles todos, souberam pagar a criação que nos demos, quer dizer que nos tivemos até sorte**, porque hoje em dia, eu vejo por aí filho que não deixa nem a mãe falar” (ESMERALDA).

Nesse sentido, a narrativa das avós na pesquisa deixa evidências tanto da posição que verbaliza o desinteresse, quanto à projeção de expectativas de retorno imediato e no futuro. A rigor, apontam expectativas de retribuição em bens materiais e bens simbólicos (cf SARTI, 2003) em diferentes planos: nas trocas de suportes domésticos e econômicos na subsistência cotidiana, pelo reconhecimento social e moral com a incorporação de valores transmitidos; no laço afetivo e uma relação interpessoal satisfatória são retribuições valorizadas no tempo presente. Com esta reciprocidade de laços e a presença das crianças, as avós restabelecem uma rotina doméstica e renovam alianças entre diferentes personagens da parentela e da rede sociais afins às práticas do cuidado, reatualizando o sentido de seu lugar nessa esfera doméstica, é o que se observa nesses recortes.

[E essa ida e vinda das crianças, a senhora sente falta...?] **É preenchem um pouco, porque eu tenho com quem está falando né.** Porque quando a E. vai, fica a L., fica a L., mas, ai já dá aquela falta né, já estou acostumada, de noite com a dormida, da mana com a escola, botar para tomar banho, descer para fazer um café, pentear o cabelo, arrumar pra ir pro colégio né. Como eu digo **hora, que realmente as mães tomarem a decisão de tomarem de conta, eu não posso fazer nada né! ...**” (AMARÍLES).

“..... Com a mãe dela ... agente convive muito bem e é difícil sogra se dá bem com nora né ... ainda mias com essa juventude né. .... **Tudo que ela consegue ... se ela consegue R\$5,00, é R\$10,00, é cinco dela cinco meu ... ela dá tudo, é uma sandália, é uma roupa, é uma bolsa, tudo!** Eu me dou bem com ela. **É porque eu acredito que eu me dou melhor com ela, de que ela com a própria mãe dela.**” (AMARÍLES).

“Eu tenho uma está com 15 e outro com 13 anos, mas, **eu que criei eles não é, que a mãe deles sempre teve muita coisa pra fazer na rua, sempre trabalhou \_\_\_\_, mas o pouco que eu ganho dá pra gente viver, mais ou menos né.** (VIOLETA).

A conexão estabelecida com a noção de economia moral em Viana (2005) permite examinar a relação de custos e benefícios ou de ganhos e perdas em nível de bens materiais, afetivos e simbólicos das avós nesse percurso das trocas e das práticas maternais com os netos. Portanto, essa relação de cuidado não está imune a interesses e contrapartidas individuais por parte dessas avós, com bem sinalizam as discussões sobre as trocas na sociabilidade da dívida no computo geral dessa “economia moral do cuidado”. Acredito, porém, que as possibilidades de esvaziamento do “ninho” e funções maternais correspondentes, de maior empobrecimento, de solidão e o abandono familiar na velhice sejam os temores prementess que assolam a projeção de futuro dessas mulheres. Por conseguinte, eles concentram as expectativas de retribuição de bens no circuito do cuidado e se expandem ao âmbito intergeracional da rede social, ainda que as avós não expressem de forma direta, mas, se deixam flagrar num e outro apelo em diferentes momentos da entrevista, como se apreende nos “flagrantes” a seguir.

“**Uma coisa eu estou contando com eles, que não me deixem só!** (muitos risos, com se percebesse que eu identifiquei seu jogo da intencional da reciprocidade) [Eu lhe perguntei antes o que aprendia com os netos.... o que ganha com essa convivência, casa cheia ..... e que é bom nessa relação?] **Às vezes quando estou sozinha eu fico pensando, se eu não tivesse eles, estaria sozinha né, é a solidão.** (ESMERALDA).

“[Considera que teve ganhos ou perdas ao assumir esta responsabilidade com os netos, custos em saúde, por exemplo?] **É com certeza.** .....[esses gastos lhe fazem falta ou não vê dessa forma?] **Não, não vejo, porque meus netos, são pedaço de mim, a minha filha ... saiu de dentro de mim, eu não posso negar isso**” (SAFIRA).

#### ➤ **Jogos de poder e danças de gênero**

Outro elemento analítico convergente sobre o universo familiar em estudo se refere à predominância de relações hierárquicas e a rigidez de um código de honra permeando a lógica relacional nas redes sociais dos pobres. Fonseca (2004) levanta a discussão sobre a honra como “elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo” (op. cit. p.15), ao pesquisar o campo simbólico de família de trabalhadores urbanos em Porto Alegre. Sarti (2003), por sua vez, investigou a centralidade do campo moral para a constituição de identidades e de lugares sociais no universo simbólico desses núcleos domésticos, através de estudos com famílias pobres, na periferia de São Paulo. Na percepção da autora, o campo moral inscreve uma dualidade entre direito e dever para com a família e assegura legitimidade aos lugares sociais no grupo. Esse campo moral se articula à hierarquia de poder e de alianças nessa organização familiar, o que genericamente, significa:

“... uma estrutura hierarquizada, no interior da qual o marido/pai exerce poder sobre a esposa e filhos; a divisão sexual do trabalho bastante rígida, que separa tarefas e atribuições masculinas e femininas; o tipo de vínculo afetivo existente entre os cônjuges e entre esses e a prole, sendo que neste último caso há maior proximidade entre mães e filhos; o controle da sexualidade feminina e a dupla moral sexual” (Romanelli,1997: 75).

Dentro dessa hierarquia familiar a supremacia de poder e da autoridade sobre o grupo remetem ao campo moral e ao lugar de provedor familiar e, dentro de uma divisão segregada e distintiva de papéis entre o casal, o que acentua as diferenças de gênero nessas redes social dos pobres. A autoridade é comumente atribuída ao homem assegurando o seu lugar de chefe na família dos pobres, no entanto, a pesquisadora observou também que essa autoridade

masculina se relativiza em função do campo moral, ou seja, o seu reconhecimento exige uma conduta coerente às regras morais implícitas no “código de honra” nessa rede social<sup>67</sup>. Em relação à autoridade feminina na gestão da rede familiar dos pobres urbanos, ela afirma que seu reconhecimento social se efetiva, à medida que, esse papel exerce a intermediação dessa rede com o mundo externo. Entre as avós da pesquisa, Ametista se refere ao prestígio de sua autoridade sobre a neta ao ser comparada com outra criança da rede, e assim como Safira, as demais avós reconhecem sua autoridade e a obediência dos netos.

“Aí, a minha cunhada disse, ah! ela viu a Y. assim toda arrumadinha, “ah, eu queria que a B. gostasse de se arrumar, queria tanto poder cuidar da B. **como tu cuidas da Y.**”. Porque tu impões uma coisa, dizes é isso, tem que ser isso. Eu disse não! porque tem aquele ditado: “quem dá o pão dá o embrulho”. **Eu crio ela no meu ritmo .....**” (AMETISTA).

“..... Eu, dou as ordens pra trabalhar, tu faz isso, a R. limpa a casa, tu enche as garrafas de água ... [E eles lhe obedecem?] **Obedecem, fazem tudo direitinho.**”, (SAFIRA).

O lugar de cuidadora dos netos na família dos pobres realça a autoridade moral e a experiência dessas avós e, na medida em que, assumem também a provisão econômica da família consolidam o poder e legitimam sua autoridade no jogo de alianças e interdependências de gênero e geração, na família e na rede social. Essa autoridade das avós no exercício de funções educativas com imposição de regras e limites às crianças que, normalmente, seriam atribuídas aos pais, é mediada também pelo afeto (cf LINS DE BARROS, 1987). Por outro lado, o habitus geracional das avós modela as trocas afetivas e simbólicas, como a transmissão de legados, no processo de socialização infantil, o que implica adotar uma educação diferenciada para os netos e as netas. As narrativas da pesquisa reforçam o lugar do homem como provedor econômico e a mulher como gestora doméstica na família, como lugares distintivos nas emblemáticas percepções de Pérola e Amaríles:

---

<sup>67</sup> Na pesquisa de com famílias pobres na cidade de São Paulo, Sarti (2000) evidenciou a mediação do valor da honra e a conduta moral para legitimação da autoridade masculina na família. Além da provisão econômica, em situações que envolviam, por exemplo, desemprego concomitante ao uso abusivo de álcool e práticas de violência doméstica essa autoridade estava comprometida frente ao núcleo, à vizinhança e a parentela.

“... as contas tudo sou eu que pago, **eu sou o homem e a mulher da casa**, com a minha pensão...” (PÉROLA).

“ Porque quando o meu filho menor tava com 6 meses, o pai deles foi embora. **Porque eu era pra tudo! Era pra médico, era pra roupa, era sapato, o dele era só para comida.** [E ele trabalhava?]. Era aposentado” (AMARÍLES).

A divisão sexual refletida nos papéis conjugais é assinalada por Pérola e Amaríles em dois tempos de suas experiências com mãe, dona de casa e responsáveis pela família. Amaríles se considera “pai e mãe dos filhos” depois que o marido a abandonou e Pérola se identifica como “homem e mulher da casa”, depois que ficou viúva, porque ambas educaram e sustentaram os filhos sozinhos, após a ruptura de vínculos com os parceiros. Curiosamente, essas avós da pesquisa sempre exerceram ocupações remuneradas fora e dentro de casa (doméstica, costureira, feirante e lavadeira) para viabilizar a subsistência da família, no entanto, ainda percebem como ajuda ao marido, um lugar secundário na provisão econômica da família. Portanto, mesmo assumindo integralmente a provisão econômica e chefia da família, a representação social de seu lugar e das identidades de gênero não se alteram.

Segundo Sarti (2003), as mulheres pobres não têm dificuldades em assumir o sustento da casa, visto que, sempre trabalharam quando houve necessidade ou para ajudar os maridos. Entretanto, seu incômodo nesse deslocamento de funções residiria na manutenção do respeito e da proteção da família alocada na figura masculina, diante da ausência de outro membro ou parente que possa absorver essa representação da figura masculina frente à rede e à sociedade. Outros homens da rede como filhos, irmãos, cunhados assumem esse lugar, embora não existam trocas econômicas para o sustento do grupo, como foi o caso dessas avós. Para a autora isso caracteriza a distinção hierárquica e complementar que relaciona casa e a família, gênero e geração nesse universo doméstico, considerando que,

“A família entre os pobres urbanos é estruturada como um grupo hierárquico, segundo um padrão de autoridade patriarcal, cujo princípio básico é a precedência do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos. Em consonância com esse

modelo familiar, a organização é baseada no princípio da tradicional divisão sexual, em que o homem é o provedor e a mulher a dona-de-casa. Dentro desse modelo hierárquico, os papéis familiares - de gênero e de idade - são definidos em termos recíprocos e complementares.”. (Sarti, 1997: 136).

Ou registros de Amaríles e Safira sobre o abandono de seus maridos, quando os filhos ainda eram pequenos, levam-me a pensar na outra face das trocas solidárias e das relações de poder e no avesso do afeto, pois, historicamente, essas contradições também fazem parte da dinâmica familiar. O cenário doméstico reflete a tensão do jogo de poder e da hierarquia familiar, como palco de conflitos, de abandono material e emocional, abusos físicos e psicológicos caracterizados no âmbito da violência doméstica, independente da classe social, ou seja, essa violência não é estrutural à condição de pobreza. No entanto, o primado da honra e a hierarquia sexual e etária que estruturam as relações de poder nessas redes sociais podem influenciar e até legitimar práticas coercitivas, abuso da autoridade e punições físicas pelos pais, a dominação masculina na relação conjugal.

No contexto de desemprego, carências, intolerância, machismo, violência, desafetos, impunidade, crenças e condutas morais rígidas são ingredientes que tencionam as relações familiares favorecendo episódios de violência e abusos no espaço domiciliar. Entre as narradoras da pesquisa, além de Safira e Amaríles, Violeta ressalta as constantes agressões verbais e ameaças do marido, devido ser dependente químico. Esmeralda também se queixa da mesma agressividade, mas, que entendia seu marido, porque era um bom homem, pois, “não deixava faltar nada dentro de casa” e que a rigidez com os netos era para protegê-los, porque conhecia os perigos do “mundo da rua”. Essa ambigüidade na percepção e a diferenciação de fronteiras entre a rigidez e o abuso parece muito tênue, mas, confluyente aos valores e regras morais que regem o exercício da autoridade nessas redes.

De outro lado, Hortência justifica a fuga para outra cidade da filha A., 36 anos, para “não ser morta pelo marido violento”, mesmo que tenha deixado os três filhos adolescentes

para ela “olhar”, visto que residem às proximidades, ou quando eles “param” em sua casa. Enquanto Pérola não hesitou em bater no filho, de 40 anos de idade, por ele ter agredido sua companheira. Sobre a relação com os netos, apenas Dália admite “dar um tapa” de vez em quando, mas, reprova a atitude agressiva da filha com as crianças. As outras avós dão ênfase à obediência dos netos e ao exercício do diálogo com estes, só Hortência reclama da falta de colaboração dos netos adolescentes nas tarefas domésticas, mas, agora é auxiliada pelo marido desde que ele se aposentou.

‘..... **Eu às vezes espanco, dou um tapa num, um tapa noutro...** (silêncio) [Eles brigam muito?] Não, não muito, ..... [Coloca de castigo?] Não. [E quando a sua filha está aqui .....] **É tem vezes que eu não gosto do jeito que ele trata eles, ele gosta de chamar nome** (palavrão), eu não gosto disso ..... não gosto de confusão”, (DÁLIA).

“Ajudam, fazem as coisas que eu mando, ajudam bastante. [Eles não reclamam, lhe obedecem?] Não, eles não são malcriados, **porque comigo é severo mesmo**, é do jeito **que eu fui criada ..... É, eu só não bato ..., mas chamar a atenção.**[E eles acatam?] Acatam.” (PÉROLA).

Os jogos de poder entre disputas e alianças de gênero, geração e do parentesco que essas avós estabelecem com outros sujeitos apontam diferentes conexões entre dar, receber e retribuir em forma de bens materiais e simbólicos, na dinâmica da reprodução social nessas redes, ou seja, no tempo presente, no cotidiano da casa, da reprodução social coletiva. A recorrência de alianças que se intercalam em diversos relatos de trocas recíprocas e no apoio moral e afetivo na rede aponta uma tendência de construir ou fortalecer laços que colocam em relevo às mediações da identidade, da experiência e do habitus dessas gerações de avós. Nesse sentido, remeti à idéia de danças de gênero neste tópico, devido essa formação de pares entre as figuras de parentesco. Na seqüência de suas narrativas, tentei identificar esses laços dentro de expectativas de satisfação emocional e da lógica de alianças e trocas complementares que fortalecem a coesão e o sentido da família nessas redes.

a) nos laços entre as mulheres, as avós estabelecem alianças na hierarquia de posições da parentesco, entre mães e filhas, sogras e noras predominam laços de proteção, de cumplicidade, de reconhecimento, gratidão e trocas de bens materiais e simbólicos que fortalecem o valor da maternidade e de outros legados femininos.

“... ele não queria aceitar e aí o que eu fiz? Eu e meu filho mais velho, o segundo também ficou aborrecido, eu: disse: **olha vou lutar ao lado da minha filha porque se não for eu quem vai ajudar? Aí eu fiquei do lado dela**, levava ela pro médico, todas as consultas eu ia com ela lá na Stª Casa. Quando foi para ter a nenê eu me virei paguei, mandei operar pra ela ter a nenê sem dor, pra ela não sofrer né, ela era tão pequenina, ela é tão pequenininha a mãe dela. **E de lá pra cá fiquei do lado dela né.**”

“É isso realmente, **porque a minha própria filha diz: mãe ela está na sua mão ... .. cria ela do jeito que achar certo. Às vezes ela vem aqui e eu reclamo .....** eu não vou bater nela ..... Não, ela é um pouco teimosa, vamos pro banho, não mãe ainda não e tem horas que a gente se aborrece. .... É tem horário pra tomar banho, almoço, pra brincar, hora pra dormir, acordar.” (AMETISTA).

“[E o pai da ..... ajuda?] **Nunca ajudou com nada, tudo sou eu! Eu e a minha filha, ela faz bico**, está esperando uma vaga que um vereador me chamou pra trabalhar num colégio, mas, **eu não dou mais, estou muito cansada devido lutar com eles, não dou mais pra trabalhar, aí eu vou dar a vaga pra minha filha**, estou esperando o chamado para o colégio, ..... de servente, mas **o companheiro dela trabalha e ela ajuda na despesa também .....**”, (SAFIRA).

“..... os genros? **Tenho dois que realmente eu gosto, eu gosto!** ..... Agora os outros, é bom dia! boa tarde!, tu pra lá, eu para cá ..... **Não, não tenho intimidade! Das noras, é como lhe digo .....** **Ela foi embora, mas, ela vem aqui em casa todo dia, o que ela consegue, ela traz pra mim, senti assim um afeto por ela.** [É como se fosse uma filha?] É, é sim.” (AMARÍLES)

“olhe o meu filho mais velho, ele... - será que eu posso falar? [Fale!] **Ele apanhou com 40 anos, dei umas tacadas nele porque bateu na mulher dele e eu não gostei**, dei umas tabuadas nele, ele diz até hoje: eu apanhei da minha mãe com 40 anos. **E de lá pra cá ele não bateu mais, nunca mais!** [Ela deve lhe agradecer até hoje?] **Hum! e como agradece! Ela diz: eu não tenho uma sogra, eu tenho uma mãe!** [Então elas devem gostar muito da senhora?] Todas elas gostam, Graças a Deus! Me dou bem (PÉROLA).

b) nos laços entre as gerações, essas avós dão ênfase para a aliança com os netos adolescentes na expectativa de receber a proteção e o carinho masculino, reconstruindo laços de afeto, de toque e cuidado mútuo, sepultados na experiência de abandono conjugal e negligência amorosa de outrora, especialmente, por parte de maridos e companheiros:

“..... me dou bem. **Esse de 17 anos<sup>68</sup>, ele não me larga. Ele não pode me ver chorar**, ele quer saber porque, se, ele não pode me ver dizer: eu não quero comer! ele quer saber porque? **Ele é o mais carinhoso comigo**” (DÁLIA).

“..... agora esse um, depois de 15 anos, **está com vontade de ir embora pro Rio**, mas, eu digo, no Rio, não sei meu filho se te mando pra lá, porque aqui tu só vive dentro de casa. Ele diz: mamãe a senhora não se preocupa. Eu digo, mas, como é, **se tu vais, se tu que cuidas de todos meus documentos, na hora de receber, como é que tu vais me deixar?** .....

‘..... ele diz: **não mamãe, eu vou ensinar tudo pra R., quando eu for, ela toma conta da senhora, ela fica com a senhora, não vai lhe abandonar.** [Eles são afetuosos?] **São muito carinhosos comigo, principalmente ele**, a menina é assim muito brava, mais neurastênica, porque ela já é de outra, de outra família, o pai, a avó dela, são todos bravos, ..... é de outro temperamento, mas, quando não estão com raiva, são ótimas crianças”. (SAFIRA).

“..... com esse mesmo que mataram, **eu tinha muito amor com ele**. Olha, depois que mataram ele eu não viajei mais, **porque eu só viajava com ele. Ele cuidava muito de mim** ..... Não, é o terceiro... era ele e um outro que mora lá para Benevides, **era muito ligado em mim**. (SAFIRA).

### ➤ **Provisão econômica e “sobrevivência dos pobres”.**

Dentre as idéias realçadas que sintetizam o universo doméstico relacional dessa classe social uma característica marcante diz respeito às estratégias de reprodução do grupo, à

---

<sup>68</sup> “Não encontrei os dois netos mais velhos de D. Dália, e só mais tarde, através da Professora fiquei ciente que esse neto mais velho estava cumprindo medida sócio-educativa, com acompanhamento do Conselho Tutelar da área, por envolvimento com atos inflacionais, porém, a avó não fez qualquer referência a este fato por ocasião da entrevista. Segundo a referida professora, são meninos bons, porém muitos carentes, inclusive de afeto, receptíveis a um toque físico e ao aconselhamento da escola. Declarou ainda que esses dos irmãos nutrem um verdadeiro ódio e desprezo pela mãe biológica – C., por sua “atitude vulgar, promíscua, irresponsável e agressiva”, em relação a eles e demais familiares. (Anotações do Diário de Campo, Belém, junho/07).

subsistência básica das redes sociais. Portanto, se constitui também num pólo de mediações dessa lógica de obrigações morais e hierarquia de poder, ao se articular com a autoridade e o lugar de provedor econômico, como foi visto no tópico anterior. No cenário familiar das avós da pesquisa, esse campo exerce grande influência na dinâmica cotidiana, não só em relação ao cuidado com os netos para atender as demandas elementares da sobrevivência, como em nível mais amplo, na sua identificação com classe social. É no nível do capital econômico, com a renda de um salário mínimo (sm.) e no patamar dessa sobrevivência que elas se posicionam na condição de pobres, ou seja, “vão passando”, “estão sobrevivendo”.

“**Dá, dá pra gente sobrevier não é.** ..... Ele é carpinteiro. .... [E tem idéia de quantos s.m. fazem por mês?] Não tenho idéia, porque não é todo dia, ..... **quando aparece né,** ..... a gente vive só da costura não é .... Também faço roupa pra vender ..... Aqui mesmo, para os vizinhos, bermuda, blusa, calça, short..... mas, é por aí, mas, **graças a Deus agente está vivendo.**” (.....) (AMETISTA)

“Quando ele morreu me deixou num cantinho lá ..... É nesse terreno, aí ele deixou uma pensão pra mim, **é com essa pensão que eu sobrevivo até hoje.** [Qual é o valor?] **é salário, salário ..(PÉROLA)**

A provisão econômica da família, inegavelmente, se constitui num dos aspectos mais dramáticos no cotidiano dos pobres urbanos, como revela a singela “amostra” da pesquisa. Envolve a mobilização dos recursos e investimentos pessoais e, sobretudo, coletivos na rede social dos pobres urbanos, porque com já se referiu Vitale (2007), o que está em jogo é a sobrevivência da própria rede. Essa mobilização do grupo ocorre em diversas frentes de ação e enfrentamento e, para isso, criam alternativas diversificadas para obtenção de renda e assegurar um padrão de consumo elementar à reprodução familiar. Num primeiro momento, penso que dizem respeito á garantia de necessidades básicas dos indivíduos, como nutrição, moradia, vestuário, locomoção, dentre as necessidades imediatas da reprodução física individual.

“..... **É um sm., para eu comer com essas duas crianças que eu crio.**” (.....)

“..... porque quero terminar a minha casa, **estou fazendo agora um empréstimo ... pra comprar o resto do material ...**“(SAFIRA).

Entretanto, uma segunda dimensão de necessidades inscritas no campo dos direitos sociais das crianças e dos pobres está relacionada à saúde e educação, ao lazer, trabalho, além de formação moral e da socialização primária da infância inserida na rede familiar. A importância da casa para essas famílias já foi analisada dentro da simbologia do ninho dessas avós, porém, retomo esse espaço domiciliar para caracterizar o maior investimento que essas avós projetam como o “sonho de futuro”. As construções não têm acabamento entre pisos, revestimentos, pinturas, divisórias internas etc, como foi possível constatar durante a entrevista em algumas residências. Investem seus poucos recursos financeiros ao longo de pelo menos duas décadas e, para isso, recorrem aos empréstimos consignados junto à previdência social, como a estratégia de capitalização<sup>69</sup> mais acessível no momento, a despeito de comprometerem uma boa parte de sua renda, em detrimento de outras necessidades.

“Pra mim construir essa minha casa, depois que meu marido morreu, faz 15 anos. É 15 anos que eu tenho de lutar ..... quando eu comecei a receber o dinheiro não tinha aquele negócio de empréstimo, depois, **de uns 10 anos pra cá eu comecei a emprestar no banco que eu recebia, primeiro por baixo, emprestei R\$100,00, depois R\$200,00** ..... [Foi pra arrumar a casa?] **É pra arrumar a casa ... graças a Deus que ela já está quaaase pronta! ..(PÉROLA)**

Ilustro com este “projeto da casa” entre as avós da pesquisa, um caso emblemático em dois níveis: nos limites objetivos que a condição de pobreza estabelece a esse projeto de embelezamento e conforto ambiental; o significado da casa que está imbricado à noção da família e a existência da rede. Assim, no ângulo de análise desse estudo, vislumbro a noção de reprodução que é discutida por Bilac (1997), pois, no exame do debate teórico sobre o tema

---

<sup>69</sup> A recorrência a esse tipo capitalização de recursos financeiros, através de empréstimos consignados pelo sistema previdenciário revelou-se mais uma alternativa de lucro privado, Uma avalanche de “bancos” e financeiras têm surgido com essa “institucionalização da agiotagem”, escamoteando os baixos rendimentos das aposentadorias e pensões e o baixo poder aquisitivo das pessoas idosas, em detrimento de políticas de suporte à velhice, reajustes progressivos dos benefícios e redistribuição de renda no país.

ela observou que a relação entre família e reprodução evoluiu e se ampliou, ao incorporar a perspectiva da reprodução social. Para ela, anteriormente, esta noção circunscrevia à perspectiva da reprodução da força de trabalho e o mérito de repensar sua definição deve ser atribuído ao pensamento feminista, e a compreende agora como:

“... “esfera” ou “instância” específica da vida social, reservada à produção social da vida, dos seres humanos, tanto em termos quotidianos quanto geracionais, esfera esta organizada pelas relações de gênero e fundada na divisão sexual do trabalho, articulada, porém distinta da esfera da produção (de bens e serviços), espaço privilegiado para a análise da subordinação feminina” (Bilac, 1997:30).

Na seqüência, Bilac (op. cit) questiona o nível de autonomia que a lógica característica na família dos pobres teria em relação às demais esferas sociais, como o Estado e o trabalho. Na trilha dessa interrelação com demais esferas da vida social, a autora dialoga com vários pensadores<sup>70</sup> acerca desse padrão relacional em busca de particularidades e generalizações. Admite como hipótese que essa modalidade de esfera doméstica poderia se constituir numa categoria familiar cujo amálgama relacional próprio se constrói na lógica da solidariedade, em oposição à lógica do individualismo. Em seguida, analisa que na fronteira com as esferas do trabalho, do Estado e o consumo estruturam-se particularidades nas práticas familiares da reprodução cotidiana e, de modo sintético, descreve elementos intrínsecos a essa lógica, partindo daquela tríade de relações, acrescento depois um da pesquisa de campo.

“... é possível pensar que seriam exatamente estas fronteiras borradas entre o trabalho e o não-trabalho, entre trabalho/consumo, entre cidadania/exclusão que fornecem a matéria-prima para a elaboração de práticas familiares de reprodução cotidiana que já foram denominadas “estratégias de sobrevivência” (Bilac, 1987) e que só podem ser entendidas (pois revelam uma certa organicidade) à luz da lógica da solidariedade que as informa: a interdependência dos atores e a articulação de práticas variadas (de trabalho/não-trabalho, de consumo, de reivindicações/manipulações) estabelecendo “pontes” entre as três esferas... Através destas “pontes” se garante (na media do possível) pela permanência do grupo, a preservação de cada

---

<sup>70</sup> A autora cita estudos de Sader e Paoli, 1986 e Machado da Silva, 1990 para refletir a noção de reprodução social nas camadas populares.

um, ainda quando em patamares mínimos, no que diz respeito à qualidade de vida” (Bilac, 1995:49-50).

“[Seus filhos lhe ajudam?] **Às vezes eles ajudam, mas, não são muito ligados pra me dar nada, só o L. ele sempre,** ele não me ajuda agora, porque não ta trabalhando ..... eu disse pra ele ontem, a agente estava conversando, **agora no mês de maio vai aumentar meu dinheiro, o salário, eu vou comprar um tábuas pra ti fazer um tabuleiro, botar uma banca pra ti vender as coisas aqui. Porque aqui no Jurunas, tudo que a gente colocar vende! Tu vais trabalhar aí pra nós,** até Deus abrir a porta de um emprego pra ti, **porque estás desempregado e precisa de ajuda.** Ele disse: é se a senhora arrumar uma balança. Eu disse **“te vira pra arrumar uma balança”**. Ontem até sai pra ver uma balança, a minha balança eu vendi ...”(SAFIRA).

Penso que o universo empírico de Safira espelha a descrição feita por Bilac, quando ela reproduz o diálogo com seu filho desempregado e traçam um “plano de contingências” para esse enfrentamento dessa fronteira borrada com o trabalho de forma coletiva. Esse fragmento do universo cotidiano dos pobres imprime significado para esse e outros elementos presentes na síntese da autora, quanto às estratégias de sobrevivência e provisão econômica compartilhadas nas trocas solidárias das redes sociais em foco na tese. A provisão econômica exercida pelas avós da pesquisa revela duas tendências, primeiramente, elas se identificam como responsáveis pelo sustento da família, ou seja, são as provedoras econômicas que detêm a principal renda do domicílio, entre essas avós encontram-se duas viúvas e uma separada e Dália, que afirma nunca ter se casado.

Em seguida, aparecem cinco avós, entre viúvas e casadas que compartilham a renda familiar com outros membros da rede social, entre filhos, maridos ou outros parentes<sup>71</sup>. Na composição da renda familiar a seguridade social é a fonte principal de renda nesses domicílios urbanos, visto que, se constituem em aposentadorias, pensões, benefício social como Benefício de Prestação Continuada - BPC, além do programa de renda Bolsa família,

---

<sup>71</sup> Refiro-me ao cunhado de Pérola que é portador de necessidades especiais e vive com ela há mais de 40 anos, desde que sofreu um acidente no interior.

apenas Dália tem um salário referente ao contrato formal de trabalho como operária numa fábrica de manufatura de palmito no bairro e todos percebem renda na faixa de 01(um) Sm.<sup>72</sup>. Esmeralda é a única aposentada e pensionista e classificou sua renda na faixa de 03(três) Sm.

“o que a gente ganha, **só dá pra se manter e mal, o que um salário mínimo?** [A senhora não tem nenhum ganho extra?]. Não, só o salário, a única coisa que a gente faz é ..... **pode fazer hora extra**, aí agente ainda pega um dinheirinho” (DÁLIA).

“Quando eu recebo, pago minha luz, meu telefone, **não sobra quase nada, mas, a gente tem que comer né, só dá pra comer.** [Ela ganha o salário também?] É ganha um salário também, **a gente vai passando.** Mas essa é a realidade de muitos brasileiros, .....? **É, a gente faz milagre pra esticar.** O que a gente vai comer amanhã? Eu queria ter pelo menos R\$2,00, meu Deus!..... (VIOLETA).

“[..... ] Olhe, dá porque **agente tem que espichar** para um lado, espichar para o outro, **agente paga uma conta pela metade, paga outra pela outra metade e vai dando para sobreviver,** é o jeito”! Com diz o caso “bem com essa, pior sem ela” (AMARÍLES).

“[A senhora tem outra renda?] Recebo a **bolsa família** dos meninos também.”, (SAFIRA).

“**[E quem é que sustenta a casa?] Sou eu!** ..... minha renda é R\$1.200,00, **sou aposentada e tenho uma pensão.** ... Trabalhei 14 anos na castanha. .... de lá eu trabalhei num colégio.... de servente, mais 15 anos..... Qual era o colégio? O Anchieta. ....[..sempre de **carteira assinada?**] **É sempre, mas trabalhei de doméstica até meus 17 anos.** Aí eu **costurava** também”, (ESMERALDA).

A percepção entre as avós sobre o valor insuficiente do Sm. para suprir as necessidades do grupo é hegemônica, embora a maior parte delas receba a contribuição regular de outro membro da rede, elevando a renda para a faixa de 02(dois) sm. A dimensão simbólica dessa percepção é representada a partir das estratégias que desenvolvem para administrar este recurso escasso e “passarem muito mal”, “espichando, esticando e até fazendo milagre” para manter a sobrevivência. Levando-se em conta também que são famílias numerosas, com crianças e jovens na dependência econômica dessas avós, além de adultos desempregados ou sem renda fixa, pressionando a redistribuição interna desses recursos na rede. Esmeralda também avalia

---

<sup>72</sup> O valor do salário mínimo vigente em abril 2007, era de R\$350,00.

sua renda como insuficiente para manter o mesmo nível de consumo do grupo, após a morte do marido (taxista autônomo). Assim, o movimento de busca e de ganho em função da renda familiar é compartilhado pelo grupo na lógica da solidariedade dessa classe.

“Porque além da minha costura, **eu lavo para minha cunhada pra ganhar mais algum, porque toda semana tem a despesa dela**, eu compro lanche, porque ela não come o lanche da escola (porque às vezes é feijão! diz a neta) ... é comida e de manhã, ela não gosta, ela toma mingau ..... ela leva o lanche dela ....., toda semana tenho que comprar danone, biscoito, suco.”(AMETISTA)..

“..... aí tem esse meu filho que ... **ele ainda não tem emprego, ele tem currículo em tudo quanto é canto**, mas, ele trabalha numa oficina, aí o homem dá R\$40,00, R\$50,00 e **ele me ajuda.**” (PÉROLA)

“Tem o meu cunhado quando ele recebe a pensão dele me ajuda também. [Ele é aposentado] Não, **ele tem uma ajuda do governo, nem é aposentado ele**. .... é o salário” (PÉROLA).

“[e o salão é seu?] É. [Também é cabeleireira?] Não, é alugado, **depois que o meu marido morreu, eu alugo**. [Essa casa é sua?] É... aí minha filha mora lá atrás em dois compartimentos separados também. [Então nesse terreno moram três famílias...?] **É, são duas casas aqui** e uma lá nos fundos, que era da minha mãe’ (ESMERALDA).

Observa-se, portanto, que em alguns momentos as avós conseguem complementar a renda com a prestação de serviços domésticos ou mesmo algum tipo de ajuda concreta (alimentos, roupas) e doações esporádicas de pequenas quantias em dinheiro de filhos adultos e Dália pode efetuar um determinado número de horas extras mensalmente. A renda familiar também é obtida com a ajuda de suas ocupações autônomas e do trabalho informal do marido de Ametista que é carpinteiro, das filhas de Violeta, Safira e Esmeralda que são domésticas, ou “trabalham em casa de família”, além de “bicos” do filho de Pérola, com 26 anos de idade e desempregado. Vitória e Esmeralda reutilizam o espaço domiciliar alugando partes da casa para obter maior rendimento e manterem-se um pouco acima do limite de renda da maioria.

A escassez de capitais que os pobres urbanos detêm no espaço social da classe alimenta esse patamar da sobrevivência, ou seja, viver nos limites da “escolha do necessário” (cf.

BOURDIEU, 1996, BONNEWITZ, 2005). Nesse sentido, encontro um elo na relação perversa entre as precárias condições de inserção e remuneração no mercado de trabalho e a baixa escolaridade de provedores econômicos dessas redes, em especial, das avós. A mesma relação se estende também para outros segmentos geracionais entre filhos, genros e noras e, também, seus netos jovens e adultos que ainda fazem parte dessas redes. Em tese, credita-se à baixa escolaridade e falta de qualificação desses trabalhadores para responder às exigências do mercado de trabalho, porém, boa parte desses filhos mais jovens e netos possuem o 2º grau completo e alguma habilitação profissional. A tendência, porém, é que eles reproduzam os ciclos de trabalho-não-trabalho (cf BILAC, 1995), a mercê das ondas de expansão e retração do capital em nível mais amplo, o que nos remete ao debate sobre pobreza e exclusão social..

➤ **Aporte de coadjuvantes e da rede pública.**

Ainda que a retaguarda de cuidados ministrados pelas avós entre em cena, objetivamente, pelo que se viu há pouco, não dispõem de boas condições para prestar esse apoio e, nesse âmbito, o aporte de outras redes de sociabilidade e da rede social pública torna-se fundamental à assistência das crianças e da própria manutenção dessas famílias. Por um lado, a mediação da lógica da solidariedade abre novas possibilidades de trocas e de circulação de bens entre os pobres centrada na categoria da ajuda àquele que está necessitado. Seja na própria rede da parentela, do compadrio, do patronato, da benemerência religiosa, sem falar ainda na fusão público e privado que hoje ganha novos contornos na reengenharia do terceiro setor. No caso das avós esse suporte coadjuvante é avaliado com muito apreço, visto que, essas trocas ou “doações” colaboram com a subsistência do grupo familiar. Tem grande valor simbólico para o laço de gratidão, pois, é percebido como ato espontâneo e desinteressado, que externa uma faceta da solidariedade aos pobres e a intermediação da graça divina, com expressam abaixo:

“[E a mãe de Y. colabora.....?] Não, porque agora ela se preocupa com a família dela né, e aí **dá pra gente viver graças a Deus e os tios também colaboram né**”

“**...a madrinha dela é maravilhosa também, me ajuda muito, Deus o livre!** [É sua amiga?] **É sobrinha do meu marido**, ela tem uma loja e só tem uma filha e **trata ela como verdadeira filha**. ..... Deus o livre!.é muito maravilhosa, **eu digo mesmo é a segunda mãe dela**. (AMETISTA).

“Quando chegava no sábado, às 4h na minha casa, os vizinhos pensavam que eu vinha do supermercado, **porque naquele tempo eu só tinha patrões bons**, e era encarreada (sic): uma casa assim, a outra casa assim e a outra assim (faz um gesto com as mãos indicando uma seqüência). E quando chegava no sábado, essa que eu tinha trabalhado na 2ª e 3ª feira, lá na 3ª casa, dizia para mim: **não, não vá embora antes da senhora passar lá em casa e cada uma preparava uma sacola**. [Eles sabiam da sua situação?] Sabiam! **Que eu tinha os meninos, que eu estava sozinha**. Eu trabalhava e todo mundo me pagava. **Era pouco naquele tempo, mas, com a ajuda de Deus e delas, não passavam necessidades**.” (AMARÍLES).

De outro lado, a oferta de bens e serviços da rede pública situa a mediação do papel do Estado na reprodução social dessa população, através da gestão das políticas públicas. Sem mergulhar no debate sobre essas políticas no contexto brasileiro, quero realçar o peso que elas representam à sobrevivência dos pobres. No cotidiano doméstico dessas avós, por exemplo, as políticas de educação<sup>73</sup> e, principalmente, da seguridade social são instâncias que viabilizam a subsistência do grupo. Hortência e Vitória Régia recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC, instituído pela Lei Orgânica da Assistência - LOAS que é denominado de “amparo social” e “salário dos velhos”, respectivamente, Violeta e Safira são inscritas no Programa Bolsa Família para o casal de netos que estão sobre suas responsabilidades.

“[E quem paga as contas da família?] Nós mesmos, é ele, o meu filho às vezes ajuda quando ele pode. [E vocês recebem aposentadoria?] **Nós temos um amparo social**. [O que é o amparo social?] ... **é eles pagam só o salário, é um salário que recebe o idoso**” (HORTENCIA).

---

<sup>73</sup> Nesses setores estão embutidos outros suportes materiais à rede como a merenda, uniformes e o material escolar; exames clínicos, medicamentos e serviços odontológicos básicos etc,

Nesse sentido, através dessas políticas o Estado alimenta a relação de dependência dos pobres, assegurando um patamar mínimo de reprodução social das classes, (cf. SINGLY, 2007), paradoxalmente, tanto para fortalecer como para fragilizar as alianças e a lógica de solidariedade nas redes sociais dessas avós. A qualificação de redes coadjuvantes deve-se ao caráter de suporte de auxiliar na manutenção econômica e social dessa avó e de sua rede social. A família pobre é responsabilizada e até punida pelo descumprimento dessas funções, sem levar em conta os limites objetivos à sobrevivência dessas classes no contexto de desemprego e de redução das políticas de corte sociais. Muito embora, entre essas avós, o acesso a benefícios sociais e programas de transferência de renda se faça presente em quatro famílias, são valores que só lhes permitem sobreviver, segundo suas próprias análises.

A rigor, sabe-se que a rede pública não consegue abranger todos os segmentos e demandas existentes. Neves (2006), ao pesquisar sobre o papel de mães e avós provedoras, com mulheres idosas assistidas por uma instituição filantrópica no município de Niterói (RJ). Nessa pesquisa, identificou que apesar da heterogeneidade de situações, esse papel tende a ocorrer de modo acentuado com mulheres – mães e avós, que dispõem de uma habitação e de condições para o exercício assistencial aos netos, dada à impossibilidade de seus pais (geração intermediária) assumirem esse encargo, seja de modo temporário ou permanente. Em que pese à precariedade de suas condições e das necessidades típicas do processo de envelhecimento, a obrigação e o dever moral presidem a lógica dessa responsabilidade em assistir e cuidar de quem se encontra em situação de maior dependência, essa lógica do dever para com a família tem valor semelhante entre as avós da pesquisa.

Nessa lógica, se a autoridade sobre o grupo familiar é mediada pelo papel de provedor econômico, assistir, proteger e cuidar da família é honrar o laço de parentesco e legitimar esse poder familiar. Dessa forma, assegurar a subsistência e o consumo do grupo justifica a adoção de diferentes alternativas pelas avós, como peregrinar em instituições e programas

assistenciais, ter ocupações informais precárias e mal remuneradas e, até mesmo, exercer a mendicância, como fazem algumas das senhoras de Niterói identificadas por Neves (2006). Essas modalidades de subsistência econômica desenvolvidas por idosas e crianças pobres são naturalizadas pela sociedade. Dependendo da organização conjuntural da família, com a diluição de papéis e a dispersão dos agentes provedores da rede, essa prática é validada pelo grupo, dado o seu caráter irremediável à subsistência do mesmo.

De outro lado, a percepção das avós sobre a vulnerabilidade dos netos adolescentes e dos jovens em geral, indica que a reciprocidade entre a reprodução dos sujeitos e a manutenção do grupo diminui a possibilidade de ruptura com os laços familiares. Há casos em que a fragilização ou ruptura desse vínculo moral e relacional dos jovens pode ser ainda mais dolorosa, diante da sedução de outras redes que seriam “marginais” à sociedade. A vigilância que estabelecem em torno das “camaradagens” é apontada como um mecanismo de controle para evitar o envolvimento dos netos com situações de risco e de conflito com a lei, representados nas imagens “mundo do crime, mundo das drogas” e cujo destino final é sentenciado entre a “cadeia ou o cemitério”.

“agora até que graças a Deus ele tomou um caminho. Ele só queria ..... **saber de sair com aquele bando de moleque, estar na festa.** Como eu sempre digo: **meu filho esse negócio de camaradagens não dá certo, essas camaradagens, só tem três opções: é morrer, ir para uma cadeia, que Deus o livre matar alguém, ou ficar aleijado.** (risos) É! porque se mete nesse negócio de festa, sabe que ....de vez em quando é briga, é tiroteio, vem uma bala e pronto, está aleijado (risos)” (VITÓRIA RÉGIA).

Portanto, o discurso das algumas avós da pesquisa também ecoa nessa direção, pois, são porta-vozes do assombro que povoa o imaginário coletivo acerca da violência urbana, potencializado pelo alto índice de criminalidade no bairro no período da pesquisa. Nesse sentido, percebem que reconhecer e orientar-se a luz do valor da família e de valores morais transmitidos por elas através do cuidado, assim como fizeram com os filhos, podem evitar a

dispersão desses jovens mantendo a união da família e da rede social, nessa medida é uma tática de proteção ao jovem, dentro da estratégia de coesão do grupo. Algumas avós percebem a ausência do poder público nesse suporte aos jovens e identificam a carência de projetos educativos, de esporte e de profissionalização no bairro, para ocupá-los de forma saudável.

### 3. 3. HABITUS GERACIONAL E A HERANÇA DAS AVÓS: ENTRE LUTAS, LIÇÕES E LEGADOS.

Esse tópico sinaliza a última estação no caminho analítico sobre os bens das avós no circuito do cuidado empreendido nesse universo moral e relacional dos pobres urbanos. A importância da família na socialização primária dos indivíduos para a construção de sua identidade e a visão de mundo já foi realçada ao longo da tese. No entanto, é válido considerar que este não é um processo hermético, pois, outros agentes participam dessa socialização, além da família. Tão pouco, seu aprendizado é imutável, visto que, no percurso da vida surgem acontecimentos, experiências, confrontos de idéias e valores que reciclam as disposições internalizadas pelos sujeitos (cf. VITALE, 1995, BERGER & LUCKMANN, 1966). Nesse sentido, a herança simbólica transmitida na relação com os avô(s), através dos legados, é mantida e ou recriada ao longo de nossas vidas, num processo de continuidade e descontinuidade dos bens simbólicos recebidos. VITALE (2007).

Com efeito, essa perspectiva de transmissão de legados, ou da herança simbólica, pelas avós na socialização e na relação do cuidado vem orientando nosso diálogo, através da noção de valores que este processo inscreve na formação moral dos netos. A sintonia das narrativas da pesquisa com autores e estudos que enfocam esse relação transparecem valores subjacentes aos legados de família, legados de trabalho e honra e o legado da fé e das lutas como constituem eixos centrais que atravessam as narrativas, como elos estruturantes de habitus,

sociabilidades e das experiências que particularizam sua identidade e matizam esse lugar de avó cuidadora de netos nas famílias pobres. Por conseguinte, esses valores fundamentam as trocas simbólicas nessa relação de cuidado e afeto com os netos e com a rede social.

### 3.3.1. Valores de família: “virtudes” da convivência solidária

“Olhe uma família, eu acho que a família: **é uma família que senta. Se eu tenho um problema**, eu procuro reunir a família pra falar o meu problema e **agente discutir** aquele problema **pra gente discutir e vê se encontra uma solução**. Às vezes é uma criança, às vezes até mesmo um adulto, pra resolver uma compra, pra resolver um empréstimo, uma dívida, eu **acho que aquela família tem que estar ali em grupo**, pra saber o que a gente vai decidir o que agente não vai fazer” (AMARÍLES).

O valor da família se constitui o elo central na rede social dos pobres que irradia e absorve um conjunto de valores morais implícitos na convivência solidária dessas redes, com espaço de união representado pelas avós narradoras, e que estão associados principalmente aos valores morais de respeito, confiança, afeto, obediência, gratidão e solidariedade como fundamentos ou “virtudes” para a união e a convivência. Os valores morais pertinentes aos legados de honra e trabalho a honestidade, responsabilidade, orgulho e o senso de dever. Em análise mais profunda do tema família em nosso contexto Da Matta (1987) revela que a família não se constitui apenas numa instituição social individualizada, mas também e, principalmente, a família é um valor. Nessa medida, é fruto de uma escolha da sociedade brasileira que a valoriza duplamente como um elo e uma referência fundamental à própria vida social e, nessa medida, é um valor que transcende a dimensão de classe, mas que, no entanto, tem particularidades em cada um desses segmentos sociais, o que justifica a investigação para reconhecê-las.

O termo família abrange uma diversidade de sentidos, e remete a diversas metáforas bem “familiares” ao senso comum universal. Para o autor, ele designa não só um núcleo

familiar ou um nível de parentesco, mas, hierarquizada, simboliza ou qualifica de modo diferenciado pessoas, situações e lugares, é o caso de se valorizar e respeitar o “nome de família” ou uma “casa de família”, impõem respeitabilidade e agrega um peso moral à identidade social de quem é “pai ou moça de família”, ou ainda, empresta confiança, afeto e intimidade a alguém que é “praticamente da família” em síntese:

“Assim, a família é um grupo social, bem como uma rede de relações. Funda-se na genealogia e nos elos jurídicos, mas também se faz na convivência social (sem família, como dizem os velhos manuais de sociologia, não há sociedade) e também constitui um valor, um ponto do sistema para o qual tudo deve tender” (Da Matta, 1987: 125).

A dialética que enreda os sujeitos na rede social dos pobres intensifica os contornos de tensão e complexidade nas relações familiares. Em diferentes momentos do curso de vida seja a criança, um adulto ou um determinado núcleo familiar, o suporte da rede social mostra-se uma alternativa fundamental à sobrevivência e ao enfrentamento das dificuldades econômicas e pessoais. De outro lado, o cenário urbano imprime a essa rede um feixe de tensões, diante do crescente empobrecimento das classes, dos apelos ao consumo de massa, fragmentação de vínculos sociais e de solidariedade e a valorização do ethos individualista moderno. Assim, a lógica relacional que preside a troca de obrigações e deveres morais para com a família é oponente ao interesse calculista da razão prática, pois se funda na noção de necessidade, ou seja, a obrigação da ajuda para quem está necessitado, independente de cálculos, pois, a retribuição fluirá a seu tempo, nem que seja pela graça divina.

A princípio, a noção de família entre as avós enfatiza essa dimensão coletiva, com o sentido de união, de trocas solidárias em diferentes níveis do cotidiano. Podem ser as tarefas domésticas ou situações críticas como a doença, a exemplo da rede social de Vitória Régia, mencionada no início desse tópico (ela, seus filhos e respectivas famílias moram em cinco unidades domiciliares num mesmo terreno). Podem intervir nas dificuldades pessoais que, ao serem colocados “na mesa”, como disse Amaríles, agora a pouco, tornam-se um problema

coletivo e tarefa de todos contribuírem com a solução. Portanto, requer uma disponibilidade à convivência e trocas, ao diálogo e negociação dos conflitos, aderindo às regras, pois, o pertencimento se legitima na interação e nas relações de trocas e deveres para com o grupo.

“Uma família? É... uma **união, é amor não é, pode até se destratar, se desentender, mas, agente quer bem aquela família,** eu pelo menos quero bem a minha...” (Hortência).

“A **família eu acho que é uma união,** é união, **acho que todos se entendem,** é uma família eu acho, ... **ela não se entende com irmão, vivem afastados... eu não tenho essa alegria,** ele vive por aí pela casa de parente, mas, ele tinha que viver aqui que é a casa dele e não por aí (silêncio). (DÁLIA).

A impossibilidade de viver esse padrão coletivo de “união e entendimento”, em seu núcleo familiar gera um desconforto, é o que parece indicar Dália, quando lamenta a ausência de um dos filhos em sua casa, por problemas de relacionamento com a irmã. Hortência, por sua vez, admite a possibilidade dos conflitos com algo presente na convivência familiar, mas, isso pode ser neutralizado pela afetividade entre os membros da rede. É preciso considerar que as idéias são verbalizadas num clima da entrevista, num exercício que requer certa elaboração, o que me leva a suspeitar dessa idéia de família como um modelo idealizado de relação familiar, distinto da realidade que vivenciam. De todo modo, o que parece significativo é que as avós compartilham da noção de família como espaço coletivo, de união e convivência solidária que lhes dá sentido de pertencimento social ao grupo e, a partir deste, à vida social.

“[Então acredita que concretizou este projeto de família] **É, graças a Deus, lutamos muito pra criar nossos filhos, nunca faltou condições** ..... Acho que sim, esse daqui então, meu Deus do céu! (aponta para a casa anexa, onde mora o filho caçula) ..... **São muito dedicados às famílias. Todo mundo daqui, eles acham muito bonito nossa família**” (AMETISTA, 51 ANOS).

[E qual é sua idéia de família?] Primeiro lugar, eu digo pra eles, **eu brigo, eu falo, mas, ..... eu não sei viver só!** Então, eu tenho isso comigo. ....**eu cuidei da minha mãe, num determinado momento eu fui o braço, a perna, a cabeça, a boca, tudo, carregava pra lá e pra cá, meu marido, a mesma coisa.** ( .....) se eu chegar a ficar nessa situação, vocês me

ponham num asilo! (risos ) [Eles não concordam com a idéia do asilo, o que dizem?] Não, a senhora acha que vamos ter coragem de lhe jogar num asilo! **Quer dizer que Deus o livre eu ficar nessa situação, eles estarão cuidando da vida deles, não sei se eles terão a disponibilidade que eu tive pra cuidar deles!** Eu fiz tudo isso, porque a situação me permitiu que eu fizesse. [Mas a senhora também trabalhava e não cuidou?] Não sei! ..... [Não está cuidando deles para que eles cuidem depois?] **Uma coisa eu estou contando com eles, que não me deixem só!** (muitos risos, por assumir sua expectativa de reciprocidade) (ESMERALDA)

Nesse sentido, a família é percebida como valor central na mediação com outros valores, com regras de boa conduta e de sociabilidade espelhadas na relação com o grupo e a sociedade. Para Sarte (2003) é justamente esse eixo moral que define a família para os pobres. Na percepção das avós engloba noções de respeito, solidariedade, satisfação material e, principalmente, satisfação afetiva, vínculos de confiança e de pertencimento que estão subjacentes ao compromisso de cuidado e de proteção recíprocas, ou seja, geram sentidos de dever e obrigações para com a manutenção do grupo. O legado das avós contribui na internalização do capital simbólico e no habitus das novas gerações. Ao serem questionadas sobre a transmissão deste valor para os netos, elas acreditam que o fizeram não somente na forma de um ensinamento discursivo, mas, que também procuram vivenciá-lo na relação familiar cotidiana, e assim, legitimar essa transmissão.

“[A senhora acha que passa isso para as crianças, esse sentimento de união?] **Acho que sim** ..... É, não sou dessas espoletadas que fica falando por aí. **Quando ela não está aqui é a maior harmonia, calmo para caramba!** (referindo-se à filha, visivelmente explosiva e agressiva com as crianças, incluindo o bebezinho), **até eles ... vovó tal coisa, vovó tal coisa.** (DÁLIA).

### 3.3.2. Os legados de Honra e Trabalho.

“Só que eles não gostam que eu conte, principalmente, os homens, que eu conte que eu trabalhava. **Mas, não é vergonha trabalhar como doméstica?** Pra mim é orgulho”. “**Então eu**

**tenho esse orgulho de dizer que eu cheguei a trabalhar em três casas de família.** Eu trabalhava 2ª e 3ª numa, 4ª e 5ª noutra na 6ª e sábado noutra, **mas, eu nunca vendi o meu corpo para criar meus filhos, Graças a Deus! (...)** (AMARÍLES).

A mediação de valores morais pertinentes a esses legados de honra e trabalho tem grande significação simbólica nas relações interpessoais nessas redes, pois articulam o poder e a autoridade na família com o lugar de provedor econômico e, na mediação com o contexto sócio-cultural e as outras esferas sociais. O trabalho é a base concreta da remuneração e do ganho para a sobrevivência da família que legitima essa autoridade do provedor e é fonte de prestígio e poder na rede social dos pobres. A noção de honra, segundo Fonseca (2004), remete ao orgulho, no sentido de construir uma auto-imagem positiva, credibilidade e prestígio social, a honra é um bem fundamental na relação de troca entre esses sujeitos. Na percepção de Amaríles e de Hortência poder criar os filhos através do trabalho honesto, mesmo como pobres, lhes garante status de mães honradas e coroa o enlace desses valores na transmissão para os filhos. Para elas o orgulho pelo ganho honesto, suplanta a vergonha pelo trabalho precário e sem prestígio social, além disso, distingue moralmente esse grupo, em relação a outros, com escolhas inadequadas ao ethos de trabalhador honrado.

“Eu criei meus filhos noutro jeito, lá no interior. [Então percebe uma diferença da época de seus filhos?].... **faziam vendas na rua, tudo, tudo eles faziam vendiam saco, vendiam cheiro verde ..... sim, aqui em Belém.** (HORTENCIA).

Os valores associados à honra, além do orgulho, são honestidade, responsabilidade e senso de dever, eles reconstróem uma imagem mais positiva e socialmente reconhecida, em oposição aos estereótipos da pobreza. No âmbito do sujeito, imprime-lhe respeitabilidade e orgulho, com se refere Amaríles em relação ao trabalho doméstico, e Hortência sobre a venda ambulante dos filhos, ambos de menor valor social e econômico, portanto, um significado distinto de trabalho em outras classes sociais. Sarti (2003) acredita que é trabalho muito mais que um instrumento

de subsistência, mas, constitui o substrato da identidade masculina e, por conseguinte, o lugar de provedor da família entre os pobres, o que explica as avós se reconhecerem como “homem da casa” ao assumirem a manutenção econômica dos filhos.

Da mesma forma, o trabalho feminino fora de casa também é mediado por seu valor moral, além do que as funções articuladas ao cenário doméstico, como é o caso das avós na pesquisa, não são percebidas de menos valor, visto que asseguram o cumprimento às obrigações morais. No caso das mulheres pobres solteiras e abandonadas pelos maridos, o trabalho ganha um sentido especial de honra e afirmação de si, de orgulho porque conseguiam criar os filhos de forma honrada (cf. SARTI, 2003). É exatamente o que expressa Amaríles, o seu orgulho em oposição à vergonha dos filhos, dada sua condição de trabalhadora doméstica. Nesse universo, a noção de exploração e precariedade do trabalho é relativa, se ele permitiu a reprodução do grupo e foi ganho de forma honesta. O reconhecimento da exploração do trabalho, dessa remuneração precária e sem vínculos trabalhistas, inabilitando-as ao processo de aposentadoria junto à Previdência Social só hoje é percebido, em razão das experiências de vida e novas disposições incorporadas nesse percurso.

“Iche! Nem pense, **olhe era doméstica - trabalhei em casa de família** – eles, os meus filhos, eles não gostam que eu fale conte essa estória, porque quando o meu filho menor tava com 6 meses, **o pai deles foi embora. Porque eu era pra tudo! Era pra médico, era pra roupa, era sapato, o dele era só para comida. .... então eu vivo para eles**” (AMARÍLES).

Portanto, o ganho e a honra compõem o fundamento da autoridade moral na dimensão simbólica que essa autoridade é investida na lógica familiar dos pobres. No entanto, ela não se esgota na figura masculina, pois, o seu exercício é compartilhado dentro do grupo, haja vista que, à mulher cabe exercer a autoridade sobre a casa (é a dona de casa) e ao homem a autoridade sobre a família (o dono da família). São instâncias complementares que inscrevem a honra masculina e a honra feminina na mediação da família com as demais esferas sociais. Nota-se, enfim, que essas mediações de valores e regras morais espelham as oposições entre o

mundo privado, ou da casa e o mundo público, da rua, associados aos atributos de gênero, como elemento englobador na relação simbólica entre os espaços da casa e da rua (cf DA MATTA, 1987; SARTI 1997, 2003).

➤ **O valor o estudo e “projeto de ser alguém na vida”.**

**“Eu quero que eles estudem não é, para ser alguém na vida, não é, assim com eu ajudei eles, eu quero que eles me ajudem, já perdi mais de .... hoje em dia aquele que não tem um estudo, não tem um emprego que preste.” (DÁLIA).**

O valor do estudo é percebido pelas avós como possibilidade de melhoria no ganho econômico para essa geração de netos, mas, também com a possibilidade de ser revertido para a rede. É dessa forma que Dália concebe a mediação do estudo na lógica da reciprocidade de deveres. A noção de projeto que engloba “ser alguém na vida” na ótica dessa avó ancora-se no fundamento moral da obrigação de retribuir e não de acumular para si, portanto, não denota um projeto individual, de uma carreira ou de ascensão ou de “subir na vida”, embora se concretize individualmente (cf SARTI, 2003). Para Dália, a possibilidade de o neto com o estudo arranjar “um emprego que preste” para ajudá-la, indica uma remuneração melhor a ser compartilhada com a família. Atualmente, todos os netos estudam em escolas e creches públicas e têm o acompanhamento dessas avós, alguns desses jovens já cursam o pré-vestibular.

A percepção sobre o valor do estudo como um legado simbólico está muito presente nessa relação do cuidado, tendo em vista, a sua própria experiência.<sup>74</sup> As oportunidades de escolarização na infância e juventude foram menores para esta geração de avós, a educação pública era mais precária e de difícil acesso para todos, seja na área rural ou urbana, a

---

<sup>74</sup> Pérola, Safira, Violeta, Hortência e Vitória Régia freqüentam o Programa Brasil Alfabetizado que funciona o CRAS e algumas declaram sua escolaridade como analfabetas funcionais.

educação feminina culturalmente não era valorizada, em relação à socialização para a vida privada. O mesmo ocorreu com as gerações dos filhos que vivenciaram praticamente as mesmas restrições econômicas e educacionais, com a inserção precoce no mundo do trabalho, sem disponibilidade para finalizar o ciclo de escolarização, embora “pouco estudo” assegure a sobrevivência honesta e digna. A percepção de Amaríles sobre as nuances de identidade de trabalhadores e provedores dos filhos, remete a esse valor, à efetividade de sua transmissão.

**“O filho mais velho é que menos sabe ler. [Porque parou de estudar para trabalhar?] É, mas, é o mais sabido dentro da profissão dele, porque graças a Deus! todos quatro têm uma profissão, todos quatro! E a profissão deles dá para ganhar o dinheirinho deles, mas, os outros não, os outros estudaram melhor um pouco e, ele não, porque começou a trabalhar muito cedo, as três meninas mais velhas também...” (AMARÍLES).**

**“Eles só não tiveram muito estudo porque eu também não tinha tanto, nesse tempo era mais difícil. [Agora é mais fácil?] É, ..... mas, eu mandei educar assim pra eles tirarem um diploma, o outro não, ele estudou muito, era até professor de matemática ..... ele estudava muito ..... [E os seus netos?] É eles..., mas eles gostam de estudar Graças a Deus! Eles não estão me dando problemas pra estudar ..... Tem uma que está fazendo cursinho pro vestibular, o outro na 5ª série e o outro no 3º ano ..... estão todos, porque se hoje não tiver um estudo, não tem nada né? É porque às vezes tem o emprego, mas, a pessoa tem que ter o estudo né. (HORTENCIA)**

Para Velho (2004) a noção de projeto como ato consciente requer um cálculo e a tradução por meio da linguagem nos domínios de seu contexto, assim, tem uma dimensão coletiva articulada a um projeto social, um coletivo como a família, a classe social, circunscrito a um campo de possibilidades históricas e culturais. É nessa relação que penso o sentido do “projeto de ser alguém na vida” através do estudo para os filhos dos pobres, traduzido como a conquista de um emprego e um ganho econômico melhor, um bem a ser doado e retribuído coletivamente. No entanto, os limites estruturais que se inscrevem no mundo do trabalho e a sua posição de classe podem desconsiderar o esforço e a qualificação

profissional desse jovem, como os filhos de Ametista, que mesmo como a formação secundária e outras habilidades técnicas, não viabilizavam o projeto de um emprego melhor.

“Olha Graças a Deus **meus filhos estudaram, todos dois se formaram, concluíram o 2º grau deles, fizeram curso de computação, de enfermagem o meu filho mais velho se formou, aquela foto é a colação dele.** [Ele está trabalhando com a enfermagem?] **Não**, não, ele estava na Visão .... **porque ele andou tudo por aí, distribuiu currículo em toda Belém, mas, é difícil** ... passou 07 meses lá, agora o sogro dele comprou uma Kombi e ele está dirigindo ela, ..... **ele tem carteira de motorista.** (AMETISTA).

Portanto, o projeto de estudo com um caminho para ser alguém na vida só tem sentido nessa lógica familiar, na articulação dos valores de trabalho, honra, ganho honesto e trocas e obrigações morais, revertendo em melhorias coletivas para o grupo e na rede social. Para Sarti (2003) a concepção deste projeto se distingue do projeto de “subir na vida”, de ascensão sócio-econômica centrado numa lógica individualista, pois, melhorar implicaria ver toda a família progredir. Penso também que a importância desse legado é ressignificada na relação de cuidado com os netos, porque cria as condições objetivas e simbólicas da retribuição, da ajuda ampliando os recursos da sobrevivência na família e, posteriormente, também na assistência a essa avó na velhice tardia.

### 3.3.3 O valor da fé e o emblema das lutas.

“**Só teve um filho que me deu trabalho** ..... ele largou a farda, foi até preso, a policia veio buscar ele dentro da minha casa e deu deixei ele ..... **mas, depois disso, graças a Deus**, mandei ele embora para Macapá, ele foi para pra casa dessa minha filha, a Mª O., **e Deus foi tão maravilhoso que me deu um premio né, graças a Deus! Meu filho está bem ..... tem a família dele e vai vivendo né**” (HORTENCIA).

Historicamente, a dimensão da espiritualidade humana e da relação com o sagrado se faz presente nas diferentes sociedades, desde as mais simples às formas mais complexas de organização social. Dentre as crenças e valores e que atravessam as narrativas da pesquisa, o

valor da fé me parece um legado “ontológico” à percepção de mundo, ao habitus que modela fortemente a sociabilidade dessas avós na relação com todas as esferas sociais. Esse valor se expressa no reconhecimento de uma intermediação da “graça divina” na existência concreta desses sujeitos. A princípio me parece que a representação dessa fé se distancia da prática religiosa, embora, todas declarem suas religiões como católicas, exceto Safira que é evangélica. Essa intermediação se objetiva nos diferentes circuitos das trocas materiais e simbólicas que estabelecem na rede e na sociedade enfim, como dádiva especial do cuidado que elas recebem desse poder divino.

“Tu vais trabalhar aí pra nós, **até Deus abrir a porta de um emprego pra ti**, porque estás desempregado e **precisa de ajuda ...**” (SAFIRA, 64 ANOS).

Dessa forma, me parece que o valor da fé permeia todas as nuances relacionais e perceptivas dessas avós, como força propulsora que move à luta pela sobrevivência cotidiana da família. Um poder superior que transcende a sua impotência frente a desamparo emocional, material e institucional de outros níveis de poder, diante da sua posição de classe e da percepção da realidade centrada na ordem da natureza, dos costumes e da honra, em oposição às leis e regras humanas, que desfavorecem os pobres, gerando a descrença na justiça dos homens (cf SARTE, 2003). A benção de um emprego para o filho e a cura para sua dor de amor de Safira, a recompensa divina esperada por Dália em retribuição ao cumprimento do dever de cuidar dos netos, especialmente, do pequeno J., como também a expectativa de justiça pela morte de seu filho, indicam as possibilidades de sua mediação.

“..... **aí olhe**, ele só levantou do sofá, fui no guarda roupa pegou todas as roupas dele, botou dentro duma mala, pegou as ferramentas botou **no ombro e foi embora .....** **eu sofri...** aí eu dizia assim pra mim: **Deus: tu vais ter que tirar esse homem do meu coração, não agüento mais toda noite sonhar, ver esse homem, aí eu comecei a orar, orar, tira ele, tira ele pra sempre, do meu coração!**’

‘Faz 23 anos que ele foi embora, **me lembro com se fosse hoje... (...)** (SAFIRA).

“E eu não tenho dinheiro, a única coisa que eu tenho é essa casa. **Aí eu vendo essa casa e dou para a policia ...** a polícia vai e prende o assassino. Passa um mês, dois meses, a família do assassino puxa mais dinheiro e dá para eles **e aí, aonde é que fico com meus netos, vou para baixo da ponte... não pode né! Eu entrego na mão de Deus, a justiça do céu tarda, mas, não falha! Um dia a justiça será feita!**” (DÁLIA).

Portanto, esse legado se revela na percepção de diferentes domínios da experiência de vida narrados a partir desse valor, da crença nesse poder como o ponto de partida e a linha de chegada. Ele concede a benção, recebe o sacrifício da luta e retribui com sua graça. Através da benção do emprego, da saúde, da casa, dos filhos criados, da vitória das lutas, a cada benção realimenta o sistema de dádivas. Da mesma forma, ele se faz presente no circuito de trocas e do cuidado com os netos, com a família. Suponho que o legado da fé projeta valores éticos como justiça e igualdade, o valor do sacrificio, das lutas e da virtude num campo diverso da lógica da vida pública, da cidadania e, sim, da esfera divina, sobre natural. (cf. SARTI, 2003), como sustento das relações dessas avós com o outro e com a sociedade, no testemunho desse legado, como justificam Hortência reproduzindo os diálogos com o marido e depois com seu neto e Dália diante da crítica de sua colega de trabalho, a seguir.

“O meu marido às vezes diz: .....**Tomastes à frente... fostes tomar conta, agora tens que agüentar, porque eu dou muito apoio pra eles, sabe.** Tu que és culpada, ele diz, mas, eu gosto dos meus netos! ..... **eu tenho que dá meu jeito, sabe eu quero antes dar do que eles mexerem... eu gosto muito dos meus netos mesmo. E eu acho que eles gostam de mim também, tem um que eu crio,** é o filho da A., ele diz: **vovó eu peço tanto pra Deus lhe dar muitos anos de vida, porque se a senhora morrer, com é que vai ser... a mamãe não está aqui, porque a senhora é quem nos dá apoio, nos ajuda, dá as coisas.** [A. está em Goiânia?] **É,** eu digo, **ah, Deus é quem sabe não é,** pode ser até amanhã o dia da gente, não é? (HORTÊNCIA).

“Lá no meu serviço tem uma que diz que: **ela, logo ela! que não vai cuidar de neto nenhum, ela já cuidou dos filhos,** agora vai cuidar de neto, cuidar do filho dele também? (ela entoa a

frase com a ironia da colega). [E a senhora concorda ...?] É a gente fica olhando né, todos os gostos não são iguais né! **É... cada cabeça pensa de um jeito... É... um dia Deus... (silêncio) um dia, como diz o ditado: Deus vai me dá a recompensar.**” (DÁLIA).

➤ **O emblema das lutas: resistências e vitórias**

Ao identificar os legados transmitidos por essas avós, destaco o emblema das lutas que juntamente com a fé são recorrentes em todas as narrativas, enfatizando um conjunto de limitações e desafios na trajetória dessas mulheres. Pareceu-me que essa marca empresta maior valor às vitórias e a tom de suas narrativas. As lutas e a vitórias alcançadas se revestem de grande significado simbólico não só no âmbito de suas biografias pessoais, mas, no contexto familiar e de classe social e da própria condição feminina. Aliás, essas duas dimensões da luta são percebidas e se alternam na ênfase de cada episódio, seja a luta para conseguir a moradia, a luta pelo trabalho ou a luta pela sobrevivência, a luta para criar os filhos num contexto de grande dificuldade material e econômica, a luta pela justiça, a luta por melhorias urbanas.

“[Tem notícia dos assassinos?] Eu não sei de nada, é como diz o ditado: **“pobres não tem vez, são recriminados, pq não têm dinheiro,** como diz o outro homem, quem não têm dinheiro”..

No discurso de Safira, em momentos diferentes de sua narrativa, parece situá-la no horizonte de lutas em duas perspectivas e que convergem para o mesmo sentido das lutas que outras avós. A primeira delas situa-se no nível concreto dos embates para a sobrevivência e o gerenciamento da vida doméstica, a maternidade e a inserção social e política<sup>75</sup> e a melhoria de vida. A segunda remete à esfera da subjetividade, do habitus, para ampliar os recursos cognitivos, emocionais para se fortalecer e, se possível, vencer as diferentes formas de opressão, embora não tivessem essa percepção naquele momento. Penso que representação da

---

<sup>75</sup> Algumas mulheres desse grupo de avós participaram de movimento popular de bairro na luta pela moradia, nas décadas de 70-80.

luta engloba a extensão dos desafios enfrentados e a satisfação pelas conquistas, valorizando cada passo, cada iniciativa e todos os sacrifícios empreendidos na jornada até a vitória.

“..... Eu ia trabalhar na fábrica e olha: vão invadir a terra! **Aí eu ia de noite e marcava um terreno**, de manha, ia para a fábrica trabalhar. Quando eu voltava a noite, não tinha mais, já tinha uma casa lá, aí, eu ia e marcava outro, **eu sei que eu passei 15 anos nessa luta, mas, consegui meu terreno, depois de uma luta**. ..... morava com meus pais em casa alugada”

“Eu disse ah! não dá mais certo, não dá mais certo! **Eu sou uma mulher trabalhadeira (sic), uma mulher lutadora, por tudo, já lutei pra conseguir esse terreno nessa área**, todas as pessoas, os trabalhadores, pessoal da universidade tudo com... nos fazia aqueles ajuntamentos. (Uma vez me tiraram pra delegado e meu ex-marido não deixou eu viajar pra São Paulo, e tiveram que botar outra no meu lugar) Aí agora não dá mais certo... **meus filhos já são criados, ainda são tudo pequeno, mas, eu dou conta de criar eles**, tu não quer acordo comigo, **então pega tuas coisas e vai te embora ....**” (SAFIRA).

Essa perspectiva de luta, sacrifícios e renúncias no âmbito pessoal e familiar é mais presente em narrativas das avós que ficaram sozinhas, com a responsabilidade de criar ou “acabar de criar” esses filhos, sem o aporte econômico de maridos, companheiros e de outras redes de solidariedade. Assumiram um papel distinto do lugar internalizado como feminino, de suas disposições nesse contexto familiar, em condições materiais e econômicas adversas, sem o aporte da rede pública, sem falar no desamparo emocional para o enfrentamento solitário dessa luta e das batalhas da sobrevivência cotidiana. Para Sawaia (2007) as emoções têm significados sociais e a desafiiação de vínculos de pertencimento, a experiência de ser alvo de preconceitos e dos estigmas sociais produzem sentimentos de desvalor, de vergonha em razão da pobreza e da exclusão social, de “não ter vez”, como diz Dália, diante da injustiça com os pobres.

“[Tem notícia dos assassinos?] Eu não sei de nada, é como diz o ditado: **“pobres não tem vez, são recriminados, porque não têm dinheiro**, como diz o outro homem, quem não têm dinheiro”..(DÁLIA).

Santos (2002) assinala a ambigüidade que marca o cotidiano das famílias pobres, em especial, das mulheres diante da centralidade do papel de mãe na família que retém a mulher na casa e, ao mesmo tempo, a necessidade da sobrevivência do grupo exige que ela esteja na rua. Entretanto, a ocupação do espaço da rua, ganha proporções e cenários diferenciados em função de cada “objeto” de luta, na mediação esferas pública e privada. Penso que, os deslocamentos de cenários de luta colocam em evidência, também, as estratégias coletivas de lutas e resistências, bem como, de ressignificados que conseguem imprimir em suas lutas e experiências coletivas, como mães e mulheres pobres. No caso dessas avós depois da criação dos filhos e da sobrevivência familiar, a referência mais forte que aparece nos discursos, sem dúvida, refere-se à luta pela moradia, principalmente, entre aquelas de menor capital econômico, aliás, esse desafio atravessa os diferentes segmentos de classe social na realidade brasileira, porém, ganha dimensões dramáticas para as famílias pobres.

“**Nós lutamos muito pra conseguir isto aqui**, muito mesmo! Muita briga com o marido teve (risos), porque tinha reunião de noite e ele ficava aborrecido porque **terminavam tarde as reuniões** né, mas, ... **tinham as passeatas...**” (AMETISTA).

Nessa medida, também sua conquista tem sabor especial de vitória que é celebrada como o bem coletivo mais valioso no circuito das trocas nessas redes sociais. A rigor, a força e o êxito dessa luta podem ser coroados em níveis diferentes, tanto pela aquisição do bem e sua utilidade coletiva, como também, pelo valor simbólico dessa conquista. O reconhecimento do mérito subjacente a esse ganho tão almejado é partilhado com a providência divina e à aliança com outros atores coletivos realçados nos vínculos do pertencimento a sua rede e à comunidade.

“..... a gente morava lá na Limoeiro, tinha o Centro Comunitário de lá e depois vendemos lá. Tinham as passeatas, ..... e aí, nos lutamos muito, **fiquei muito feliz quando conseguimos o terreno, era minha 1ª casa, meu marido que construiu, eu ajudei ele a fazer também...** (AMETISTA).

“[Como foi que conseguiu o terreno.....?] **Foi na luta dos moradores** ..... Eu moro há 50 anos. Pra mim construir essa minha casa, depois que meu marido morreu, faz 15 anos. **É 15 anos que eu tenho de lutar.** (PÉROLA)

“Eu digo: eu, não pretendo vender a minha casa nunca daqui! Porque **foi uma luta muito grande pra eu ganhar essa casa.** Eu pretendo é construir ela todinha e morar, pra eu sair um dia daqui, mas, tenho que deixar um morando lá.” (SAFIRA).

A narrativa de Amaríles, abaixo, me parece paradigmática entre as narrativas dessas avós, por representar a luta das outras avós, na medida do que lutou para criar os seus filhos agora se sente recompensada. Hoje eles são independentes, situados no seu lugar dentro da família e das referências em que ela concebe esse lugar num determinado padrão de conjugalidade. A persistência na luta por manter a família unida, na força para trabalhar, o êxito e o orgulho em ter conseguido criar os filhos, transmitir-lhes ensinamentos e cumprir o seu papel matizam o coroamento e o sentido dessa luta, fechando um ciclo dentro do que lhe competia no primeiro núcleo familiar.

“... Tem 20 anos que eu moro aqui... **lutamos e nós construímos aqui, é Graças a Deus!**” (AMARÍLES).

“.....Eu tenho duas filhas do primeiro casamento depois eu me casei e tive mais sete filhos, são quatro homens e cinco mulheres ..... **com muita dificuldade Graças a Deus!... lutei muito, com muita dificuldade, as mulheres têm seus maridos e os homens suas mulheres,** cada um vive na sua dependência né”.

Retomo aqui a idéia de Santos (2006), em que se refere à potencialidade do cotidiano e das lutas dos pobres urbanos, circunscrita à noção de território vivido, como estado de vida ativa, de resistência à opressão em formas de luta e de trabalho. São atores ativos que expressam também a sociabilidade urbana nessa luta diária pela sobrevivência e assinala que “A sociabilidade urbana pode escapar aos seus intérpretes, nas faculdades; ou aos seus vigias, nas delegacias de polícia. Mas não aos atores ativos do drama, sobretudo, quando para prosseguir vivendo, são obrigados a lutar todos os dias.” (Santos: 2006,132).

Para concluir, percebo que os valores morais articulam imagens e noções subliminares à linguagem e ao código moral dos pobres e que circulam na narrativa das avós, imbricados na dialética das trocas e partilhas cotidianas dentro da lógica da solidariedade que institui o sentido da família e os modos de pensar e agir desses pobres no mundo - habitus da classe. Assim, os legados de família, da fé, os legados de honra e trabalho se fundem no jogo de representações e práticas sociais no circuito das trocas geracionais. De modo especial, se articulam a autoridade moral e o papel de provedor econômico, lugar ocupado pelas avós em suas redes sociais assegurando o poder sobre os netos e a rede familiar, na transmissão desses legados, assim como, se remetem às identidades sociais. Partindo dessas noções e dos valores morais tentei compor um “mosaico” dos significados para a sociabilidade relacional, como neste desenho:

“Deve-se **obdiência e respeito** à **autoridade** e a **experiência** dos mais velhos, quando se “está debaixo de seu poder”, “comendo de seu pirão” e “tem que rezar na sua cartilha”, porque “quem dá o pão, dá o embrulho” e também “**honra a sua família**”, com **responsabilidade** para “**cumprir** suas **obrigações** e seu o **papel**” sendo “**mãe honrada** e um **pai de família trabalhador**”. “Estudar para ser alguém na vida” e “**não ser bandido**, acabar na cadeia ou no cemitério”, para “ganhar o pão de cada dia” com o “suor do próprio rosto”, por meio do “**trabalho honesto**”, “**ir sobrevivendo como pobre**”, mas, “sem morrer de fome”, com **orgulho** de “não vender o corpo”, de “**não dever nada** a ninguém” para manter o “**nome limpo**”, sem “manchar a honra e o nome da família”. **Retribuir** e “**não largar a casa** e a família” e “**nao abandonar o outro**”, porque ele é “**sangue do seu sangue**”, em **gratidão** ao “**sacrifício e à luta**”, sem trégua dos pais e agora dessas avós para **garantir a “sobrevivência e a união** da família”, com a presente e incontestável mediação da “**graça divina**”, afinal um dia, “**Deus vai dar a recompensa**”, porque a sua **justiça, tarda, mas não falha**”.

## CONCLUSÃO

“Pra ser uma avó, pra cuidar de netos, a gente tem que ter muita paciência pra cuidar dos netos, porque eles são muito tolos, muito tolos! ... Amor, demais! Olhe, por exemplo, o V.: [bisneto, 05 anos] ele levanta, acorda cedo pra sair pra escola, aí ele diz: ah! minha mãe eu quero café com tal coisa! eu vou ter que fazer aquilo, o que eles me pedem... eu posso estar ocupada, mas, eu largo tudo que eu estiver fazendo, aí os outros dizem, ah, a senhora que acostuma (risos), ah!, neto criado com avó é um carinho que não acaba mais ...” (PÉROLA, 71 ANOS).

Ao concluir a tese me confronto com último desafio desse percurso acadêmico que finaliza um ciclo da pós-graduação e que teve início bem antes do projeto e da pesquisa de campo, como foi indicado na introdução. Sem dúvida, uma face deste desafio se refere à possibilidade de construção do conhecimento, de apreensão da realidade a partir de um determinado ponto de vista estabelecer generalizações sobre um universo mais amplo. Nesse sentido, destaco que o confronto de idéias entre diversos autores do pensamento social contemporâneo sobre o tema e as narrativas das avós cuidadoras de netos, da pesquisa de campo, mostrou-se um diálogo profícuo na apreensão das questões levantadas na tese, estabelecendo correlações em diferentes campos sobre a lógica familiar que rege a percepção e a experiência, o sentido e o modo de viver a relação familiar entre os pobres.

Assim sendo, retomo o ponto de partida desse estudo, no que diz respeito ao lugar das avós que cuidam de netos na dinâmica familiar nas redes sociais dos pobres urbanos. A questão em análise é: **o circuito das trocas de ordem material, afetiva e simbólica como bens do cuidado gerenciados pelas avós, constituem-se práticas de afirmação dos laços de reciprocidade geracional nas redes de parentesco?** Uma indagação subsequente, diz respeito a constituição de identidades, sociabilidades e ao legado geracional transmitido por

essas avós, mediado pelas referências de gênero, geração e classe social. Nesse momento de síntese, retomo ainda o lugar social que orienta minha análise sobre o universo familiar em estudo, ou seja, as famílias pobres como um lócus privilegiado da intervenção do assistente social, na medida em que, este profissional, historicamente, se revela um agente interlocutor entre a família e as políticas públicas.

Apresento, inicialmente, a síntese do resultados sobre a dinâmica familiar narradas pelas avós, em que situam o lugar de cuidadora no circuito do cuidado de netos:

- O primeiro destaque que faço refere-se à lógica da sociabilidade relacional que estrutura a dinâmica familiar das redes sociais dos pobres no cenário urbano. Essa estrutura de redes abriga as famílias extensas dessas avós, com três gerações e em dois casos com quatro gerações, devido a presença de bisnetos que convivem no mesmo espaço domiciliar. Enlaça o grupo na teia de obrigações e de trocas recíprocas, com base no princípio moral do dever para com a parentela, valorizando o elo de “sangue”, como também, o elo da “criação”. Esse senso de dever com a parentela é o que levou essas avós a acolherem os netos e os filhos adultos quando recorrem ao suporte dessa rede social, pois, não se pode renegar alguém que é do mesmo sangue, ou está necessitado de ajuda. Essas categorias traduzem o sentido da solidariedade relacional, criando um laço de gratidão moral;

Nas situações de grande vulnerabilidade econômica e social dessas famílias, a constituição desse sistema de famílias em rede torna-se uma alternativa de reprodução social coletiva, além da participação de outras redes de apoio e a rede pública de serviços básicos. No caso da pesquisa, os grupos se concentram em torno e referência espacial da casa dessa avó ou da mãe, da sogra e de sua autoridade. A sobrevivência do grupo e manutenção da própria rede são prioridades, o que dificulta ou inviabiliza a expressão do indivíduo, em contraponto à racionalidade utilitária e ao ethos individualista que prevalecem em outros contextos. Assim, a construção de projetos e de trajetórias individuais circuncrevem também

um horizonte coletivo, como a busca por emprego melhor salário através do estudo e recursos econômicos mais elevados se revertem para o coletivo, para a família,

- O segundo aspecto, refere-se ao lugar social que essas avós ocupam na gestão de bens do cuidado, na dupla condição de cuidadoras de netos, de responsáveis e provedoras econômicas dessas redes (individual ou compartilhada) é incorporado pelas avós na lógica de obrigações morais com a parentela. É percebido como é extensão das funções maternas e domésticas pertinentes ao seu lugar na família e, por conseguinte, no exercício do papel de mãe e dona de casa na família como lugar do feminino, bem como, pelo valor da maternidade como atributos da identidade de gênero que unificam o habitus geracional dessas avós.

Essa categoria é central na percepção desse lugar avó e cuidadora, mediada por suas referências de gênero, geração e classe social, para sua identidade feminina. O lugar social de cuidadora situa essas avós nas funções educativas e de socialização infantil na transmissão de legados, tanto quanto, na hierarquia familiar, na fusão de laços de afeto do cuidado, sua autoridade moral e a condição de provedora econômica exercida pela maior parte das narradoras. No entanto, a experiência desse deslocamento de papel social na rede familiar não altera as disposições internalizadas quanto à segregação dos papéis conjugais.

- O princípio da reciprocidade do sistema da dádiva entre dar, receber e retribuir contribui para tecer as obrigações morais nessa sociabilidade de dádiva, assim como, as alianças interpessoais, entre gêneros e as gerações. Essas trocas incluem os bens materiais e, principalmente, os bens simbólicos, como prestígio, proteção, afetos, poder, favores, nem sempre retribuídos imediatamente. Portanto, as relações de troca nessa rede social não excluem o jogo de interesses e as expectativas de retribuição. Na pesquisa, identifiquei duas tendências de alianças e de laços afetivos dessas avós nas suas redes e que dizem respeito à identidade feminina e correspondem aos papéis sociais na família:

- Laços entre gêneros, com ênfase nas alianças entre hierarquia e posições da parentesco, entre mães e filhas, sogras e noras com laços de proteção, cumplicidade, de reconhecimento e gratidão, além de trocas de bens materiais que fortalecem o valor da maternidade e de outros legados femininos.
- Laços entre gerações, com ênfase para a aliança com os netos adolescentes na expectativa de receber a proteção e o carinho masculino, reconstruindo laços de afeto, de toque e cuidado mútuo, sepultados na experiência de abandono conjugal e a negligência amorosa de outrora, especialmente, por parte de maridos e companheiros.

- A relação com o sistema da dádiva e o circuito do cuidado também me parece pertinente, em razão da natureza diversa de bens trocados, entre bens materiais, pessoas e bens de valor espiritual. A circulação de crianças como dádiva a ser partilhada na rede da parentela é, sem dúvida, uma das práticas marcantes nessa classe social, que aparece na pesquisa, representada no universo familiar dessas avós, através da criação dos netos. O que me permitiu, inclusive, problematizar e realçar o objeto da tese, evidenciando a circulação na biografia das avós, em diferentes posições da rede social, como um padrão legítimo de relação com os filhos e de vínculos maternos. Entre os bens do cuidado encontram-se as práticas da maternagem cotidianas e os bens simbólicos, com as trocas afetivas e os valores morais como legado ou a herança geracional dessas avós.

- Entre os legados que circulam nessas redes sociais pesquisadas, em Belém, foram evidenciados principalmente os legados de família, de honra, trabalho e fé, além do valor do estudo e das lutas. A centralidade da família no universo simbólico das avós e da classe social dos pobres, como já foi explicitado na sociabilidade relacional, é o pólo de articulação aos demais valores morais, especialmente, o legado das lutas que essas avós se referem ao volume

de capitais que disponibilizaram nas formas concretas de viabilizar a manutenção desse grupo. Essa transmissão da herança simbólica fortalece a reciprocidade geracional e a cadeia em circulação de bens doados e retribuídos, mediadas pelo valor moral da gratidão. A mediação dos valores morais e das obrigações atravessa as percepções e narrativas, revelando também as ambigüidades e as contradições no cotidiano dessa rede e da experiência dessas avós. Embora as narrativas não tenham evidenciado conflitos e tensões nas relações interpessoais e de poder entre as gerações, penso que elas se fazem presente, da mesma forma que, reconheço todos os riscos, abusos e negligências no universo familiar.

Um segundo enfoque conclusivo, diz respeito à centralidade que a família ocupa nas políticas sociais e, por conseguinte, na mediação com o Estado, para Carvalho (2007) a família e o Estado, através das políticas sociais têm funções correlatas na proteção social e ao desenvolvimento dos indivíduos. No cenário brasileiro, percebe-se também o descompasso entre a representação social e as práticas sociais relativas à família nos diferentes segmentos de classe. Isto se reflete na legislação, na mídia, nas práticas judiciais e nas políticas de atenção à família. O rótulo de família desestruturada costuma ser aplicado às famílias dos pobres, em função de não corresponderem ao modelo familiar conjugal, nuclear, comumente adotado na concepção idealizada de família.

Portanto, sinalizo com necessidade de pensar a família e os pobres, a partir de outra lógica, sem o rótulo de famílias desestruturadas “multiproblemáticas”, porque não se enquadra aos modelos e às condutas pré-estabelecidos, ausência de projetos de vida e que precisam ser assistidos apenas nos limites da sobrevivência. Uma indagação paralela ao objeto me acompanhou nesse percurso, ou seja; qual é o lugar da existência nessa relação familiar e a velhice dessas avós, com vai? Porém, as respostas não estavam dadas, visíveis à primeira narrativa.

Esse exercício de escuta na pesquisa me deixou a certeza de seu valor para compreender e de apreender os sentidos naquele contexto, nas suas referências de classe e de geração, uma sociabilidade distinta. Penso que é importante ouvir a famílias, de pensar junto com elas as alternativas de fortalecimento de seus vínculos e evitar a dispersão do grupo, a partir dessa estratégia de rede social e da sua lógica de solidariedade. E o lugar da existência entre os pobres está posto junto com a sobrevivência, é nessa “luta” cotidiana que a família se encontra, cria laços, faz projetos dentro do seu campo de possibilidades, tem emoções, conflitos enfim, doa, recebe e retribui dádivas. Há “mistura” entre coisas e pessoas com bens do cuidado familiar, razão pela qual a defesa das políticas sociais para a família é pauta cada vez mais presente na agenda do debate do Serviço Social.

Dentro do que foi desenvolvido na tese, particularmente no capítulo III, e apresentado nesta síntese, acredito que muitas questões deixaram de ser analisadas em outras dimensões da experiência e da trajetória de vida dessas avós, por exemplo: a discussão sobre a presença masculina nessa rede e a relação conjugal; a discussão sobre a feminização da pobreza e da velhice; inserção social em outras redes de sociabilidade no bairro e na cidade, a relação de aliança com as filhas e as escolhas afetivas dos “prediletos”, a memória familiar; os impactos dos benefícios sociais na renda familiar e o suporte da rede pública na reprodução do grupo, são possibilidades de novos caminhos para investigação e análise, em momento posterior.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ângela. M. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Ângela M. (org). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Co-edição Espaço e Tempo e Ed. da UFRJ, 1987.

ANOTAÇÕES DO DIÁRIO DE CAMPO, 2007.

APPADURAI, Arjun. **Disjunção e Diferença na economia global cultural**. (s.d.)

ARIÈS, Philippe. **Historia Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BECKER, Berta k. **Amazônia Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BELTRÃO, J. & RODRIGUES, Carmem Isabel. Quando o sabor da ribeira aponta a instituição de identidade(s) em espaço urbano. In TRINDADE Jr, Saint Clair C. & SILVA, Marcos Alexandre P. da (Orgs). Belém: **A cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

BERGER. Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1966. Cap.3-p.: 173-241.

BILAC, Elisabete D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. de (org.). **A família contemporânea em debate**. 2ª ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

BONNEWITZ. Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

BOTT, Elizabeth, **Família e Rede Social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papirus, 1996.

\_\_\_\_\_. **Miséria do Mundo**. (vários tradutores) Petrópolis: Vozes, 1997. p.:693-713.

CAILLÉ. Alain. **Antropologia do dom**. O terceiro paradigma. (Tradução Ephraim F. Alves). Petrópolis: Vozes, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. *et al.* Como Vive o Idoso Brasileiro? In: **Os novos idosos brasileiros Muito além dos 60**. Rio de Janeiro: IPEA, ed. 2004.

CARVALHO, Maria do Carmo de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália F. (orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 3ª ed. São Paulo/IEE/PUC, 2007.

CASEY, James. **A história da família**. S.Paulo: Editora Ática S.A., 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária.** Coleção História do povo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.: 57-87.

COELHO, M<sup>a</sup> Claudia. **O valor das intenções: dádiva, emoção e identidade.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. Cap.1, p.:17-39.

COUTINHO. M<sup>a</sup> Lucia R-. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: LINS DE BARROS, Myriam M (org). **Família e Gerações.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC,1999. Caps. 5 e 6- p.143-2002.

DAMATTA, A família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, Ângela M. (org). **Pensando a família no Brasil.** Rio de Janeiro: Co-edição Espaço e Tempo e Ed. da UFRJ, 1987 1987

DEBERT, Guita Grin. (org). **Gênero em Gerações - Cadernos PAGU (13),** Núcleo de Estudos de Gênero. Campinas: UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento.** São Paulo: EDUSP: FAPESP, 2004.

\_\_\_\_\_. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: LINS DE BARROS, Myriam M. (Org). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 50-67.

DOMINGUES, José Mauricio. **Sociologia e Modernidade. Para entender a sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

DURHAM. Eunice. **Família e Reprodução Humana.** Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ELIAS, Norber. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1994.

FONSECA, Claudía. **Quando cada caso NÃO é um caso.** Pesquisa etnográfica e educação. Revista Brasileira de Educação, 1999.

\_\_\_\_\_. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares.** Porto Alegre. Editora UFRGS, 2004.

FREITAS, Rita de Cássia S. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do caso Acari. **Revista Social & Sociedade,** Ano XXIII, n. 71, setembro, 2002.

GIDDENS. Anthony. **A transformação da intimidade: Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas.** São Paulo: UNESP, 1993.

GOUVEIA, Taciana, **Gênero e cotidiano.** (mimeo, s.d.).

GUEDES, Simone Lahud. **Redes de Parentesco e Consideração entre trabalhadores urbanos:** tecendo relações a partir de quintais. Caderno CRH. Salvador, 1998.

\_\_\_\_ & LIMA, Michele da Silva Casa, família nuclear e redes sociais em bairros de trabalhadores. In: LINS DE BARROS, Myriam M (org). **Família e gerações.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.: 131-163.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Famíliae Proteção Social : questões atuais e limites da solidariedade familiar. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade nº71-Ano XXIII, Especial.** São Paulo: Cortez, 2002. p.: 102-121.

HAREVEN, Tâmara. **Novas imagens do envelhecimento e a construção social do Curso de vida.** In DEBERT, Guita (Org). Gênero em Gerações – Cadernos PAGU (13), Núcleo de Estudos de Gênero. Campinas: UNICAMP, 1999.p.: 11-35.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Questão social. Família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, Mione Apolinário et al. (org). **Política Social. Família e Juventude.** Uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004.

KOGA, Dirce. Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. **Revista Serviço Social & Sociedade.** nº 72-Ano XXIII. S. Paulo: Cortez, 2002. p.:22-52.

LAHIRE, Bernard. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. **Revista Sociologia, Problemas e Práticas.** nº 49, 2005, pp.11-42.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva. **Revista Sociologia e Política.** Nº 14. Curitiba, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1969. p.: 96-109.

LINS DE BARROS, Myriam M. **Autoridade & Afeto:** avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

\_\_\_\_. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. IN: LINS DE BARROS, Myriam M. (Org). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p.: 113-168.

\_\_\_\_. Velhice na contemporaneidade. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). **Família e Envelhecimento.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004 . p.:13-23.

\_\_\_\_. Gênero, cidade e geração: perspectivas femininas. In: **Família e gerações.** (org). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006. p.:17-37.

MACHADO, Selma Suely L. “**Novas Cenas**” para a Velhice: um estudo sóciodemográfico sobre pessoas idosas responsáveis por domicílios familiares, em Belém-PA. 2004, 124 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – ESS/CFCH, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

MACIEL, Carlos A. B. A Família na Amazônia: desafios para a Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** n. 71, Ano XXIII. São Paulo: Cortez, 2002.

- MANHEIM, Karl. **Sociologia do Conhecimento**. Porto: Ed. Ris, vol 2, 1852.
- MARTINELLI, M<sup>a</sup> Lucia. **Pesquisa Qualitativa**. Um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. p.: 11-29.
- MINAYO, M<sup>a</sup> Cecilia de Souza & GOMES, Suely F. D. Gomes. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 26<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1993.
- Ministério do Planejamento e Orçamento/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 2000. Características da População e dos Domicílios – Resultado do Universo**. Rio de Janeiro, 2001.
- MIOTO, Regina Célia T. Família e Serviço Social – contribuições para o debate. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 55, Ano XVIII. São Paulo: Cortez, 1997.
- MOTTA, Alda Britto da. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In DEBERT, Guita (Org). **Gênero em Gerações – Cadernos PAGU (13), Núcleo de Estudos de Gênero**. Campinas: UNICAMP, 1999.p.191-221.
- \_\_\_\_\_. **Espaço doméstico e gerações**: disputas veladas e renúncias ambíguas (mimeo, s.d.).
- NEVES, Delma Pessanha. As idosas provedoras e o enraizamento familiar. In: BRITES, Jurema & FONSECA, Claudia. (orgs). **Etnografias da Participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- PEIXOTO, Clarice *et al.* Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Cap.6, p.: 95-111.
- \_\_\_\_\_. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhice, idoso, terceira idade. In LINS DE BARROS, Myriam M. (org). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- \_\_\_\_\_ & CLAVAIROLLE, Françoise. **Envelhecimento, Políticas Sociais e Novas tecnologias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- PEREIRA, Potyara A. Pereira. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, Mione Apolinário et al. (org). **Política Social. Família e Juventude. Uma questão de direitos**. São Paulo, Cortez, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão-SEGEP. **Diagnóstico do Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais**. Belém. 2001.
- \_\_\_\_\_. Fundação PAPA João XXIII-FUNPAPA. **Formas de Apropriação e Uso do Território**. Coleção MAPAS DE BELÉM, vol. 1. Belém, 2000.
- PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In CARVALHO, M<sup>a</sup> do Carmo B. (Org). **Família Contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC Cortez, 1997.

SÁ, M<sup>a</sup> Elvira & BARBOSA, M. José. A cidade, a reestruturação produtiva e a nova ordem mundial. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n<sup>o</sup> 72, Ano XXIII. S. Paulo: Cortez, 2003. p.:7-21.

SANTANA, Joana V. **Banco Interamericano de Desenvolvimento e política urbana no município de Belém**: Tensões e compatibilidades no modelo de gestão de cidades e no discurso da participação social. Tese (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: PPGESS- UFRJ, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SARTI, Cyntia A. O valor da família para os pobres. In RIBEIRO, Ivete & RIBEIRO, Ana Clara. (Orgs). **Famílias em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola & Rio de Janeiro: IBRADES, 1995.p.:131-150.

\_\_\_\_\_. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M<sup>a</sup> do Carmo B. (Org). **Família Contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC & Cortez, 1997. p.: 39-49.

\_\_\_\_\_. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. Famílias enredadas. In ACOSTA, Ana Rojas & VITALE, M<sup>a</sup> Amália. (Orgs). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.p.:21-36.

SAWAIA, Bader D. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In ACOSTA, Ana Rojas & VITALE, M<sup>a</sup> Amália. (org). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.p.:39-50

\_\_\_\_\_. O Sofrimento Ético-político como categoria de análise da dialética exclusão-inclusão. IN: SAWAIA, Bader. (Org.). **As Artimanhas de exclusão**: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 7<sup>a</sup> ed.- Petrópolis: Vozes, 2007. p.: 97-127.

SCOTT, Joan W. “Experiência”. In: SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara Coelho de S.; RAMOS, Tânia Regina O. (Orgs.). **Falas de Gênero**. Teorias, Análises, Leituras. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. In VELHO, Otávio G. (Org). **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SINGLY, François. **Sociologia da família contemporânea**. Tradução Clarice Ehlers.- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.p.: 29-40 e 105-124.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 71, Ano XXIII, São Paulo: Cortez, 2002.p.9-25.

\_\_\_\_\_. Ser Criança: Um Momento do Ser Humano. In: ACOSTA, Ana Rojas & VITALE, M<sup>a</sup> Amália. (org). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2007. p.: 53-60.

TRINDADE, Saint Clair C. **Produção do Espaço e Uso do Solo em Belém**. Belém: NAEA-UFPA, 1997.

\_\_\_\_\_ & SILVA, Marcos Alexandre P. da (org). **Belém: A cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

\_\_\_\_\_, et alli. A cidade e o Rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In TRINDADE, Saint Clair C. & SILVA, Marcos Alexandre P. da (org). **Belém: A cidade e o rio na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005

VELHO, Gilberto. Subjetividade e Sociedade. **Uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002. Cap. 1, p.:13-37

\_\_\_\_\_. Individualismo e Cultura. **Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea**. 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

VIANA, Adriana. Quem deve guardar as crianças? Dimensões tutelares da gestão contemporânea da infância. In: LIMA, Antonio Carlos de S. (Org.). **Gestar e Gerir. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. Direitos, Moralidades e Desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: LIMA, Roberto Kant de. **Antropologia e Direitos Humanos**. Niterói: Ed UFF, 2005.

VITALE, M<sup>a</sup> Amélia F. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, M<sup>a</sup> do C. B. (org). **Família Contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC Cortez, 1997. p.: 89-96.

\_\_\_\_\_. Famílias monoparentais: indagações. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. n. 71, Ano XXIII, Especial. São Paulo: Cortez, 2002. p.;45-62.

\_\_\_\_\_. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. IN: ACOSTA, Ana Rojas & VITALE, M<sup>a</sup> Amália. (org). **Família, Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 2007. p.: 93-105

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader. (Org.). **As Artimanhas de exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 7<sup>a</sup> ed.- Petrópolis: Vozes, 2007. p.:16-26.

WHYTE, William, Foote. **Sociedade de esquina** [Street Corner Society]. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, s.d.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)